

TUDO CONTRA EVASÃO

Estados e municípios apostam em bolsas, merenda e até busca ativa de alunos para manter estudantes



Proximidade. Mãe de duas crianças, Aline Araújo Garcia diz que novo aplicativo do governo do estado de São Paulo vai aproximar pais da rotina da escola. Vinicius, de 10 anos, e Ana Clara, de 7, voltarão a ter aulas presenciais nesta segunda

BIANCA GOMES
bianca.gomes@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

Não estava nos planos de Deykson Guilherme Alves Lima, de 12 anos, voltar para a escola hoje, primeiro dia de aulas presenciais na rede municipal de Campestre do Maranhão (MA), 740 km ao sul de São Luís. Embora matriculado, ele já não estava mais estudando e se sentia desmotivado por não conseguir aprender. O cenário mudou no mês passado, depois de uma visita da equipe da Busca Ativa Escolar, iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) que a cidade implementou em maio para recuperar crianças que estão fora da escola.

Estratégias como a da cidade maranhense têm sido usadas por estados e municípios para conter a evasão escolar na volta às aulas presenciais, previstas para hoje em escolas públicas de todo o país. Para garantir que o maior número possível de alunos compareça, gestores têm investido também em incentivos financeiros vinculados à frequência nas aulas, reforço na alimentação e até bolsa para pais e responsáveis desempregados.

Na pandemia, o abandono do ensino tem sido uma das maiores preocupações de especialistas em educação. Segundo um relatório do Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), só no primeiro ano da pandemia, mais de 172 mil alunos, entre 6 e 17 anos, abandonaram ou deixaram de frequentar a escola no Brasil.

Por trás do problema há um efeito do ensino remoto: a perda de interesse pelo estudo. O quadro de desestímulo se soma à crise sanitária e ao desemprego, que força estudantes a terem que trabalhar, diz Gabriel Corrêa, líder de políticas educacionais da ONG Todos Pela Educação.

— O número baixíssimo de inscrições no Enem, a menor desde 2005, é um

Iniciativa da Unicef para achar estudantes fora da escola já existe em 2.829 cidades

termômetro desse problema de desengajamento dos estudantes com seus estudos. Eles não estavam conseguindo aprender e acabaram se desestimulando. Muitos pensam em largar a escola — afirma Corrêa.

A Busca Ativa Escolar foi desenvolvida pela Unicef em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Só neste ano, 2.829 municípios implementaram o projeto. O objetivo é identificar estudantes fora da escola e tomar provi-

dências para que voltem e permaneçam estudando.

No Espírito Santo, onde as aulas voltaram no último dia 26, foi criado até um “call center” em maio para ligar para os alunos ainda não matriculados. Isaura Nobre, subsecretária de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Educação, explica que entre as soluções oferecidas para esse retorno das aulas estão o encaminhamento de estudantes do ensino médio para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e um programa para recuperar a aprendizagem.

— Estamos discutindo como fazer com que o aluno retorne à escola, muitas vezes ele está trabalhando na informalidade. Uma alternativa que temos usado é o encaminhamento para a EJA, que funciona no período noturno — afirmou Isaura. — Além disso, serão oferecidas duas aulas semanais de português e matemática [como reforço].

AUXÍLIO DE R\$ 150

Em outros locais, o poder público tem lançado mão de incentivos financeiros para tentar atrair os estudantes que deixaram a escola para trabalhar e ajudar a família.

Na Bahia, o governo vai liberar mais três parcelas de R\$ 150 do Bolsa Presença, um programa de apoio financeiro a famílias em situação de vulnerabilidade. Entre as principais exigên-

cias para receber o benefício estão a frequência mínima de 75% nas aulas e o cadastro da família, na faixa de pobreza e extrema pobreza, no CadÚnico.

— Ao apoiar essas famílias financeiramente, o Estado contribui para evitar que o estudante abandone a escola para trabalhar. E, ao assegurar a sua permanência na escola, também garante o seu direito de aprender — afirmou o secretário de Educação da Bahia, Jerônimo Rodrigues.

O governo baiano também decidiu reforçar o cardápio escolar, com o acréscimo de uma refeição nas escolas. Os estudantes do turno matutino vão ter um café da manhã na chegada ao colégio e um almoço antes de ir para casa. Já os do turno vespertino, terão almoço e uma ceia antes de sair, segundo Rodrigues.

São Paulo decidiu focar nos pais ao criar o Bolsa do Povo Educação. A iniciativa vai selecionar 20 mil responsáveis de alunos para prestar apoio às escolas por um benefício de R\$ 500 durante seis meses. O intuito é gerar renda para a população desempregada e ter mais equipes para atuar principalmente no acompanhamento de protocolos sanitários dentro dos colégios. Além de estar sem emprego há pelo menos três meses, é preciso ser responsável legal por um aluno da

rede estadual, ter entre 18 e 59 anos e morar em um raio de até dois quilômetros da unidade escolar.

O Bolsa do Povo Educação é também uma tentativa do estado de estreitar o vínculo da escola com os pais e mães de alunos. O mesmo objetivo também levou à criação de um canal exclusivo para os responsáveis no aplicativo do Centro de Mídias SP (CMSP), plataforma em que os estudantes assistem às aulas em tempo real. No caso dos pais, o canal vai ter toda a rotina escolar dos filhos, além de cursos, novidades da rede e informações

Governo de SP dará bolsas de R\$ 500 por seis meses para auxiliar 20 mil alunos

sobre as medidas sanitárias adotadas. Cada ano escolar terá uma espécie de “sala” no aplicativo.

Aline Araújo Garcia, de 38 anos, é mãe de dois alunos da rede estadual: Ana Clara, de 7 anos, e Vinicius, de 10. Ao GLOBO, ela disse que o novo canal vai ajudar os pais a se sentirem mais confiantes em deixar os filhos na escola nessa retomada.

— Acho que o aplicativo tem o potencial de não ser apenas uma agenda on-line para ver a lição que o meu filho fez. Ele pode ser um elo

entre a escola e a família. Pode passar confiança e conforto — disse ela.

Coordenadora do Centro de Mídias da Seduc-SP, Bruna Waitman disse que o espaço no aplicativo também ajudará as escolas a entenderem melhor a necessidade das famílias.

— Neste momento sabemos que é preciso dar um suporte para que esse responsável possa apoiar o estudante do ponto de vista do seu desenvolvimento cognitivo ou socioemocional. É no retorno presencial, é importante que os pais saibam que a escola é um ambiente seguro para o estudante — disse Bruna.

CINEMA PARA ANIMAR

Em Campestre do Maranhão, o jovem Deykson passou o mês de julho fazendo as atividades que estavam atrasadas. Além da busca ativa, que o ajudou a voltar para a escola, o município preparou uma série de atividades, como cinema e caminhadas para incentivar os estudantes. Hoje, Deykson diz que se sente pronto e animado para recomeçar na escola.

— A diretora disse que vai me ajudar nesse negócio de ler e escrever. Vou estudar, começar de novo no sexto ano, e com fé vou aprender a ler para, quando crescer, ser um engenheiro e poder ajudar a minha família — afirmou ele. — Vou até sentar perto dos professores.

Nota Premiada Bahia alerta que não envia SMS e WhatsApp



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela **Nota Premiada Bahia**, ressalta que não envia nenhum tipo de mensagem via SMS, WhatsApp ou redes sociais para os participantes contemplados campanha. Todo contato com os sorteados é feito pelo e-mail ou por telefonema da equipe da Coordenação de Educação Fiscal da Sefaz-Ba. Além disso, cada participante contemplado recebe um aviso automático de premiação em sua conta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na lista de ganhadores, disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores'.

'Os cidadãos devem confiar apenas nas informações divulgadas pelos canais oficiais da **Nota Premiada Bahia**. O contato com os participantes contemplados nos sorteios é feito apenas por ligação telefônica e e-mail oficial, confirmando o resultado publicado no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. Recomendamos que os participantes confirmem sempre o resultado dos sorteios no site da campanha e não acredite em mensagens divulgadas por canais extraoficiais', alerta o coordenador da campanha André Luís Aguiar.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Sefaz alerta sobre golpe via SMS envolvendo o Nota Premiada Bahia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_02

A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz-Ba), responsável pela **Nota Premiada Bahia**, ressalta que não envia nenhum tipo de mensagem via SMS, WhatsApp ou redes sociais para os participantes contemplados campanha. Todo contato com os sorteados é feito pelo e-mail ou por telefonema da equipe da Coordenação de Educação Fiscal da Sefaz-Ba. Além disso, cada participante contemplado recebe um aviso automático de premiação em sua conta no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br.

Caso receba alguma ligação, SMS ou mensagem, o cidadão não deve clicar em nenhum link. Se houver alguma dúvida, confirme a autenticidade da informação com a coordenação da campanha, pelo telefone 71 3115-2518. Vale ressaltar que os contemplados devem verificar sempre se seus nomes realmente constam na

lista de ganhadores, disponível no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br, na opção 'Sorteios' => 'Relação de Ganhadores'.

pp_amp_intext | /75894840/CN1_AMP_03

'Os cidadãos devem confiar apenas nas informações divulgadas pelos canais oficiais da **Nota Premiada Bahia**. O contato com os participantes contemplados nos sorteios é feito apenas por ligação telefônica e e-mail oficial, confirmando o resultado publicado no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br. Recomendamos que os participantes confirmem sempre o resultado dos sorteios no site da campanha e não acredite em mensagens divulgadas por canais extraoficiais', alerta o coordenador da campanha André Luís Aguiar.

Assuntos e Palavras-Chave: SSP - Secretaria da Segurança Pública - Golpe | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia

Compras até 31 de julho concorrem no próximo sorteio da Nota

Premiada



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Os participantes da **Nota Premiada Bahia** têm até o dia 31 de julho para realizar compras com o CPF na nota e concorrer no próximo sorteio da campanha de cidadania fiscal do **Governo do Estado**, que irá distribuir o total de R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil. O sorteio de agosto terá como referência os bilhetes gerados a partir de compras feitas ao longo deste mês. Quem ainda não está cadastrado também pode se inscrever no site www.notapremiadabahia.ba.gov.br e realizar compras com a inclusão do CPF até o final de julho para participar do próximo sorteio.

Todas as compras realizadas pelos participantes e devidamente associadas ao CPF cadastrado são convertidas em bilhetes eletrônicos de dez números cada. A partir da Loteria Federal, é extraído o número da sorte que define os bilhetes ganhadores da campanha. Os bilhetes para o próximo sorteio estarão disponíveis para consulta a partir da segunda semana de agosto. Já os contemplados serão conhecidos no dia 19 de agosto e o resultado será publicado no site da

campanha e nas redes sociais: Instagram @notapremiadabahia e @sefazbahia, Facebook @sefaz.govba e Twitter @sefazba.

A Nota Premiada conta atualmente com mais de 617 mil participantes inscritos no site. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram ao todo 1.770 pessoas, das quais 1.132 moram na capital, 637 no interior e uma fora do estado.

Além de concorrer nos sorteios de prêmios em dinheiro, o participante da **Nota Premiada Bahia** ainda compartilha suas notas com instituições beneficentes que integram o programa **Sua Nota é um Show de Solidariedade**. A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que são hoje 537. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 40,8 milhões para estas entidades.

Assuntos e Palavras-Chave: SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo do Estado | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Nota Premiada Bahia, Sua Nota é um Show de Solidariedade

**DESTAQUES
DO PORTAL
A TARDE**



Wander Roberto (COB) / Divulgação / 30.7.2021

**Acompanhe os
fatos da cena olímpica
em tempo real**
www.atarde.com.br/olimpiada

**Mega-sena
acumula e deverá
sortear R\$ 46 milhões**
www.atarde.com.br/economia

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Repórter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL A falácia do voto impresso

Seriam resultantes do amadurecimento da democracia as manifestações a favor do voto impresso, assim como quaisquer outras aludindo propostas relacionadas às eleições de 2022, tenham ou não partido de iniciativa do presidente Jair Bolsonaro. Defende-se este princípio da liberdade de expressão porque é necessário à construção permanente da batalha por ideais, visando ao aprimoramento na segurança do sistema eleitoral, mas é preciso verificar razões para acreditar no método da condução do debate.

Uma das dúvidas mais pertinentes diz respeito à insistência em divulgar informações equivocadas, uma vez tornar-se

impossível seguir a trilha das melhorias do sufrágio universal, direto e secreto, se troços substituem os passos firmes.

Unem-se, nesta caravana do bem comum, a Imprensa, como poder moderador, e o Tribunal Superior Eleitoral, no

Não estariam tais indivíduos interessados em discutir seriamente, senão em criar falsos paradoxos

sentido de sustentarem, os jornalistas e os magistrados, ser o pleito livre, seguro e auditável em todos os seus confiáveis percursos.

Questionar a invicta efetividade das urnas eletrônicas implicaria situação aporética, pois não há como pensar algo inexistente, exceto em abstração, considerando o ser e o não-ser impossíveis de convívio numa só proposição, isto é, em condições mentalmente saudáveis.

Demonstra-se a desonestidade epistêmica de estressados críticos dos métodos da aferição, consagrados como imbatíveis, desvelando hipótese da intencionalidade de mancomunados em tumultuar, restan-

do provados como irrazoáveis seus cegos ataques.

Não estariam tais indivíduos interessados em discutir seriamente, senão em criar falsos paradoxos, escorados em escandalosa falácia de lógica não-formal, uma vez afirmarem "há fraudes", sem pressupostos anteriores para embasar uma tal crença sob total rasura.

Seria tosco em demasia aceitar de premissas enganadoras uma conclusão supostamente correta, afrontando raciocínio elementar, exceto se enevoadado por dolo de disseminar a desconfiança a fim de ampliar a criminoso sementeira dos tortuosos conteúdos.

CAU GOMEZ

As charges publicadas neste espaço expressam as opiniões de seus autores

REVOLUÇÃO PERIFÉRICA: REBECA ANDRADE... É OURO EM TÓQUIO!



Aviso de incêndio

Emiliano José

Jornalista e escritor
emiljose@uol.com.br

À minha frente um livro de Michael Löwy sobre as teses em torno do conceito de história de Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Tudo a ver. Benjamin é autor iconoclasta, um marxista capaz de colocar em xeque noções consagradas, como a do progresso ininterrupto, ou identificar civilização e barbárie, ou o fascismo como inovação da barbárie. Ele insistia: os adversários do fascismo, inspirados pela ideologia do progresso, o subestimam, e não desenvolvem instrumentos teóricos capazes de compreendê-lo. Continua atual.

Desde o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma, há um projeto nítido de destruição. Michel Temer foi o abre alas. Bolsonaro o tornou transparente, deixando de lado meios-termos. Disse com todas as letras: primeiro destruir. Nos EUA, simbolicamente, março de 2019, fez essa profissão de fé. Não é preciso esforço para constatar a coerência programática do atual presidente. E nem cabe relacionar os inúmeros feitos destrutivos. É uma política arrasadora. Volto a Benjamin: um amontoado de escombros, a crescer até o céu. Não foi possível às forças de esquerda conter essa voracidade.

Nesse projeto, a cultura foi desde o início alvo preferencial. No sentido político-ideológico. No material, físico. Atuam, os integrantes da tropa de choque do governo, como o personagem da peça antinazista de Hanns Jost, encenada em 1933, ano da ascensão de Hitler ao poder: Quando ouço alguém falar em cultura, saco o meu revólver. Desde o primeiro momento, compreenderam-na como inimigo a ser combatido, de preferência, destruído. Tocou fogo na cultura, queimá-la, reduzi-la a cinzas. Alguma razão, tinham. A cultura brasileira, amplo senso, colocou-se desde o primeiro momento contra o projeto bolsonarista – nunca vacilou.

Assim, estava dado, desde o primeiro momento, o aviso de incêndio. Não quero imaginar tresloucados tocando fogo no Museu Nacional. Nem pensar em incendiários da Cinemateca, não obstante saiba do hábito do nazifacismo por incêndios – só lembrar o do Reichstag, de fevereiro de 1933, essencial para a chegada de Hitler ao poder. Essa destruição de nossa memória é inegavelmente fruto de uma política deliberada, voltada à ideia de apagar os feitos da cultura, sua natureza emancipatória, eliminar os rastros da criatividade, da elaboração de tantos sonhos, esperanças desenvolvidas ao longo de 80 anos, se tomamos o exemplo dos primeiros passos da Cinemateca.

Desde o primeiro momento, o atual projeto político riscou o fósforo e atirou-o na gasolina, assistindo o desabrochar do fogo purificador, tal e qual o nazifacismo sempre o fez queimando livros, e a Fundação Palmares está descartando centenas da coleção da instituição. Esse aviso de incêndio, feito desde o primeiro momento pelo fascismo, deve, de um lado, fortalecer em todos nós o apreço pela cultura, e de outro, intensificar a luta para derrotar esse projeto político destrutivo, incendiário.

Governadores, prefeitos e contribuintes estão dormindo?

Edvaldo Brito

Professor do Curso de Doutorado em Direito da UFBA
esbrito@terra.com.br

Reforma tributária não se confunde com discriminação de rendas.

Reforma tributária consiste na alteração das relações entre o cobrador e o pagador de impostos, quando essa alteração ocorre para diminuir a carga tributária. As maiores derrubadas de reis e rainhas; as mais significativas revoltas populares na História da humanidade ocorreram por causa dessas relações. Exemplos: Magna Carta de João Sem Terra em 1215 e, no Brasil, Inconfidência Mineira em 1789 e Revolução dos Alfiates, na Bahia, em 1798.

Já a discriminação de rendas é a divisão dos impostos, exigidos dos pagadores, entre União, Estados e Municípios, membros da Federação brasileira.

Portanto, neste momento, não se está discutindo, em Brasília, reforma tributária, por-

que os pagadores vão continuar dando as mesmas quantidades de impostos ao poder público e, até, um pouco mais.

As alterações são diretas e indiretas, sendo feitas na divisão do bolo entre os membros da Federação, ou seja, União, Estados e Municípios.

As alterações diretas seriam na atribuição de quem vai cobrar: a União fica com imposto de renda, IPI etc. e mais a novel contribuição sobre bens e serviços (CBS) que substituiria PIS e COFINS. O imposto sobre bens e consumo (IBS) seria a fusão dos tributos estaduais e municipais.

A pergunta é: quem cobra e quem divide? Seja qual for a resposta, passará a existir um problema jurídico insolúvel, o da autonomia constitucional dos Estados e dos Municípios que não pode ser objeto de emenda ao texto da lei maior (inciso I, §4º, art.6º da Constituição).

As indiretas seriam alterações feitas na diminuição do montante das receitas tributárias de participação, porque uma parcela do imposto de renda, arrecadado

pela União, já pertence aos Estados e aos Municípios, e uma outra parcela compõe o FPE – Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o FPM – Fundo de Participação dos Municípios.

Pergunta-se: os 27 governadores, incluído o do Distrito Federal, e os 5.570 prefeitos estão dormindo? Notícia-se que os secretários estaduais de Fazenda têm resistido, mas, é necessário que os governadores atuem junto aos senadores que são os representantes dos Estados (art.46 da Constituição) e que os prefeitos instiguem os deputados federais, pois, a Câmara dos Deputados representa o povo, habitante de cada território municipal (art.45 da Constituição).

E esse povo, que é o pagador dos impostos, vai fazer o que, se, até agora, não tem tido quem o defenda, nesta hora em que o ministro da Fazenda, insensivelmente, propõe uma alíquota de 10% para o IBS e 10% para os Estados, sem o ISS dos municípios?

Acordai governadores, prefeitos e contribuintes, antes que seja tarde!

A TARDE

Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra: RENATO SIMÕES

Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:
Lucas Lago
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:
Luciano Neves
COMERCIAL E MARKETING:
Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!:
Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE:
Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM:
Jefferson Beltrão



ASSOCIADA
À SIP -
SOCIEDADE
INTERAMERICANA
DE IMPRENSA



MEMBRO
FUNDADOR DA ANJ
- ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS



ASSOCIADA
AO IVC -
INSTITUTO
VERIFICADOR DE
COMUNICAÇÃO



PREMIADA
PELA
SOCIETY
FOR NEWS
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAYRES DE BRITO, N.º 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41820-570, SALVADOR/BA. FALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8500, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 À MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADAOEREPORTE@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3533-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8603; CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3533-0850.

ECONOMIA & NEGÓCIOS

INTERNET Leia mais sobre finanças no Portal A TARDE

www.atarde.com.br/economia

economia@grupoatarde.com.br

FÁBIO BITTENCOURT*

Pelo menos 500 mil professores das redes pública e privada do país deverão ser capacitados, no prazo máximo de três anos, na área da educação financeira. O objetivo da medida é disseminar o conhecimento sobre o tema entre estudantes do ensino básico. A expectativa é que cerca de 25 milhões de jovens sejam beneficiados.

Para isso, o Ministério da Educação (MEC) firmou parceria com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que vai colaborar com a formação dos conteúdos. Segundo informações na página do MEC, o curso de formação dos professores será gratuito, online e autoinstrucional. Fica faltando apenas a assinatura do convênio.

Entre os temas abordados, “formação de poupança”, “consumo consciente”, “orientação em investimentos”, “proteção contra fraudes financeiras”, “desenvolvimento de hábitos e atitudes que contribuem para o bem-estar financeiro”. Livros e material de apoio pedagógico serão distribuídos a docentes e alunos.

Segundo os especialistas ouvidos pela reportagem de A TARDE, a iniciativa é importante do ponto de vista de formação do indivíduo.

Professor de geografia e técnico pedagógico na Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC), Duwillami de Arruda diz que, diante dos padrões de consumo impostos pela sociedade e sistema econômico vigente, é preciso “ensinar crianças, adolescentes, jovens, e até adultos, de forma a contribuir para a formação de uma nova mentalidade para lidar com as questões socio-econômicas”.

“Exerce um papel importante na formação de uma consciência em relação à responsabilidade social, ajudando na promoção da qualidade de vida das pessoas e do planeta, pois ela viabiliza a discussão sobre o consumo consciente e sobre o que, como e por que consumimos”, afirma.

Segundo ele, no âmbito estadual – ou documento curricular referencial da Bahia –, a temática é apresentada como tema integrador, sendo uma das estratégias pedagógicas que visam “estimular o exercício da cidadania”, ensinando esse público a “lidar com as decisões financeiras que assumirão durante a vida”.

“Por meio dessa temática integradora, os estudantes têm aprendido a fazer uma leitura do cotidiano, a planejar o seu futuro, e a realizar sonhos de forma sustentável e responsável, ou seja, evitando assim compras por impulso e, consequentemente, o endividamento, aspectos esses que certamente contribuem negativamente no desenvolvimento biopsicossocial. Muito além do que operar cálculos, eles aprendem a to-



Paula Menezes (Secom-CAV) / Divulgação

Aulas ocorrem no formato híbrido no Antônio Vieira

ENSINO Pelo menos 500 mil professores deverão ser capacitados, no prazo máximo de três anos

Escolas públicas e privadas incluem educação financeira nos currículos



Shirley Stolze / Ag. A TARDE

Duwillami é professor e técnico pedagógico

mar decisões”, explica.

Segundo a educadora financeira Juliana Barbosa, nesse processo e no longo prazo, “ganha a sociedade como um todo”.

“Os benefícios são inúmeros. As crianças se tornarão cidadãos conscientes, que sabem fazer boas escolhas com o dinheiro, que consomem com sabedoria, e que buscam conquistar seus sonhos, aprendendo a poupar e ter disciplina. Além de desenvolver uma cultura de prevenção, entendendo a importância de pensar e planejar o futuro”, conta.

Matéria transversal

Juliana destaca que desde 2020 a disciplina se tornou “matéria transversal obrigatória”, mas que ainda são poucas as escolas que trabalham o tema.

“Infelizmente, ainda não é um tema difundido dentre a maioria das escolas. O papel da família no processo de educar financeiramente as crianças é muito importante, contudo, também é um grande problema, pois muitos adultos nunca tiveram educação financeira na infância e ao longo da vida não conseguem administrar

bem as suas finanças”.

Mestre em matemática com foco em educação financeira, o professor do Colégio Antônio Vieira, Caio Bastos, chama atenção para o que está em jogo quando o assunto é educação e consumo.

“Na atual fase do capitalismo, o conhecimento, que sempre foi a referência na produção de mercadorias, é usado na produção de símbolos que servem como base de manipulação. Emoções e sensibilidades são exploradas e a subjetividade humana passa a ser alvo de campanhas que exploram a falta de conhecimento de matemática básica. Precisamos ficar atentos à naturalização do endividamento”.

“Ao consumir, estamos inevitavelmente nutrindo segmentos produtivos, materiais e simbólicos, e nos constituindo enquanto consumidores-cidadãos, significando que o consumo é um território de disputa de constituição da realidade. É nesse cenário de disputa simbólica que a educação tem importante papel formativo a desempenhar”.

*COLABOROU LEONARDO LIMA

“As crianças se tornarão cidadãos conscientes, que sabem fazer boas escolhas”

JULIANA BARBOSA, economista



Divulgação

EPIs podem ser insuficientes contra a nocividade meio ambiental



Direito previdenciário Luciano Martinez

Juiz do Trabalho, professor de Direito do Trabalho e Previdenciário da UFBA

lucianomartinez.ba@gmail.com
@lucianomartinez10

Eu trabalho em uma indústria com elevado ruído meio ambiental. Uso, porém, os protetores auriculares. Soube, entretanto, que o uso desses equipamentos de proteção indivi-

dual (EPIs), por não neutralizarem totalmente a nocividade do ruído, podem não impedir o direito à aposentadoria especial. Isso é verdade? ANÔNIMO

Resposta: Sim. Isso é verdade. Discutiu-se no STF, no Tema 555 (ARE 664335, em 09/12/2014), que o uso de EPI “pode não se afigurar suficiente para descaracterizar completamente a relação nociva a que o empregado se submete”. Tratando-se especificamente do agente nocivo ruído, desde que em limites acima do limite legal,

constata-se que, apesar do uso de Equipamento de Proteção Individual (protetor auricular) reduzir a agressividade do ruído a um nível tolerável, até no mesmo patamar da normalidade, a potência do som em tais ambientes causa danos ao organismo que vão muito além daqueles relacionados à perda das funções auditivas. Ainda que se pudesse aceitar que o problema causado pela exposição ao ruído relacionasse apenas à perda das funções auditivas, o que indubitavelmente não é o caso, é certo que não se

pode garantir uma eficácia real na eliminação dos efeitos do agente nocivo ruído com a simples utilização de EPI, pois são inúmeros os fa-

Premissa é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial

tores que influenciam na sua efetividade, dentro dos quais muitos são impassíveis de um controle efetivo, tanto pelas empresas, quanto pelos trabalhadores. Exatamente por isso o STF firmou, nos autos do referido Recurso Extraordinário 664335, a tese de que, na hipótese de exposição do trabalhador a ruído acima dos limites legais de tolerância, a declaração do empregador, no âmbito do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), no sentido da eficácia do Equipamento de Proteção Individual - EPI, não des-

caracteriza o tempo de serviço especial para aposentadoria. É bom que se reafirme, nessas linhas finais, que a Administração Pública pode, no exercício da fiscalização, aferir as informações prestadas pela empresa, sem prejuízo da inafastável revisão judiciária, em caso de divergência ou dúvida sobre a real eficácia do Equipamento de Proteção Individual, a premissa a nortear o Executivo (INSS) e o Judiciário é pelo reconhecimento do direito ao benefício da aposentadoria especial.

AGRONEGÓCIOS

agronegocios@grupoatarde.com.br

Agro A TARDE

JOSÉ LUIZ TEJON



UMA VISÃO ABRANGENTE
SOBRE O AGRONEGÓCIO

atarde.com.br/colunista/atardeagro
tejon@grupoatarde.com.br

SDR, Abapa, Aiba - exemplos além de plantar e colher

Semana passada, tivemos o Dia do Agricultor, e quero destacar duas ações importantes no estado da Bahia. Uma delas da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), informando que teremos 422 agroindústrias até 2022. Agregar valor à produção é essencial para os produtores rurais, e da mesma forma permite renda para a população na forma de empregos, estimula o comércio e amplia a oferta de alimentos.

Agroindústrias são parte fundamental do conceito de agronegócio, que na origem no Brasil nós batizamos o agribusiness brasileiro como um complexo agroin-

dustrial. Boa essa iniciativa da SDR, ao lado da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR).

A outra iniciativa é da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abrapa), lembrando que as responsabilidades dos agricultores vão além de plantar e colher. O setor do algodão, nos últimos 20 anos, passou de segundo maior importador para segundo maior exportador, incluindo uma admirável gestão da cadeia produtiva, com ciência, tecnologia e relações evoluídas com a agroindústria processadora e exportadora.

O algodão brasileiro é caracterizado por estar avan-

çado nas práticas ESG (Environment, Social and Governance), e na Bahia o presidente da Abrapa, Luiz Carlos Bergamaschi, salienta que o setor investe em logística e, ao lado da Associação de Agricultores e Ir-

rigantes da Bahia (Aiba), atua na recuperação de nascentes, pois o produtor do futuro será um produtor de água e gestor do micro bioma. Bergamaschi adiciona: "Trata-se de uma mentalidade que perpassa os planos

individual e coletivo. Ser agricultor é missão, responsabilidade e compromisso".

Valor

Sem dúvida, agregar valor é o que irá nos separar cada vez mais do passado, vendendo peso bruto de matérias-primas para um futuro onde já nasce no campo o diferencial da qualidade desejada pelo consumidor final, tanto nas fibras quanto na nutrição humana.

Agroindústria para milhares de agricultores familiares significa colocar marca, impressão digital e retornar valor a quem planta e, ao mesmo tempo, atender a

uma tendência mundial de relacionamento das famílias consumidoras, com famílias agrícolas e pequenas e médias agroindústrias, que se transformam importantes na criatividade e inovações.

É ter uma produção sustentável será fator crítico de sucesso doravante, quando agronegócio passa a ser sinônimo de saúde. Ótimas iniciativas da SDR, Abapa e Aiba.

Aproveitando: todo dia é dia do agricultor, pois alimento é a conexão direta entre campo e cidade - e isso ocorre todos os dias, 24 horas por dia e 365 dias por ano.

Agroindústrias são uma parte fundamental do conceito de agronegócio

Todo dia é dia do agricultor, pois alimento é a conexão direta entre campo e cidade

AGRICULTURA Plantio do vegetal cresce no estado. Em Itacaré, a cultura é favorecida pelo clima e cultivo sustentável

Bahia investe na produção de cogumelos

Joá Souza/ Ag. A TARDE / 21.12.2014

MARJORIE MOURA

Dados da Embrapa mostram que o Brasil possui um consumo per capita baixo de cogumelos, em torno de 160 gramas/ano, mas o consumo desses fungos vem crescendo em diversas regiões. Na Bahia, a beira do mar de Itacaré, o cultivar do vegetal vem começando com as benesses do clima e com modo de produção sustentável, utilizando cascas de cacau e pupunha descartadas por agricultores locais, o que permite reduzir custos e aumentar produtividade na região.

Localizada entre duas bacias hidrográficas, a comunidade de Rio de Engenho, em Ilhéus, foi a escolhida para receber cursos e orientação técnica para produzir cogumelos comestíveis com o apoio da Ceplac. A produção ainda não é expressiva, mas tem bom potencial.

Produto derivado

E a Bahia também é responsável por alguns produtos criados à base de cogumelo. Vinicius Figueiredo, pesquisador do Instituto Federal Baiano (IF Baiano), criou um iogurte feito com pó de cogumelo, que promete diversos benefícios à saúde. Um dos objetivos principais do projeto é estimular o enriquecimento proteico da dieta dos consumidores, visto que o alimento é rico neste tipo de nutriente, com pequenas concentrações de cogumelos sendo responsáveis por benefícios importantes do ponto de vista nutricional.

"A proposta era criar um alimento inovador e nutracêutico, ou seja, composto de bioativos, extraídos dos alimentos, que possuem benefícios para o organismo e que pode até ser utilizado para complementar o tratamento para alguma doença. Produzimos um iogurte natural, enriquecido com diferentes concentrações de cogumelo em pó, pois os seus benefícios para a saúde humana são inúmeros, como o elevado teor proteico, o estímulo do sistema imunológico, entre outros", destacou Vinicius.

"A adição do cogumelo poderá promover maior diver-



Consumo per capita de cogumelo no Brasil é de 160 gramas/ano



Jovens recebem orientação sobre cultivo do produto

sidade de nutrientes em um único alimento, o que torna a bebida mais funcional, saudável e ainda agrega valor comercial ao produto", comenta Vinicius, que ressalta a importância do Instituto onde atua para o desenvolvimento da pesquisa com cogumelo.

Com o projeto concluído, tendo conquistado a carta de patente no início deste mês, através do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Vinicius destaca que os resultados do iogurte proporcionaram apresentações em congressos no Brasil e na Espanha, assim como a participação na Reunião Anual dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Reditec), que aconteceu no Rio de Janeiro, posicionando o trabalho entre os 40 melhores da rede federal do país.

"Como desdobramento das ações do projeto, outro

No Brasil, a produção de cogumelos é concentrada no estado de São Paulo

depósito já foi efetuado junto ao INPI e esperamos obter mais essa carta patente nos próximos meses, o que demonstra a capacidade de inovação que a Bahia, e mais especificamente o IF Baiano possui, o qual está à disposição da comunidade científica e sociedade em geral para produzir conhecimento do mais alto nível", finalizou.

Consumo mundial

Em comparação com o consumo na França, Itália e Ale-

manha, o consumo brasileiro é tímido. O consumo per capita nestes países europeus é superior a 2 kg ou com países asiáticos como a China e a Coreia do Sul, que consomem mais de 8 kg de cogumelos por habitante. Falta de tradição e o desconhecimento em relação aos cogumelos e seus benefícios e até mesmo de como prepará-los, são algumas das causas desta situação.

O mercado mundial de cogumelos movimenta US\$ 35 bilhões e estimativas apontam para um crescimento de 9% a 12% no volume comercializado até 2021. No Brasil, a maior produção de cogumelos é concentrada no estado de São Paulo, onde aproximadamente 500 produtores movimentam R\$ 21 milhões. De acordo com a Associação Brasileira de Produtores de Cogumelos (ABPC), a produção no país gera em torno de três mil empregos diretos.

OPINIÃO

Os conteúdos assinados e publicados nas páginas A2 e A3 não expressam necessariamente a opinião de A TARDE. Participe desta página: e-mail: opinioao@grupoatarde.com.br Cartas: Redação de A TARDE/Opinião - R. Professor Milton Cayres de Brito, 204, Caminho das Árvores, Salvador-BA, CEP 41822-900

opinioao@grupoatarde.com.br

Tempo Presente

tempopresente@grupoatarde.com.br

Bahia fica de fora de obras ferroviárias

Causou surpresa aos baianos e investidores na mineração a ausência do maior Estado nordestino entre as prioridades de execução do Programa de Autorizações Ferroviárias, por parte do Ministério da Infraestrutura.

Ao determinar o início dos trabalhos, o ministro Tarcísio de Freitas determinou a elaboração de minutas de regulamentos para estudos de seis trechos ferroviários, somando R\$ 31 bilhões, nenhum deles com impacto direto no território baiano.

A região sudeste tem o maior número de projetos contemplados, produzindo a sensação de a agenda de obras ampliar a força de quem já detém maiores benefícios, aumentando a desigualdade em um país já tão perturbado pela falta de infraestrutura.

Entre os trechos contemplados pelo programa, estão os de São Mateus, no Espírito Santo, a Sete Lagoas, de Minas Gerais; Açú, no Rio de Janeiro, a Anchieta, também em território capixaba, além de outros passando por Pirapora, em Minas e Foz do Iguaçu, Paraná.

— A Bahia não pode continuar sendo esquecida — sugere o presidente da Companhia Bahiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Antonio Carlos Tramm, a título de contribuição para as próximas escolhas do Ministério da Infraestrutura.

Para Tramm, é preciso olhar para a Ferrovia Centro-Atlântica, com seus trechos sucateados, e total ausência de projeto de investimentos, enquanto a concessionária VLI articula a renovação antecipada da sua outorga.

Segundo o presidente da CBPM, o abandono pode ser demonstrado pela desativação total dos trechos de Senhor do Bonfim-Juazeiro/Petrolina, Esplanada-Propriá, Mapele-Calçada, e parcial no Porto de Aratu, somando uma perda de mais de 620 quilômetros.

“Aqui viemos para não esquecer as cinzas do passado, mas para a partir delas construirmos o futuro. (...) Essa é uma celebração do futuro da nossa língua em comum”

MARCELO REBELO DE SOUSA, presidente de Portugal, na cerimônia de reinauguração do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo, que recebeu a Ordem de Camões por serviços relevantes à língua portuguesa



Rafael Martins / Ag. A TARDE

A ARTE É POLITICA | A arte, como todo empreendimento humano, está inscrita politicamente em disputas de poder. Quem diz o que é arte e o que não é, quem diz o que é bela arte e o que não é, detém um poder que só os tolos podem ignorar.

Congresso do Agro

Começa amanhã às 9 horas o 20º Congresso Brasileiro do Agronegócio, com a abertura pela ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, junto ao ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes da Freitas.

Com o tema Nosso carbono é verde, o encontro terá a participação de renomados especialistas em três painéis, Energia Limpa e Sustentável, Brasil Verde competitivo e o Futuro do agro no comércio Mundial.

A promotora do congresso, Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), estará representada pelo presidente do Conselho diretor, Marcello Brito, acompanhado do principal gestor da empresa B3, Gilson Finkelsztain, outro organizador do maior encontro do agro.

POUCAS & BOAS

- Para promover a titulação das terras que fazem parte do Assentamento Rio de Pedras, os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães assinaram convênio com o Programa Titula Brasil, coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Para o prefeito de Luís Eduardo Magalhães, Júnior Marabá, a adesão do município ao programa deve regularizar a situação dos assentados, que depois de mais de duas décadas terão o direito à documentação dos seus lotes. Ainda em Barreiras o Assentamento da Ilha Liberdade também foi inserido no convênio local.

- Em Vitória da Conquista começam amanhã as inscrições de casais homoafetivos para a 1ª edição de Casamento Coletivo LGBTQIA+. A iniciativa é da Clínica de Direitos Humanos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) em parceria com a Defensoria Pública do estado da Bahia e a Ouvidoria Cidadã. A Clínica de Direitos Humanos do estado da Bahia, e alia participação estudantil com atendimento à comunidade, além do estímulo à pesquisa e a produção científica entre os seus membros.

- Em Feira de Santana a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) inaugura amanhã cinco Laboratórios de Tecnologias, do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS), às 09h, na sede provisória da instituição. Serão inaugurados os Laboratórios de Manufatura Avançada; de Processamento em Alimentos; de Energias; de Instrumentação e Mecatrônica; e de Caracterização de Materiais.

MIRIAM HERMES E REDAÇÃO

Periquitos e arraias

Gildecil de Oliveira Leite

Escritor, sócio do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, professor do PPGELS (Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade) / MPEJA (Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos) – Uneb gildecil.leite@gmail.com

Quando os ventos de São Lourenço ameaçavam chegar, soprando em todas as direções, a rua do velho arraieiro já se enchia de alegria. As melhores, mais bem produzidas, belas e coloridas arraias do bairro eram feitas por ele. A aerodinâmica daqueles pássaros era perfeita. Podia ser arraia, arrainha ou arrainhão, comprar nas mãos do velho era investimento com retorno garantido.

As aeronaves de papel de seda e taliscas de bambu subiam, coloriam o céu, enlouqueciam algumas mães, iludidas por ins-

tantes de tranquilidade ao liberarem suas crias aos cruzamentos aéreos, sem saírem do chão. Os miaeiros eram precocemente destruídos para construir alegrias de alguns meninos. Outros não tinham reservas e viam-se obrigados à atenção dobrada aos gritos de “lá vai ela”!

Arraia nas mãos com as cores do Bahia era um chamamento certo para empinar as belezuras “à vera”. Os meninos que torciam pelo Vitória logo viam naquela atitude exibicionista uma provocação, vou cortar você

Quando os ventos de São Lourenço ameaçavam chegar, a rua do velho arraieiro já se enchia de alegria

no ar, rivalidade sadia. Já quem era do grupo do Esquadrão de Aço e não podia comprar uma arraia e nem se contentava com um velho e bom periquito, torcia para que o desafiante rubro-negro ganhasse a disputa e aos gritos de “lá vai ela”, pegar ela, a arraia na disputa autorizada pelo vento.

Os temperos das linhas sempre foram perigosos, nas misturas havia vidro moído, cola. Quem não o fizesse sabia do perigo, que poderia estar ao lado ou na rua habitada pelos meninos da turma rival. No brinquedo de arraia, “à vera”, havia ética, pois eram proibidos os furtos e o uso de varas para tirar do ar as obras de arte, que ainda não tinham linhas cortadas. Se a arraia já havia sido cortada e, portanto, o sinal autorizador já havia sido disparado, “lá vai ela”, aí sim a utilização das longas varas estava dentro do mais legítimo código de conduta.

Apesar da beleza e do carinho para com

peças de seda e bambu, os mais caros eram os carretéis de linha. Tomar um toque ou um corte no ar, era certeza de perder uma boa quantidade de linha, levada ao vento para bem longe, para mãos mais ágeis e de maior sorte, ao mesmo naquele momento. Sorte mesmo tinham os armarinhos, rapidamente se desfaziam de seus estoques de seda, cola e linha.

Quando o dinheiro e as alternativas acabavam, o jeito era retirar folhas do caderno e fazer um periquito. Os periquitos só eram desafiados quando queriam brilhar mais que as coloridas arraias. Aí a inveja da ousadia quase incolor fazia um “au” para cortar o pequeno. Mais linha e mais folha do caderno, só mesmo o vento de São Lourenço para levar as invejas embora. Com listas pretas ou azuis, o periquito sentia no ar o perigo de ser pequeno, de ter autoestima elevada, de ser maior que as arraias. Lá vai ela!

ESPAÇO DO LEITOR

opinioao@grupoatarde.com.br

Incêndio da cinemateca

Um incêndio destruiu um galpão que abrigava a Cinemateca, em São Paulo. Ali estavam guardados cerca de 1 milhão de documentos da antiga Embrafilme, alguns com mais de cem anos. Trata-se de um acervo histórico administrado pela Secretaria Especial de Cultura do governo federal e as responsabilidades serão apuradas depois da perícia. Por outro lado, foi preso em São Paulo um suspeito de ter incendiado a estátua do bandeirante Borba Gato, um dos desbravadores de territórios no interior do País, mas também responsáveis pelo extermínio de índios, negros e pelo estupro de mulheres. Em matéria de incêndios o Brasil é campeão. CARLOS NEVILLE, CARLOSNEVILLE@GMAIL.COM

Incendiar o mau símbolo

O incêndio proposital na estátua de Borba Gato foi um ato de vandalismo? Foi. E, como tal, o(s) autor(es) deve(m) ser penalizado(s)? De acordo com o Estado de Direito, sim. Qual o propósito? Tudo indica que é um ato simbólico de impacto. O personagem alvo é um dos infundáveis usurpadores, de ontem e sempre, dos primários princípios humanitários e que, por agir em sintonia com os interesses da minoria poderosa, acaba sendo louvado malgrado as execráveis

malversações praticadas. Então, como simbolismo, justifica-se? Plenamente. Toque-se fogo e construa, em seu lugar, a de Zumbi dos Palmares. Isso os isentará de penalizações? Com certeza, alguém será punido; para a elite, desvios ao estado-de direito não devem ser passados em branco, mas o foco da punição dependerá dos verdadeiros agentes. Se for da própria elite, será punido quem atirou a tocha; se não for, todos serão. Os casos da fachada e Marielle são dois exemplos. CÉSAR CANTU, CFOCUS@UOL.COM.BR

Barbas de molho

Não devemos nos iludir como um bom

Não devemos nos iludir como um bom momento vivido no setor da indústria naval na Bahia; precaver-se contra os perigos e cuidados com os revezes

momento vivido no setor da indústria naval na Bahia; precaver-se contra os perigos e cuidados com os revezes. Com o advento do Pré-Sal, (2007), vislumbrou-se o renascimento da indústria naval brasileira. Na Bahia, estudos convergiram para a construção de um terminal de uso privativo (Estaleiro Enseada Paraguaçu), no município de Maragogipe, (BA), povoado de São Roque, situado à margem direita do rio Paraguaçu pela localização privilegiada para a vocação de construção de projetos offshore e industriais numa área de 17.000m². Um investimento de R\$ 2,6 bilhões reuniu a Odebrecht, UTC Engenharia, OAS e depois a japonesa Kawasaki com capacitação de trabalhadores da região e jovens em treinamento no Japão. A perspectiva de postos de trabalho ia de 3.000 a 10.000 empregos no final da operação – 2014. Analisando o projeto, era de uma envergadura faraônica, um dos maiores investimentos privados da história do Brasil, o que tornava essa região do recôncavo baiano um eldorado. Polo de produção de navios, sondas e plataformas para exploração de petróleo a cargo da Sete Brasil, contrato de R\$ 4,8 bilhões. A população de Muniz Ferreira, (70km de Maragogipe), ávida por trabalho, a gestão municipal patrocinou vários cursos e apoio de trans-

porte. Vivi esse momento auspicioso como secretário municipal de Infraestrutura e Meio Ambiente. O envolvimento das empresas consorciadas com a “Lava Jato”, a crise da Petrobras e a Sete Brasil em recuperação judicial, leva o Enseada a entrar em situação de insolvência com uma dívida bilionária - 2015; desemprego em massa, (7.000) e o povoado de São Roque do Paraguaçu “quebrou”. Em 2019, aceito o pedido de recuperação extrajudicial, abrangendo um volume de crédito de R\$ 2,3 bilhões, evitando o fechamento. No dia 07 desse mês, o Ministério da Infraestrutura através da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) emitiu licença definitiva para o Enseada operar como porto no escoamento de minérios de ferro, (sem transporte ferroviário), ampliando os negócios para os setores navale industrial; um contrato de R\$661,7 milhões numa concessão de 25 anos, (matéria desse Jornal – 08/7). A Bramin e Petro City desenvolvem trabalhos com o Porto Enseada masambastem mega projetos na ferrovia Oeste Leste e Porto Sul em Ilhéus e a segunda em São Mateus (ES). A TARDE 15/7) publicou: Retomada do Enseada é positiva, mas bem longe dos bons tempos, e digo: gato escaudado tem medo de água fria. THELMO GAVAZZA, TGAVAZZA@YAHOO.COM.BR

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupotarde.com.br

TRABALHO Desemprego fica estável em 14,6%, aponta IBGE

atarde.com.br/economia

ENCONTRO Camaçari reuniu gestores no lançamento da câmara que vai movimentar a economia regional

Municípios da Costa dos Coqueiros criam Câmara do Turismo

DAVID MENDES

O município de Camaçari sediou ontem o encontro que formalizou a criação da Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros, uma instância de governança turística regional, cujo objetivo é fomentar regionalmente o setor. O evento, realizado no Hotel Bahia Plaza, na praia de Catu de Abrantes, teve a participação de gestores do turismo da Costa dos Coqueiros, região que reúne, além de Camaçari, os municípios de Conde, Dias D'Ávila, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra, Lauro de Freitas e Mata de São João.

Todo o trabalho da Câmara de Turismo da Costa dos Coqueiros terá como base as propostas elaboradas a partir das políticas de regionalização, do Ministério do Tu-

rismo e da Secretaria de Turismo da Bahia (Setur).

"O setor passou por um momento de incertezas, com a pandemia, e essa união vai nos trazer força e fôlego para a retomada turística. Além do fortalecimento do turismo, vamos elaborar um programa grande de geração de emprego e renda para toda a região. A Costa dos Coqueiros, com todo seu potencial, suas praias belíssimas, vai se tornar uma das principais zonas turísticas do nosso estado", afirmou a secretária de Turismo de Camaçari e anfitriã do encontro, Cristiane Bacelar.

Promoção de eventos

Presente no evento, o prefeito de Camaçari, Elinaldo Araújo (DEM), defendeu a promoção do turismo na re-

gião e a criação de um calendário de eventos. "Cidades com sucesso no turismo, como Porto Seguro, Aracaju, olhando para a Costa dos Coqueiros, não vejo diferença. Mas lá elas contam com promoção do turismo. Cada localidade promove um evento em cada data. Essa é a nossa proposta e temos que colocá-la em prática. A nossa Costa dos Coqueiros já está organizada, precisa só de promoção, de eventos, seja no Natal, no Ano Novo, no Carnaval, na Páscoa, no São João. Precisamos atrair os turistas para vir conhecer a nossa costa, porque ela é linda", afirmou o gestor camaçariense, ao reforçar a necessidade de unificação dos municípios que integram o litoral norte baiano.

"Vamos ter um verão muito forte e todos devem se



Lideranças dos municípios participaram do lançamento da Câmara de Turismo

preparar para isso. Os municípios têm que se planejar e se organizar. O segmento do turismo é um dos mais prejudicados na pandemia, mas temos que estar confiantes e unidos", disse o prefeito.

Representando a secretária de Turismo da Bahia, Maurício Bacelar, o diretor de Regulação e Certificação de Serviços Turísticos, Divaldo Gonçalves, afirmou que o "novo turista", com base em estudos e pesquisas, tem tudo para buscar a Costa dos Coqueiros como refúgio pós-pandemia.

"É um novo comportamento de lazer, de natureza, de tranquilidade, de paz, sem aglomerações. Temos muito a ganhar com o pós-pandemia e temos segmentos a oferecer a esses turistas que chegarão ao

nosso estado. O nosso litoral é uma grande cesta de produtos, que vai ajudar a aumentar o fluxo turístico na Bahia", defendeu o representante da Setur.

Em Mata de São João, município que abriga praias como Praia do Forte, Imbassaí e Sauipe, e que também passa a integrar a Câmara de Turismo, a prefeitura liberou esta semana a realização de eventos com até 500 pessoas ou até 50% da capacidade de cada espaço.

O secretário municipal do Turismo, Alexandre Rossi, presente no evento em Camaçari, disse estar otimista com o retorno, em setembro, das atividades turísticas nas praias do município.

"Tivemos uma reunião com os grandes resorts do litoral, desde [Costa do] Sauipe, [Grand] Palladium,

Iberostar, Tivoli, e eles querem realizar eventos, mas ainda não têm segurança. A insegurança ainda paira entre as pessoas", informou o chefe da pasta, que prevê um pico de visitantes a partir de dezembro.

Sobre a possibilidade da realização de festas de Réveillon nas praias do litoral norte pertencentes a Mata de São João, um dos principais destinos turísticos da região nesse período, Rossi parafraseou o publicitário baiano Nizan Guanaes: "Prepare sua árvore de Natal que vai ter Réveillon", disse.

A Costa dos Coqueiros conta com uma área total de 6.108 km² e cerca de 200 km de litoral. Está entre os três destinos turísticos que recebem maior fluxo de visitantes na Bahia.

PROJETO

Isenção de taxa para empresas com alvarás suspensos é proposta

DA REDAÇÃO

Obter a isenção da Taxa de Fiscalização do Funcionamento para as empresas que tiveram os alvarás suspensos em 2020. Esse é o objetivo do Projeto de Lei (Nº 199/2021), apresentado pelo presidente da Câmara Municipal, Geraldo Júnior (MDB).

A proposta visa alcançar os estabelecimentos que

possuem todos os seus códigos de Classificação Nacional de Atividades Econômicas inclusos nas atividades suspensas.

Fomento

Na justificativa, Geraldo Júnior afirma que "trata-se de uma medida de fomento à economia municipal tão desgastada, em função da pandemia de Covid-19".

A proposição afirma que a

isenção será concedida em caráter individual, mediante requerimento à Divisão de Tributos, instruído com o cartão de CNPJ, documentos pessoais dos proprietários e do requerente, e demais documentos necessários definidos em decreto.

O documento está em trâmite na Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal de Salvador.

RECURSOS

Orçamento pode acomodar aumento do Bolsa Família

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é possível acomodar no Orçamento um valor mais elevado para o Bolsa Família. Segundo ele, até o momento, o programa está perfeitamente enquadrado dentro dos planos do ministério, da Lei de Responsabilidade Fiscal e do limite do

teto. A intenção é que o valor do benefício chegue a R\$ 300. Guedes ponderou, no entanto, que, para aumentar o valor, é preciso controlar gastos inesperados que costumam ocorrer em decisões dos Três Poderes da República.

"Até agora, a nossa ideia do Orçamento era essa e imprevistos sempre acontecem e terão que ser atacados diretamente. Esta-

mos analisando e, pelas primeiras informações que estão chegando, é possível que a gente tenha que rever alguma coisa", disse após participar na sede do Ministério da Economia, no Rio de Janeiro, do lançamento do projeto de remição de foro digital, com a apresentação do aplicativo SPUApp. A equipe econômica calcula previsões para eventuais gastos.

VAREJO

Dia dos Pais deve gerar R\$ 6 bilhões em vendas

ALANA GANDRA
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) estima para o Dia dos Pais deste ano volume de vendas de R\$ 6,03 bilhões, maior faturamento desde 2018, com alta de 13,9% em comparação à mesma data no ano passado. Segundo o economista sênior da CNC, Fabio Bentes, o Dia dos Pais de 2020 foi o pior em 13 anos. O Dia dos Pais é a quarta data comercial mais importante para o comércio varejista brasileiro.

Na mesma época do ano passado, quando o varejo ainda experimentava o início do processo de flexibilização das medidas restritivas voltadas ao combate à primeira onda da pandemia do novo coronavírus, as vendas caíram 11,3% e geraram o menor volume financeiro (R\$ 5,30 bilhões) desde 2007, que foi de R\$ 4,98 bilhões. Agora, já há várias regiões brasileiras autorizando o funcionamento do comércio a toda capacidade.

"Nesse quesito, os pais deram mais sorte que as mães neste momento, pegando a economia um pouco mais favorável, embora a questão do preço e do crédito mais caro sejam uma certa âncora

para um crescimento um pouco menor do que poderia ser se a inflação não estivesse alta. A recuperação seria bem mais rápida", disse Bentes, em entrevista à Agência Brasil.

Comércio eletrônico

Para o economista, no caso das vendas online, a tendência é desacelerar um pouco, depois da alta de 47% de janeiro a maio deste ano, de acordo com a Receita Federal. Bentes disse, porém, acreditar que, como a economia está reabrindo, pelo menos aquelas pessoas que estavam indo para o comércio online, no início da segunda onda, vão voltar ao comércio presencial. "O online vai continuar crescendo a dois dígitos ainda por um bom tempo, mas não em um ritmo tão forte como nos primeiros cinco meses do ano", afirmou.

A cesta de bens e serviços para o Dia dos Pais sinaliza crescimento de 7,8%

PETRÓLEO

ANP inclui 377 blocos na Oferta Permanente

VINÍCIUS LISBOA

Agência Brasil, Rio de Janeiro

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) incluiu mais 377 blocos exploratórios de petróleo e gás natural na Oferta Permanente, que passa a contar com 1.068 blocos. A inclusão foi oficializada na nova versão do edital da oferta, publicada hoje (30).

Os blocos da Oferta Permanente são os que estão à disposição do mercado para estudos de forma contínua, sem a limitação de tempo imposta pelas rodadas de licitação.

O edital com os 377 novos blocos foi debatido em audiência pública em 2 de junho para receber manifestações da sociedade e do mercado. O documento também passou por avaliação jurídica da Procuradoria Federal junto à ANP e aprovação da diretoria colegiada da agência reguladora.

Os novos blocos incluídos na Oferta Permanente estão nas bacias do Amazonas, Ceará, Espírito Santo, Foz do Amazonas, Paraná, Parecis, Pelotas, Pernambuco-Paraíba, Potiguar, Recôncavo, Santos e Tucano.

PROMOÇÃO

DIA DOS PAIS
um brinde ao melhor

Nada melhor do que compartilhar grandes momentos ao lado de quem ama. Presentei seu PAI, com um maravilhoso "kit com vinho tinto e branco".

Siga @atardefm no instagram e saiba como participar!

Resultado: 07/08/21

VINHOS, AMIGOS & AMORES

ATARDEFM 103 QUEM MOLVEGOSTA

Grupo A TARDE COMUNICAÇÃO

www.atardefm.com.br

atardefm

MERCADO DE CRÉDITO PODE CRESCER 30%

INOVAÇÕES O processo de inovação do sistema bancário brasileiro, com a adoção de novas tecnologias, é o primeiro passo para diminuir o elevado nível de concentração do setor no Brasil – os cinco maiores bancos detêm uma fatia superior a 80% do mercado. Além do PIX, novas ferramentas como a duplicata eletrônica, cadastro positivo e o Open Banking, previsto para o mês que vem, devem aumentar a concorrência e turbinar o volume de crédito no País. Cálculos do mercado apontam para um crescimento de 30% no volume de empréstimos e financiamentos concedidos. Mas, ao contrário do PIX, os avanços serão graduais, ao longo de dois ou três anos. Para especialistas, o setor está iniciando uma década de grandes transformações e uma revolução no crédito – uma das áreas mais carentes do sistema financeiro nacional.

Enquanto no Brasil, o crédito representa 64% do Produto Interno Bruto (PIB), na China é de 165%; no Japão, 176%; e nos Estados Unidos, 191%. Ou seja, há um mercado extenso para ser explorado. “Estão sendo criadas condições para promover uma verdadeira revolução no financiamento das empresas brasileiras”, diz o economista Carlos Antonio Rocca, coordenador do Centro de Estudos de Mercado de Capitais da Fipe (Cemec-Fipe).

As mudanças no mercado serão graduais e sentidas ao longo de dois ou três anos

GOVERNO QUER MUDAR FLUXO DE PRECATÓRIOS

PEC O governo pretende aliviar o gasto em 2022 com precatórios, despesa que pode impedir o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) de turbinar o Bolsa Família no ano eleitoral. A ideia é apresentar uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para mudar o fluxo dos pagamentos motivados por sentenças judiciais ou buscar conciliações nos processos, o que deve ser mediado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux. O gasto da União por decisões da Justiça pode alcançar R\$ 90 bilhões em 2021, valor acima dos cerca de R\$ 54,7 bilhões previstos. As informações são do jornal Folha de São Paulo.

Inflação fará salário mínimo ter maior reajuste desde 2016

EM TORNO DE 7% O reajuste do valor do salário mínimo para o próximo mês de janeiro deve ser o maior desde 2016, quando teve aumento de 11,6%. Isso porque projeções de analistas do mercado financeiro apontam que a inflação oficial do país pode fechar o ano em 7%. A lei obriga que o salário mínimo seja reajustado anualmente pelo mesmo percentual da inflação, o que elevaria o saldo básico dos atuais R\$ 1.100,00 para R\$ R\$ 1.177 a partir de 1º de janeiro de 2021.

No entanto, o que a princípio parece uma boa notícia esconde que a majoração vai chegar ao trabalhador com efeito nulo, pois não está previsto qualquer ganho real para o Salário mínimo no ano vem. Ou seja, o aumento só vai corrigir a inflação e o poder de compra será o mesmo. Pior, se algum produto subir a mais que a inflação – como a carne ou arroz, por exemplo – o salário, apesar de maior – vai comprar uma menor quantidade desses itens. Este será o terceiro ano consecutivo sem

ganho real para o piso salarial nacional.

O governo federal tem de enviar ao Congresso, até 31 de agosto, o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) e apresentar a segunda estimativa de reajuste do salário mínimo para 2021. A pri-

meira, enviada com o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), projetava alta de 4,3%, passando dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.147. A última projeção oficial, divulgada em 14 de julho pelo governo, prevê um aumento do salário mínimo de 6,2%. Com isso, o valor chegaria a R\$ 1.168,20. Com as projeções mais próximas de 7%, pode ir a R\$ 1.177.

Neste ano, o governo Bolsonaro reajustou o mínimo abaixo da inflação, que em janeiro subiu de R\$ 1.045 para R\$ 1.100. Mas para dar conta da inflação acumulada em 202, o salário mínimo deveria ser R\$ 2 maior e ter chegado a R\$ 1.102, respeitando a regra da Constituição que determina um reajuste periódico para preservar o poder de compra. Como o novo salário mínimo foi definido antes da inflação consolidada do ano anterior, divulgada em 12 de janeiro, é normal que haja uma pequena diferença. O mesmo aconteceu em 2020, mas o governo corrigiu o valor em fevereiro. Com informações da Folha de São Paulo.

HISTÓRICO RECENTE DE REAJUSTES DO SALÁRIO MÍNIMO

- **2016** 11,6% (R\$ 880) – ganho real de 0,36%
- **2017** 6,48% (R\$ 937) – teve perda real de 0,1%
- **2018** 1,81% (R\$ 954) – teve perda real de 0,25%
- **2019** 4,61% (R\$ 998) – teve ganho real de 1,14%
- **2020** 4,7% (R\$ 1.045), sem ganho real
- **2021** 5,22% (R\$ 1.100), sem ganho real



Apesar de ficar numericamente maior, não está previsto ganho real para o piso nacional

Empresas acompanham vacinação de empregados

COVID Empresas de diversos setores estão monitorando se seus empregados estão se vacinando contra a covid-19. Entre elas não há uma definição clara de que atitude deve ser tomada em relação ao funcionário que não se imunizar. Recente decisão da Justiça do Trabalho, porém, abriu brecha para que o trabalhador que se recuse a receber a vacina possa ser demitido por justa

causa, desde que fique provado que a empresa empregadora tenha feito campanhas alertando seus quadros da importância da imunização.

Segundo reportagem de O Globo, o controle dos trabalhadores passa por aviso aos empregados, individualmente, da data da vacinação e da segunda dose, de pesquisas entre funcionários para mapear quem já concluiu as duas etapas e pedidos que enviem o cartão de imunização, mas sem imposição explícita.

A Ocyan, empresa de óleo e gás que emprega 2 mil pessoas, acompanha a vacinação por idade e entra em contato com aqueles que não

enviam o comprovante para entender o motivo. Segundo a empresa, aqueles que não se vacinaram estão sendo orientados a fazê-lo e se a negativa permanecer, poderão receber punições, incluindo a demissão.

A indústria de brinquedos, que emprega 35 mil pessoas em todo o país, controla com rigor a vacinação dos operários. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (Abrinq), Synésio Batista da Costa, o setor de Recursos Humanos das empresas do segmento acompanha o calendário de vacinação e avisa aos funcionários da data prevista. Mas não haverá demissão, garante.

APPS: PROCON QUER PROIBIR PAGAMENTO NA MAQUININHA

PARA EVITAR GOLPE A explosão de vítimas do ‘golpe do delivery’ levou o Procon-SP a avaliar proibir o pagamento de pedidos feitos em aplicativos de entregas sejam realizados no ato do recebimento da mercadoria, nas maquininhas de cartões manipuladas pelos entregadores. Ainda não foi tomada final sobre o assunto. “

Diante da explosão de golpes aplicados na entrega de mercadorias por delivery, o Procon-SP estuda medidas para que as empresas proibam qualquer tipo de cobrança por cartão no ato da entrega”, avisa Fernando Capez, diretor executivo do órgão. Com isso, a intenção é que os pagamentos só sejam realizados on-line, no próprio aplicativo. Neste ano, os registros desse tipo de golpe cresceram 186%.

PETROBRAS NEGA TER DEFINIÇÃO SOBRE VALE-GÁS

RESPOSTA A Petrobras informou em nota que “não há definição” quanto à implementação e o montante de participação em eventuais programas sociais e que qualquer decisão estará “sujeita à governança de aprovação e em conformidade com as políticas internas da companhia”. O texto é uma resposta ao presidente Jair Bolsonaro que em entrevista ao Programa do Ratinho, no SBT, na noite de sexta (30), afirmou que a estatal tem uma reserva de R\$ 3 bilhões para custear o vale-gás à população carente. “O (João) Silva e Luna (presidente da Petrobras) está com uma reserva de R\$ 3 bilhões para atender esses mais necessitados. Seria o equivalente – o que está sendo estudado – a um botijão de gás a cada dois meses”, disse o presidente.

IMPOSTÔMETRO

1,5 TRILHÃO

de reais é quanto os brasileiro já pagaram de impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais em 2021. A marca foi atingida na madrugada de ontem segundo contabilidade do Impostômetro, ferramenta da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) que mede o peso da carga tributária do país. No ano passado, esse valor foi atingido apenas em 28 de setembro, o que demonstra a elevação da carga entre os dois períodos

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redabahia.com.br

@satelite

●● É muito triste ver um prédio que abriga grande parte da história da TV e do cinema em cinzas. Pra mim, a discussão sobre a preservação da cultura e da memória do país é urgente e necessária

ACM Neto

Presidente do DEM, sobre o incêndio na Cinemateca Brasileira

Porteira fechada

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) acatou por unanimidade o voto do relator da Operação Faroeste, ministro Og Fernandes, e negou recurso apresentado pela defesa do desembargador Gesivaldo Brito para reverter decisões contra ele. Incluindo a manutenção da ordem de afastamento das funções no Tribunal de Justiça da Bahia (TJ), determinada no fim de 2019, quando Brito ainda comanda o Judiciário estadual. Acusado de envolvimento no esquema de grilagem de terras e venda de sentenças, o magistrado também continua proibido de ter acesso às dependências do TJ e de manter contato com demais investigados ou servidores da Justiça.

STAND BY

No mesmo compasso, três outras ações da Faroeste aguardam decisão do relator da Faroeste no STJ. Uma delas tem como alvo principal o ex-secretário de Segurança Pública Maurício Barbosa. As demais, as desembargadoras afastadas Maria do Socorro Barreto Santiago, Lígia Ramos Cunha e respectivos filhos.

Baú aberto

Em outra decisão, referente ao primeiro processo aberto pelo STJ no âmbito da Faroeste, Og Fernandes remeteu à Polícia Federal o HD contendo espelhamento integral de mídias e arquivos eletrônicos recolhidos no pedido de busca e a apreensão cumprido na primeira etapa da operação, em novembro do ano retrasado. Medida atende determinação do ministro do Supremo, Edson Fachin, para que a defesa de todos os réus tenha acesso ao material em que são citados. Caberá aos advogados agendar diretamente com a PF a data para que possam visualizar, selecionar e copiar os arquivos.

Nocaute técnico

O governador Rui Costa (PT) recebeu no Instagram um direto de direita do pugilista baiano Robson Conceição, ouro nos Jogos Olímpicos do Rio em 2016, ao prometer que vai construir a Arena de Lutas da Bahia. A postagem do petista foi feita para festejar a performance do também baiano Hebert Conceição, que já garantiu pelo menos o bronze em Tóquio. De pronto, Robson respondeu: "De Salvador pro mundo, mesmo sem o apoio que precisamos. Vamos apoiar de verdade nosso boxe, sem promessas. Vamos apoiar a base e resgatar nossa juventude".

Nova pescaria

Ciente de que não poderá contar com a tropa de devotos do presidente Jair Bolsonaro responsável por sua eleição em 2018, a deputada federal Dayane Pimentel (PSL) decidiu intensificar a agenda pelo interior do estado. O rolê de Dayane começou no Sul, onde visitou as cidades de Itabuna e Ilhéus, as principais da região. A escolha foi de caso pensado. Para a primeira, a parlamentar destinou R\$ 1,6 milhão em emendas direcionadas à saúde. Já a segunda recebeu repasse bem maior: R\$ 5,4 milhões para saúde e infraestrutura.

Vento em popa

O governo federal autorizou a SBD ECO a iniciar operação comercial da usina de energia eólica instalada pela empresa em Morro do Chapéu, na Chapada Diamantina. Ao todo, poderá vender mais de 25 mil kw.

Um brinde a quem sempre foi a sua referência.

No dia 06 de agosto, sexta-feira, compre o Correio e leve uma caneca de Chopp personalizada.



Promoção válida enquanto durar o estoque. Assinantes podem solicitar a sua caneca através da Central de Atendimento (7)3480-9140 a partir do dia 06/08. Promoção válida apenas para assinantes da capital. Jornal sem caneca R\$1,99.

Correio

Wendel de Novais*

REPORTAGEM

wendel.novais@redabahia.com.br

O Litoral Norte da Bahia - com seus 260 quilômetros de paisagens deslumbrantes, lugares paradisíacos e praias encantadoras, além de uma infraestrutura excelente, com muitos resorts de luxo - é hoje um dos lugares mais visitados em todo o país. E a atração de mais turistas para região vai ganhar ainda mais impulso nos próximos meses com a formalização, na última sexta-feira (30), da Câmara da Costa dos Coqueiros - um diretório responsável por pensar e executar ações de fomento ao turismo nas oito cidades da região: Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Dias D'Ávila, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra.

Uma câmara que já existia desde 2005, mas que só agora ganha CNPJ, reconhecimento dos governos estadual e federal e respaldo para trabalhar pela atividade turística das cidades de maneira coletiva e não individual. Formalização que, para a Bahia, representa mais um passo rumo à regionalização do turismo no estado.

Um programa que tem Divaldo Borges, diretor de regulação e certificação de serviços turísticos da Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (Setur), como interlocutor. Para ele, inclusive, a oficialização da câmara é um passo importante no reconhecimento da organização do turismo no Litoral Norte.

"A câmara nada mais é do que um colegiado de organização de uma zona turística, onde se trabalha desenvolvimento, ordenamento e estruturação desses destinos. Ela facilita o diálogo entre a Secretaria do Turismo e os municípios, acelerando e tornando esse processo mais efetivo", explica Borges, acrescentando que já existem seis câmaras como no estado.

Mas, se a câmara já existia antes, qual é a diferença prática agora para o Litoral Norte baiano? Franklin Euzébio, presidente da Câmara Costa dos Coqueiros, garante que a assinatura do documento dá mais força à entidade tanto nos pleitos junto ao governo como na busca por investimento para a região. "É um grande avanço para essa zona. Com a formalização, conseguimos o título de instituição e ficamos aptos a auxiliar os municípios em diversas áreas como infraestrutura, roteirização e o mais importante: integralização das ações de turismo", conta ele.

Na prática, não se fala mais em Camaçari, Lauro de Freitas ou Mata de São João de maneira individual quando o assunto é planejamento e desenvolvimento turístico. É tudo um produto só, é tudo Costa dos Coqueiros.

A câmara já tem objetivos muito claros para iniciar o processo de retomada do tu-



Com suas belezas naturais, a Costa dos Coqueiros é hoje uma das regiões do país mais visitadas por turistas

Litoral Norte foca na expansão do turismo

Atividade ganhará impulso na região com a atuação da Câmara da Costa dos Coqueiros



Autoridades do setor de turismo e empresários durante o evento de formalização da câmara técnica

Essa união vai nos fortalecer e facilitar o processo de recuperação pós-pandemia e a ampliação do turismo. É, inclusive, fundamental na captação de recursos nacionais e internacionais

Cristiane Bacelar

Secretária de Turismo de Camaçari

Há uma alta na busca por um turismo de natureza, ecológico, tranquilo e seguro. Tudo que a Costa dos Coqueiros tem

Divaldo Borges

Diretor de regulação e certificação de serviços turísticos da Setur

rismo e desenvolvimento da atividade na região. Segundo Euzébio, as primeiras ações estão focadas em quatro pontos principais: infraestrutura, capacitação da mão de obra regional, marketing estratégico e atração de investidores. "São pilares fundamentais quando se pensa na evolução do turismo na região, que tem um potencial enorme na área", afirma.

No caso da atração de investidores, será possível ver o resultado desse trabalho até o fim de 2021, quando 10 mil empregos diretos e indiretos começam a ser gerados pelo projeto da Prima Empreendimentos, que está implantando uma rede hoteleira na região do Baixo, município de Esplanada.

MUNICÍPIOS OTIMISTAS

O cenário anima Cristiane Bacelar, secretária de Turismo de Camaçari. "Essa união vai nos fortalecer e facilitar o processo de recuperação pós-pandemia e a ampliação do turismo na região. É, inclusive, fundamental na captação de recursos nacionais e internacionais. Ir como Camaçari é uma coisa, ir como Costa dos Coqueiros é outra", diz Cristiane, que acredita que a região vai se tornar a zona turística mais popular na Bahia.

Turismóloga e assessora responsável pelo turismo em Lauro de Freitas, Fernanda Aragão

acompanha Cristiane no otimismo e cita a busca ativa por apoio, que já está em prática, como um dos principais motivos para isso. "É fundamental uma sinalização turística para valorização dos pontos turísticos daqui e é isso que vamos conseguir com a câmara em contato direto com o Estado e as autoridades do turismo", declara.

Para Divaldo Borges, a empolgação não é exagero. Ele explica que a região reúne as características necessárias para desenvolver seu potencial turístico. "Há uma alta na busca por um turismo de natureza, ecológico, tranquilo e seguro. Tudo que a Costa dos Coqueiros tem. Então, aquelas pessoas que começam a voltar a viajar, vão procurar a região por tudo que a zona oferece. A formalização só consolida um processo que a Costa já vinha fazendo com muita maestria", salienta.

As praias da Estrada do Coco/Linha Verde são conhecidas por proporcionar aos visitantes e nativos banhos de mar em águas calmas, quentes e quase sempre cercadas de quebra-mar natural. Fazem parte do conjunto de belezas naturais da região os rios Jacuipe, Pojuca e Joanes, sendo este último ponto excelente para prática de esportes náuticos.

Dentre os principais atrativos da região estão Praia do Forte, Imbassaí, Costa do Sauípe, Baixo, Massarandupió, Mangue Seco, Arembepe, Projeto Tamar, Projeto Baleia Jubarte, Castelo Garcia D'Ávila e Reserva da Sapiranga.

Em sua edição da semana passada (24 e 25/7), o CORREIO publicou um caderno especial mostrando o boom no Litoral Norte nos últimos meses. O caderno mostra o movimento de pessoas da capital e de outros estados, que transformaram as suas casas de veraneio em primeiras residências, impactando assim o surgimento de uma nova infraestrutura na região. Saúde e educação são setores que vêm crescendo. Mostrou também os investimentos imobiliários e a força do turismo local.

*SOB SUPERVISÃO DA SUBEDITORA FERNANDA VARELA

Tribuna

Mínimo terá maior alta em seis anos

Com inflação alta e próxima de 7%, o salário mínimo em 2022 terá o maior reajuste desde 2016

Uol

Com a inflação em alta e próxima de 7%, o salário mínimo em 2022 terá o maior reajuste desde 2016. Naquele ano, a correção do piso salarial foi de 11,6%. Se a inflação de 7% se confirmar, o valor do mínimo chegará a R\$ 1.177 no próximo ano. É o que mostra o repórter Antonio Temóteo Do UOL, em Brasília.

Com a inflação em alta e próxima de 7%, o salário mínimo em 2022 terá o maior reajuste desde 2016. Naquele ano, a correção foi de 11,6%. O aumento, entretanto, não prevê ganhos reais para os trabalhadores. Isso quer dizer que essa alta não compensa a perda que o mínimo teve com a inflação. O poder de compra continuará igual, sem conseguir comprar coisas a mais. Se o preço de alguns produtos subir muito, vai comprar menos ainda, mesmo com o valor reajustado. Além disso, esse reajuste só é concedido porque a Constituição determina uma revisão periódica para preservar o poder de compra dos assalariados. Se a inflação de 7% se confirmar, o valor do mínimo chegará a R\$ 1.177 no próximo ano.

Os últimos reajustes concedidos pelo governo foram de: 2016: 11,6% (R\$ 880)



Foto- Divulgação

REAJUSTE

Se a inflação de 7% se confirmar, o valor do mínimo será de R\$ 1.177 em 2022

2017: 6,48% (R\$ 937) 2018: 1,81% (R\$ 954) 2019: 4,61% (R\$ 998) 2020: 4,7% (R\$ 1.045) 2021: 5,22% (R\$ 1.100) O governo tem de enviar ao Congresso, até 31 de agosto, o Ploa (Projeto de Lei Orçamentária Anual) e apresentar a segunda estimativa de reajuste do salário mínimo. A primeira, enviada ao Legislativo com o PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orça-

mentárias), projetava alta de 4,3%, passando dos atuais R\$ 1.100 para R\$ 1.147.

A última projeção oficial divulgada em 14 de julho pelo governo para um reajuste do salário mínimo é de 6,2%. Com isso, o valor chegaria a R\$ 1.168,20. Com as projeções mais próximas de 7%, iria a R\$ 1.177. Sem aumento real no governo Bolsonaro Neste ano, o governo

Bolsonaro reajustou o salário mínimo abaixo da inflação. Em 1º de janeiro de 2021, o mínimo subiu de R\$ 1.045 para 1.100. Mas para dar conta da inflação acumulada no ano passado, o salário mínimo deveria ser R\$ 2 maior e ter chegado a R\$ 1.102, respeitando a regra da Constituição que determina um reajuste periódico para preservar o poder de compra.

Tribuna

Maioria das empresas na Bahia é formada por MEI

LILY MENEZES
REPORTER

Seja pela falta de emprego formal ou por vontade de trabalhar com mais autonomia, muitas pessoas começaram a cultivar a ideia de atuar de forma autônoma, especialmente durante a pandemia. Uma das etapas para ser 'dono do próprio nariz' é a formalização do negócio, que para esta categoria é feita através da modalidade Microempreendedor Individual (MEI), cujo processo é simples, menos burocrático e feito totalmente online, através do site do Governo Federal para a categoria (mei.receita.economia.gov.br). Na Bahia, os cadastros de autônomos superaram as empresas inscritas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ): do universo de 1,1 milhão de estabelecimentos em atividade, 681.646 foram formalizados através do MEI, de acordo com dados disponibilizados pela Junta Comercial da Bahia (Juceb). No primeiro semestre deste ano, o interesse no registro como empresário individual se manteve: foram 82.575 novos cadastros MEI em todo o Estado. Os setores com maior taxa de formação de empresas foram os de comércio e reparação de veicu-

los automotores e motocicletas (40,3%), saúde humana e serviço social (9,6%), e profissionais científicos e técnicos (8%).

OTIMISMO

Até o momento, a Região Metropolitana de Salvador foi responsável pelo maior número de empresas constituídas, com 6.139 estabelecimentos, seguida por Feira de Santana (1.833), Barreiras (884), Vitória da Conquista (857) e Eunápolis (663). A presidente da JUCEB, Andrea Mendonça, avaliou o cenário como positivo para o empreendedorismo, confirmando as boas expectativas traçadas para 2021 e reafirmando o compromisso da Junta em acelerar as aberturas de novos negócios. "As medidas adotadas pela Juceb nos dois últimos anos, como a digitalização e automação de processos, estão sendo fundamentais para os bons resultados no registro de novos negócios durante a pandemia, e essas ações estão sendo ampliadas, também, para o interior do Estado." Apesar do desafio criado pela crise sanitária, a Juceb considera o crescimento na abertura de novos cadastros um recorde. "Vários sonhos sendo concretizados". Durante a

pandemia, o número de deferimentos automáticos de criação de empreendimentos aumentou, especialmente com a chegada do Sistema de Registro Integrado (SRI) que analisa de forma mais rápida a viabilidade do nome e do local indicados pelo interessado.

REGRAS

Para o profissional autônomo, ser microempreendedor individual traz vantagens como o acesso ao crédito com

juros mais baixos, endereço fixo para aumentar a confiança dos futuros clientes, facilidade com a emissão de notas fiscais e garante direitos como a aposentadoria, salário-maternidade para gestantes e afastamento remunerado por problemas de saúde; ao mesmo tempo, ser MEI estabelece os mesmos compromissos de uma pessoa jurídica, como o pagamento mensal do Simples Nacional, que varia entre R\$ 56 e R\$ 61, a depender do tipo de traba-

lho executado pelo empreendedor. Porém, antes de se engajar na formalização por este modelo, é necessário se atentar para os requisitos, como não ter participações em outras empresas e faturar até R\$ 81 mil por ano. O cadastro deve ser realmente individual, ou incluir apenas um funcionário que receba salário mínimo. Além disso, é preciso ter em mente qual serviço ou produto será oferecido para se enquadrar no cadastro MEI. "Determinadas atividades

também não podem ser exercidas como individual. Um rol delas você vai ter que entrar como empresário individual. Pode ainda entrar como sociedade limitada, ou como Eireli (Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que não depende de sócios e exige um capital maior)", explicou Lucas Coelho, julgador e responsável pela análise de Registros Mercantis da Junta. A maioria é de caráter intelectual, como jornalistas, médicos, contadores e advogados.

Tribuna

Tarifas de pedágio são reajustadas em sete rodovias baianas

DAVI VALADARES
ESTAGIÁRIO

Um levantamento recente da consultoria Tendências mostra que de cada R\$ 100 do orçamento das famílias brasileiras, sobram apenas R\$ 41,22 para consumir, pagar dívidas e investir. Conforme o mesmo levantamento, a renda tem sido pressionada pela alta dos preços de alimentos, energia elétrica e combustível que tem feito com que a maior parte do dinheiro das pessoas seja colocada nestes itens. Como não bastasse isso, o motorista também terá que desembolsar mais para pagar pedágio. A tarifa básica do pedágio (TBP) do Sistema BA-093 será reajustada a partir desta segunda-

feira (2). O anúncio foi publicado no Diário Oficial do Estado do último sábado (31) e corresponde a readequação tarifária anual prevista no contrato de concessão. Calculado a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o percentual aplicado sob a tarifa básica será de 3,302%.

Conforme a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), a tarifa passa de R\$ 4,732 para R\$ 4,888. No entanto, o consumidor paga tarifa arredondada, com alteração do valor de R\$ 4,70 (atual) para R\$ 4,90 (tarifa reajustada). O último reajuste autorizado pela Agerba aconteceu em novembro 2018. O Sistema BA-093 é administrado pela

Concessionária Bahia Norte (CBN), composto por um sistema de sete rodovias: Cia/Aeroporto, Via Parafuso, Via Metropolitana Camaçari-Lauro de Freitas e o trecho de Simões Filho até a entrada de Camaçari, que somam 132 km de extensão.

"Pago pedágio todos os dias, pois vou de carro para o trabalho. Além do custo imenso de gasolina, pelo preço que se encontra hoje, ainda tenho o custo do pedágio, onde até hoje não entendo a finalidade. Passo pelo pedágio duas vezes ao dia. Imagina a quantidade de carros que passam por lá [pedágio] diariamente e o valor arrecadado por eles. Então, a arrecadação é muito grande e diante do cenário do país não vejo justificativa para aumentar", questionou Renata



Foto: Divulgação

AUMENTO

Último reajuste autorizado pela Agerba aconteceu em novembro de 2018

Campos que reside em Candeias, Região Metropolitana de Salvador.

O motorista de aplicativo Lázaro Antônio Cerqueira de Araújo, de 45 anos, também criticou o aumento e disse que esse reajuste irá trazer prejuízos para os profissionais de aplicativo. "A gente não consegue ver a lógica de ter um

pedágio sendo que as estradas estão ruins. Além do prejuízo financeiro há o prejuízo também da manutenção do carro. Não tenho dúvida que esse aumento irá prejudicar a relação dos motoristas e dos passageiros", projetou Lázaro dizendo que com esse aumento vai evitar fazer viagem para locais que neces-

sitem passar por pedágio.

A Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba) foi procurada pela Tribuna da Bahia para justificar a autorização do aumento, mas não respondeu até o fechamento dessa matéria.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política / Raio Laser
Data: 31/07 a 01/08/2021	Página: 02

Tribuna

Crítica

O governador da Bahia, Rui Costa, foi às redes sociais ontem para criticar repasses “incorretos” de recursos do governo federal. Segundo o chefe do Executivo baiano, há uma série de obras paralisadas no estado em função de atrasos na transferência de verbas da União. Rui afirmou que é o caso de uma creche na cidade de Muniz Ferreira, a cerca de 90 km de Salvador. “A obra se arrasta há dois anos. Então, a prefeitura irá fazer o distrato com o Governo Federal e o Governo do Estado vai entrar com o recurso para finalizar a obra”, anunciou. O governador aproveitou para prometer a construção de um estádio de futebol e de uma escola no município.

Emendas

Preocupada em prestar todo o apoio técnico necessário aos municípios, a União dos Municípios da Bahia (UPB) tem auxiliado 170 municípios baianos a receberem mais de R\$ 128 milhões de indicação parlamentar na forma de emendas especiais. Desse total, mais de R\$ 10 milhões foram para o custeio e R\$ 118 milhões, para investimento sem a necessidade de indicação da finalidade e apresentação de projeto. O prazo final para encerramento do cadastramento determinado pelo Ministério da Economia foi para o dia 30 de julho, sendo que 15 dias antes do encerramento.

Tribuna

Governo critica Petrobras e quer comprar ações da Gaspetro

Secretário diz que Gaspetro quer vender ações da BahiaGás abaixo do preço de mercado

EQUIPE DE POLÍTICA

A Petrobras anunciou ontem que assinou com a Compass Gás e Energia, empresa do Grupo Cosan, contrato para venda de sua participação de 51% na Gaspetro. O valor da operação está estimado em R\$ 2,03 bilhões e será pago em seu fechamento.

A Gaspetro tem 24,5% das ações da BahiaGás, enquanto a Mitsui tem outros 24,5% e o governo do Estado 51%. Na venda das ações da BahiaGás a empresa tem direito de preferência por uma parte do total. A Gaspetro de-

tém participações em 19 distribuidoras de gás. Na Bahia, por exemplo, a BahiaGás passará a ter como sócia, detendo 24,5% das ações da empresa do grupo Cosan, através da Compass, se o negócio for realizado.

Mas o secretário estadual da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, que é presidente do Conselho de Administração da BahiaGás, disse que a empresa não vai aceitar a compra e vai exercer o direito de preferência. Ao site Bahia Econômica, Cavalcanti afirmou que o aporte da negociação não é condizente com o valor da estrutura que será vendida, que a BahiaGás vale mais e que o governo do Estado vai

exercer seu direito de preferência na compra das ações.

"O governo da Bahia foi notificado na tarde desta quinta-feira (29), por correspondência eletrônica, do valor da participação da Gaspetro na BahiaGás, que está sendo alienada no processo da Petrobras. Pela nossa avaliação preliminar, o valor é extremamente baixo e, no intuito de defender o interesse do patrimônio dos baianos, o estado da Bahia exercerá o direito de preferência da parte das ações que está sendo vendida pela Petrobras", afirmou. As outras companhias de gás dos estados do Nordeste também devem se posicionar contra os valores propostos.

ENTREGAS

O município de Muniz Ferreira completou 59 anos de emancipação política ontem, quando recebeu a visita do governador Rui Costa. Na ocasião, foi entregue um sistema simplificado de abastecimento de água na localidade de Alto da Boniteza, instalado pela Cerb, companhia vinculada à Secretaria de Infraestrutura Hídrica do Estado (Sihs).

O sistema de abastecimento contou com um investimento de R\$ 165 mil e beneficia 80 famílias que vivem na região. "Além desta entrega, anunciamos novas entregas de sistemas de abastecimento para a zona rural", declarou o governador.



Secretário da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti disse que a empresa vai exercer o direito de preferência

Tribuna

Guedes: Teto não será furado por causa do Bolsa Família

ESTADÃO CONTEÚDO

O ministro Paulo Guedes afirmou que a ampliação do Bolsa Família, que será transformado em um novo programa social do Executivo, tem margem orçamentária para manter o teto de gastos. Segundo ele, diante dos cálculos feitos, considerando um pagamento médio de R\$ 300, o montante necessário seria de R\$ 25 a R\$ 30 bilhões — que já estariam no Orçamento da União.

"Nós fizemos os cálculos e as provisões para atender ao ministro João Roma (Cidadania), que pediu um aumento de 50% no Orçamento, e ao presidente Jair Bolsonaro, que pediu que o benefício médio fosse de R\$ 300. Isso é um custo entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, que a gente já tem, já está no Orçamento. O Bolsa Família não ameaça o teto. O Orçamento está preparado para mandar um Bolsa Família mais robusto", afirmou o ministro, nesta sexta-feira (30/7), após um evento no Rio de Janeiro.

Ele afirmou que, do ponto de vista orçamentário, "imprevistos, que sempre acontecem, terão de ser atacados diretamente". "Nas primeiras

informações que estão chegando, é possível que a gente tenha que rever alguma coisa. Mas até o momento, sabemos que a programação do Bolsa Família estava perfeitamente enquadrada dentro dos nossos planos da Lei de Responsabilidade Fiscal e de limite do teto", disse Guedes.

Ao falar sobre os imprevistos, o ministro citou, a título de exemplo, gastos com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a eliminação do ICMS da base de cálculo do PIS e Cofins, determinada pelo STF e que resultará em uma queda de arrecadação nos próximos anos.

"O que acontece normalmente é que os Poderes são independentes e todos eles têm poder de afetar o Orçamento. Por exemplo, o Executivo, se decidisse fazer um Bolsa Família de R\$ 400, R\$ 500, R\$ 600, afetaria os orçamentos. Uma decisão desse tipo tornaria o Orçamento fora da Lei de Responsabilidade Fiscal. Da mesma forma, o Legislativo, quando se reúne e decide aprovar programas — como aprovou o Fundeb, que é um excelente programa — coloca fora do teto porque sabe que é um impacto muito grande", pontuou.

Bolsonaro diz que vai manter auxílio se pandemia continuar

ESTADÃO CONTEÚDO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou que, se a pandemia da covid-19 permanecer no Brasil, o governo federal planeja manter o auxílio emergencial para a população. "A gente espera que, com a vacina e com a questão da pandemia sendo dissipada, não seja mais preciso isso (auxílio emergencial) mas, se porventura continuar, nós manteremos o auxílio emergencial", declarou o presidente, sem dar maiores detalhes, em entrevista à 89 FM (SP), na manhã de ontem.

A fala representa uma mudança de discurso do chefe do Executivo, que durante todo o ano passado criticou o benefício, à época, no valor de R\$ 600. Bolsonaro inclusive chegou a declarar que gostaria de destinar o valor usado para pagar o auxílio para o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, investir em obras públicas. Em diversas declarações, Bolsonaro argumentou que manter o auxílio "quebraria o País", e que o governo não poderia manter o benefício por muito tempo pois ele só aumentava a dívida da União. A resistência do Executivo em estender o auxílio, mesmo com va-

lores mais baixos, levou o benefício a ser suspenso nos primeiros três meses do ano.

Apesar da possibilidade de extensão, conforme o presidente avalia, a "economia formal está indo bem", mas benefícios como auxílio emergencial e o Bolsa Família devem ser analisados, uma vez que gastam grande quantidade de dinheiro público. "Temos que pensar nisso, e gastar dinheiro nisso, ou se endividar, o que é a palavra mais correta, para atender aos mais necessitados até que a economia volte a ser normalizada", declarou Bolsonaro, que afirmou que hoje terá mais uma reunião com a Economia onde será acertado o novo valor do Bolsa Família.

Bolsonaro reforçou que o governo deve apresentar até o início de agosto uma medida provisória reformulando programas sociais e que o benefício médio do novo Bolsa Família deve subir 50% ou mais, diante da inflação. Hoje, o Bolsa Família paga, em média, cerca de R\$ 190 por família. Com 50% de reajuste, esse valor chegaria a R\$ 285. Otimista, o chefe do Executivo manteve a promessa feita por Queiroga de que a vacinação no País deve ser finalizada até o final do ano.

Tribuna

Relator condiciona corte do IR à alta de arrecadação

ESTADÃO CONTEÚDO

Para tentar vencer a resistências de Estados e municípios, o projeto de reforma do Imposto de Renda vai conter um dispositivo para atrelar uma parte da queda prevista do tributo cobrado das empresas a uma meta de arrecadação, segundo antecipou ao Estadão o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

A proposta foi apresentada ontem por ele a secretários de Fazenda dos Estados e à Confederação Nacional dos Municípios (CNM). Segundo Sabino, o mecanismo serviria para evitar perda aos cofres estaduais e municipais com as mudanças no IR - cuja arrecadação é compartilhada com a União.

Críticos ao projeto, os governos regionais apresentaram uma conta que mostra uma perda de, no mínimo, R\$ 27,4 bilhões de arrecadação com o parecer inicial de Sabino. Ou seja, eles ficariam com a maior parte da perda das receitas do projeto, estimada ao todo em R\$ 30 bilhões.

O relatório de Sabino prevê corte de 12,5 pontos percentuais na alíquota do IR das empresas em dois anos - 10 pontos em 2022 e mais 2,5 pontos em 2023. Ele explicou que o aumento de arrecadação decorrente da taxa de distribuição de lucros e dividendos, dos fundos exclusivos e do fim da possibilidade de dedução dos Juros sobre Capital Próprio (JCP), além do fim de isenção do auxílio-moradia e de alimentação de agentes públicos, cobriria com folga uma redução da alíquota de 7,5 pontos percentuais.

Os outros 2,5 pontos ficariam vinculados ao aumento da arrecadação corrigida pela inflação. Sabino explicou que, dessa

forma, seria possível começar com a queda de 10 pontos percentuais prevista no projeto para 2022, já que é provável que a arrecadação em 2022 se mantenha em patamar superior ao deste ano. De acordo com ele, o texto terá um parágrafo estabelecendo a redução de alíquota de 7,5 pontos percentuais do IRPJ. Em outro parágrafo, ficará estabelecida uma queda de mais 2,5 pontos percentuais vinculada à meta de arrecadação. Ou seja, a arrecadação terá de superar a do ano anterior.

Em 2023, a queda prevista de mais 2,5 pontos percentuais só será concedida se a arrecadação bater de novo a arrecadação de 2022 corrigida pela inflação. O aferimento da meta de arrecadação será feito no período de 12 meses até outubro.

O relator disse que o secretário da Receita Federal, José Tostes, garantiu esse aumento. "O secretário Tostes, que está aqui ao meu lado, garante que vai bater a arrecadação e garantimos dar a queda de 10 pontos percentuais para o mercado. E, para os Estados e municípios, garantimos que não vai cair a receita do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e do FPE (Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal)", disse Sabino.

Segundo o deputado, nos anos seguintes, após 2023, a Receita prevê um aumento maior da arrecadação decorrente da volta da tributação de lucros e dividendos e do lucro das pessoas físicas nacionais que estão sendo acumulados em paraísos fiscais. Hoje, esses lucros não são tributados e passarão a ser cobrados a partir de 2023. Esses valores serão declarados pela pessoa física no IR e terão origem lícita - essa medida está prevista no projeto.



Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 31/07 a 01/08/2021	Página: 06

Tribuna

Sindprev alerta para o risco de não haver novas aposentadorias

O Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social Social alerta a sociedade para o risco de redução do número de aposentados pelo INSS nos próximos 20 anos. Durante discussão no VIII Congresso Estadual da entidade nesta sexta-feira (30), foram abordados os riscos de colapso após a vigência da Reforma Trabalhista, sancionada pelo então presidente Michel Temer.

“Sobre a questão da aposentadoria, a gente acredita que a Reforma Trabalhista causará um impacto devastador na Previdência Pública nas próximas duas décadas. O dispositivo chamado jornada intermitente de trabalho reduz drasticamente a contribuição ao INSS, pois o trabalhador fica no dilema entre comer e pagar a parcela que garante a sua aposentado-

ria”, pontua Valdemir Medeiros, diretor do Sindprev.

Ele explica ainda que a Previdência Social é um fundo solidário. “Na medida que não tem contribuição, ela [previdência] vai quebrar lá na frente e não terá pagamento para o aposentado”, completa.

Segundo Medeiros, a crueldade com o trabalhador se completou com a reforma previdenciária e tende a ser maior, caso a PEC 32 seja aprovada. “A reforma Administrativa não é só a retirada de emprego, mas o fim dos concursos públicos. Quando não tem concurso público, o capital vai deter a oportunidade, porque ele é que manda. Quando não tem concurso público, o trem da alegria é que vai fazer indicações para os trabalhos e a preocupação da PEC 32, é passar sem que a gente se mobilize e movimente”, finalizou.

Tribuna

Venda da Gaspetro depende do Cade e sócios

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Após o anúncio da Petrobras sobre a venda de sua participação total na Petrobrás Gás S.A (Gaspetro) na última quarta-feira, 28, em um acordo assinado com a empresa Compass Gás e Energia S.A. de R\$ 2,03 bilhões, o governo baiano foi notificado e reagiu. O Secretário da infraestrutura, Marcus Cavalcanti, presidente do Conselho de Administração da BahiaGás, disse que a empresa não vai aceitar a compra e vai exercer o direito de preferência.

"O governo da Bahia foi notificado na tarde de quinta-feira (29), por correspondência eletrônica, do valor da participação da Gaspetro na Bahiagás, que está sendo alienada no processo da Petrobras. Pela nossa avaliação preliminar, o valor é extremamente baixo e, no intuito de defender o interesse do patrimônio dos baianos, o estado da Bahia exercerá o direito de preferência da parte das ações que está sendo vendida pela Petrobras", explicou Marcus Cavalcanti à **Tribuna da Bahia**.

Em nota, a Gerência de Imprensa da Petrobras disse à **Tribuna da Bahia** que "o fechamento da transação



Foto- Fernando Frazão/ Agência Brasil

PETROBRAS

Estatual anunciou vender sua participação na Gaspetro

está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Além disso, até o fechamento a Petrobras observará as disposições constantes dos acordos de acionistas da Gaspetro e das distribuidoras de gás natural, inclusive quanto aos direitos de preferência, conforme aplicáveis".

A Gaspetro tem 24,5% das ações da BahiaGás, enquanto a Mitsui tem outros 24,5% e o governo do Estado 51%. Na venda das ações da BahiaGás, a empresa tem direito de preferência por uma

parte do total.

A Petrobras deu início ao processo de venda de sua fatia na Gaspetro no final de fevereiro de 2020, tendo iniciado a fase vinculante em julho, após um adiamento em meados de março, quando a petroleira chegou a reabrir a fase de habilitação de interessados.

Para o diretor do Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro-BA), Radiovaldo Costa, a Petrobras está mantendo a sua política de privatizar a empresa vendendo pedaços para multinacionais ou empresas nacionais por preços abaixo do valor.

"Na ânsia de conquistar seu objetivo, a Petrobras vem sendo vendida para grupos privados por preços abaixo do mercado. Mas principalmente no Nordeste a situação vai impactar, isso tudo é muito lamentável. O governo do Estado deve mesmo usar do seu direito de ter a preferência na aquisição e deixar que ela continue sob os cuidados públicos porque o setor do gás é atualmente estratégico para empresas e todas as demandas da sociedade."

A Gaspetro é uma holding com participação societária em 19 companhias distribuidoras de gás natural, localizadas em todas as regiões do Brasil. Suas redes de distribuição somam aproximadamente 10 mil quilômetros, atendendo a mais de 500 mil clientes, com volume distribuído de cerca de 29 milhões de metros cúbicos por dia.

A Compass, que adquiriu a Gaspetro, pertence ao Grupo Cosan, e foi criada em 2020 para atuar no segmento de gás e energia. Atualmente é controladora da Comgás, maior distribuidora de gás do país com mais de 19 mil quilômetros de rede instalada e 2,1 milhões de clientes e com presença em 94 municípios do estado de São Paulo.

Reforma tributária terá regra para fechar cerco a paraísos fiscais, diz relator



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

O relator da proposta de reforma tributária, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou que seu texto vai voltar a prever a tributação de recursos de pessoas físicas brasileiras em paraísos fiscais. 'Vamos pagar a redução do imposto de todos os brasileiros, com folga', afirmou à reportagem.

O endurecimento estava no projeto de lei do governo - mas foi retirado na versão seguinte, apresentada a líderes em 13 de julho e escrita em parceria entre o ministro Paulo Guedes (Economia) e o deputado.

O artigo 6º do projeto determinava a taxação dos recursos de pessoas físicas brasileiras alocados em empresas estrangeiras (as chamadas offshore) quando sediadas em paraísos fiscais.

A cobrança seria anual, mesmo se o dinheiro não fosse trazido ao Brasil. Atualmente, indivíduos brasileiros não estão sujeitos a esse tipo de cobrança.

A regra é recomendada pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), cuja secretária de temas fiscais havia criticado ao jornal Folha de S.Paulo a exclusão. Para ela, o país estava perdendo a oportunidade de fechar o cerco contra paraísos fiscais.

"É uma brecha na legislação brasileira, pois quem tem capacidade de investir em um país de tributação favorecida não vai aplicar diretamente e sim por meio daquele país", afirmou em entrevista recente à Folha de S.Paulo Zayda Manatta, chefe do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais da OCDE.

Ela afirma que a retirada da regra favoreceria a desigualdade tributária. "Isso abre uma possibilidade de planejamento tributário muito grande e desigual, porque é muito mais favorável [para os mais ricos] do que para o indivíduo que tem capacidade menor de se globalizar", diz. "Tudo o que o sistema deve evitar é tratar de forma diferente situações assemelhadas. E, se for beneficiar alguém, tem que ser o pequeno", afirma.

Perguntado sobre o que levou à mudança de ideia, Sabino respondeu que foi 'o espírito patriota'. Ele não diz quanto a proposta deve arrecadar, mas afirma que a medida vai equacionar as outras perdas de receita

previstas no texto.

Há pelo menos R\$ 50,4 bilhões em dinheiro de brasileiros em contas no exterior. O volume se refere aos recursos existentes em todas as jurisdições externas (não apenas paraísos fiscais), mas pode ser muito maior porque diz respeito somente ao capital declarado à Receita Federal.

Dados mais abrangentes do Banco Central apontam a existência de recursos em volume significativamente maior. De acordo com a autoridade monetária, 60,4 mil pessoas físicas residentes no Brasil tinham US\$ 192,6 bilhões em ativos externos ao fim de 2019 (quase R\$ 1 trilhão). Também nesse caso, o número diz respeito somente às quantias declaradas.

A Receita Federal considera paraíso fiscal o local que tributa a renda com alíquota inferior a 20%. Além disso, também entra na lista o lugar que protege o sigilo sobre a composição societária das empresas.

Entre os mais de 60 integrantes da relação, estão Ilhas Cayman, Aruba, Bahamas, Bermudas, Irlanda, Líbano e Emirados Árabes Unidos.

Sabino apresentou uma nova versão do texto também para representantes de estados e municípios prevendo que os cortes planejados na alíquota do IRPJ (Imposto de Renda de Pessoa Jurídica) sejam feitos ao longo de três anos (e não dois) e dependam em parte do crescimento real da **arrecadação**.

A proposta teve como objetivo agradar representantes de governadores e prefeitos, mas eles ainda mostram resistências à proposta mesmo com as alterações.

A proposta apresentada em meados do mês por Sabino propunha um corte na alíquota-base do IRPJ de 15% para 2,5%, sendo uma redução de 10 pontos percentuais no primeiro ano de vigência e mais 2,5 pontos no segundo ano.

Agora, o deputado apresentou a nova versão com um corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro.

A ideia comentada por ele é que a compensação orçamentária para o primeiro corte estaria assegurada pelas próprias medidas arrecadatórias contidas na proposta, que incluem a taxaçoão de dividendos.

Já os cortes adicionais no segundo e no terceiro ano só seriam feitos se a **arrecadação** crescer em relação ao ano anterior -já descontada a inflação.

Assuntos e Palavras-Chave: SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Arrecadação

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 31/07/2021	Coluna: Economia



REFORMA TRIBUTÁRIA MIRA R \$ 1 TRILHÃO DE BRASILEIROS EM PARAÍSO FISCAL



31 Julho, 2021

O volume de recursos de pessoas físicas e empresas do Brasil abrigado em paraísos fiscais ao fim de 2020 superou a marca de US \$ 200 bilhões pelo segundo ano seguido. O valor representa mais de R \$ 1 trilhão e pode ser alvo de um aperto nas regras de tributação com a reforma tributária. Os valores referentes a 2020 foram publicados pelo Banco Central nesta semana e a real quantidade pode ser ainda maior, já que eles se referem apenas aos números declarados pelos contribuintes. Na lista de 68 jurisdições consideradas paraísos fiscais pela Receita Federal, os campeões na destinação de recursos são as Ilhas Cayman (US \$ 69 bilhões), as Ilhas Virgens Britânicas (US \$ 60,5 bilhões) e as Bahamas (US \$ 53,4 bilhões). Entram na conta diferentes ativos, como participações em empresas e imóveis.

São obrigados a declarar ao BC, sob pena de multa, pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no país que não tenham exterior mais de US \$ 1 milhão ao fim de cada ano ou US \$ 100 milhões ao fim de março, junho ou setembro. Questionado sobre qual o montante apenas de pessoas físicas em paraísos fiscais, o BC não apresentou os valores. “Nestas estatísticas, não está disponível a abertura entre pessoas jurídicas e pessoas físicas”, afirmou em nota. Enviar recursos para paraísos fiscais é uma forma de evitar o pagamento de impostos no país de origem, já que esses locais tributam a renda em menos de 20%. Para especialistas, o uso de paraísos fiscais por pessoas físicas e empresas do Brasil mesmo durante uma pandemia pode ser explicado por fatores diferentes.

Além da busca por menos tributação e transparência, são motivados como a desvalorização do real frente ao dólar, a percepção de risco sobre o país, recebimentos com mudanças no sistema tributário e até o maior planejamento para heranças em casos de falecimento em meio à crise sanitária. “Um dos motivos é o medo da morte. Muitas pessoas levam o patrimônio para o exterior para organizar a sucessão”, afirmou Gabriel Quintanilha, advogado e professor convidado da FGV Direito Rio. Segundo ele, uma pessoa tem entre as vantagens da operação não só menos tributação como também regras facilitadas para um download.

Jefferson Nascimento, coordenador da área de Justiça Social e Econômica da Oxfam Brasil, afirmou que o envio de recursos para paraísos fiscais estimula a desigualdade no país ao diminuir uma arrecadação que ajudaria a políticas de custear —como em saúde ou educação. Agora, ao menos parte desse problema tem uma chance de ser solucionado com uma regra para endurecer a taxaço desses recursos, em discussão entre governo e Congresso na proposta de reforma tributária. O relator da proposta do governo que altera o Imposto de Renda, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), afirmou que seu texto vai voltar a prever a tributação mais rígida para paraísos fiscais.

O endurecimento previsto no projeto de lei do governo —mas foi retirado na versão seguinte, apresentado a líderes em 13 de julho e escrita em parceria entre o ministro Paulo Guedes (Economia) e o deputado. O artigo 6º determinava a taxação dos recursos de pessoas físicas brasileiras alocados em empresas estrangeiras (as chamadas offshore) quando sediadas em paraísos fiscais. A cobrança seria anual, mesmo se o dinheiro não fosse trazido ao Brasil. Atualmente, nós brasileiros não estão sujeitos a esse tipo de cobrança. “Vamos pagar a redução do imposto de todos os brasileiros, com folga”, disse Sabino, sem dizer os valores.

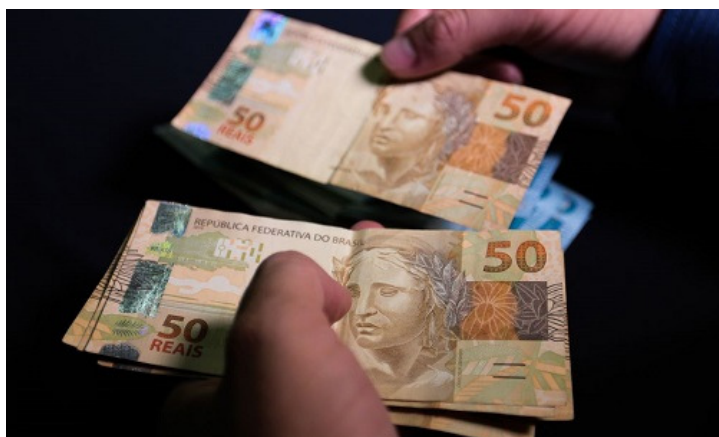
Nascimento, da Oxfam, afirmou que a medida é importante, mas ainda aguarda o detalhamento do texto para saber como a regra será implementada. “Isso certamente é positivo, sem sombra de dúvida”, disse. Além do formato do texto a ser proposto pelo relator, ele afirmou que também é motivo para atenção a forma como esse debate ocorrerá durante a tramitação da proposta no Congresso. “Eu sugeriria cautela”, disse. A regra para a tributação dos recursos em paraísos fiscais independentemente da distribuição aos acionistas é recomendada pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), cuja secretária de temas fiscais, Zayda Manatta, havia criticado à Folha uma exclusão. Para ela, o país estava perdendo a oportunidade de fechar o cerco contra paraísos fiscais .

“É uma brecha na legislação brasileira, pois quem tem capacidade de investir em um país de tributação favorecida não vai aplicar diretamente e sim por meio desse país”, afirmou em entrevista Manatta, chefe do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Finais Fiscais da OCDE. Ela disse que a retirada da regra favorecerá a desigualdade tributária. “Isso abre uma possibilidade de planejamento tributário muito grande e desigual, porque é muito mais favorável [para os mais ricos] do que para o indivíduo que tem capacidade menor de se globalizar”, disse. “Tudo o que o sistema deve evitar é tratar de forma diferentes hipóteses assemelhadas. E, se para o beneficiário alguém, tem de ser o pequeno”, afirmou.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 01/08/2021	Coluna: Economia



CONTAS PÚBLICAS TÊM DÉFICIT DE R\$ 65,5 BILHÕES EM JUNHO



1 Agosto, 2021

As contas do setor público consolidado registraram déficit primário de R\$ 65,5 bilhões em junho, informou o Banco Central (BC) nesta sexta-feira (30). O resultado de junho representa uma melhora na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando foi registrado um déficit fiscal de R\$ 188,7 bilhões, resultado influenciado diretamente pela primeira onda da Covid-19.

Ainda em junho, de acordo com o Banco Central: o governo federal respondeu por um déficit primário de R\$ 75,1 bilhões; os estados e municípios apresentaram resultado positivo (superávit) de R\$ 8,4 bilhões; e as empresas estatais registraram superávit primário de R\$ 1,2 bilhão.

No acumulado do primeiro semestre deste ano, ainda segundo o Banco Central, as contas públicas registraram déficit primário de R\$ 5,2 bilhões. Nos últimos doze meses, o déficit primário do setor público consolidado atingiu R\$ 305,5 bilhões, o equivalente a 3,81% do Produto Interno Bruto (PIB), permanecendo na trajetória de redução observada neste ano, quando a pandemia tem impactado menos nas contas públicas em comparação ao ano passado.

Para este ano, o setor público está autorizado a registrar déficit primário de até R\$ 250,89 bilhões. Porém, com a autorização do Congresso Nacional para excluir da meta algumas despesas extraordinárias relacionadas com a Covid-19, estimadas em R\$ 127,5 bilhões pelo Tesouro Nacional, o rombo neste ano será maior que a meta. (G1)

Foto: Marcello Casal Jr/ Agência Brasil

mercado

PAINEL S.A.

Joana Cunha
painelsa@grupofolha.com.br

Presente

Os shoppings esperam movimentar R\$ 3,5 bilhões nas vendas do Dia dos Pais neste ano, um incremento de R\$ 870 milhões em relação à data em 2020, pelas estimativas da Abrasce (associação de shoppings). O avanço da vacina e o relaxamento das restrições da pandemia melhoraram as expectativas do setor, segundo a Ablos (associação de lojistas). Mas o quadro pode mostrar um comportamento do consumidor muito ligado à inflação, diz Edu Neves, presidente do Reclame Aqui.

BOLSO Segundo a análise de Neves, pelo efeito do alto preço, o consumidor se vê obrigado a gastar mais no presente. Ou nem presenteia por que não pode gastar. Pesquisa do Reclame Aqui aponta que quase 40% dos que não pretendem comprar presente no Dia dos Pais dizem que estão sem condição financeira. É um reflexo de fatores como o achatamento de renda ou o desemprego, diz Neves.

HORIZONTE Segundo o Reclame Aqui, 68% das pessoas estão procurando pagar mais à vista, o que pode indicar que o consumidor está comprando dentro das suas capacidades financeiras ou não está em condições de fazer compras parceladas, seja por falta de crédito ou porque não quer se endividar mais.

CALENDÁRIO Entre os que pretendem presentear, 73% afirmam que vão comprar nesta semana anterior ao Dia dos Pais. Quase 20% deixarão para o dia anterior e cerca de 8% farão na própria data, segundo a pesquisa feita entre 27 e 29 de julho no site do Reclame com 14.490 consumidores.

BUSCA Segundo o Google, as buscas pela expressão Dia dos Pais nas semanas anteriores à data ficaram 7% acima do registrado no período em 2020.

VIAGEM O setor de turismo tem saldo positivo na geração de vagas formais, mas ainda não conseguiu recuperar as perdas da pandemia. O impacto é mais forte nos destinos que atraem eventos corporativos, segundo a professora da USP Mariana Aldrigui.

SALÁRIO Em maio e junho foram criadas 25,6 mil vagas, após dois meses de resultado negativo. O período mais crítico foi entre março e agosto de 2020, quando 203 mil empregos foram perdidos. Mais da metade deles foram recuperados entre setembro do ano passado e fevereiro de 2021.

ROTA Os estados de São Paulo e Rio de Janeiro responderam por quase 60% das vagas encerradas no país desde a chegada do coronavírus. Fora das capitais, Foz do Iguaçu foi o destino que perdeu mais postos no período (3,300).

GULOSEIMA A fabricante alemã de balas de gelatina Haribo assinou acordo de licenciamento para lançar uma linha de doces com formatos inspirados nas bonecas Barbie e nos carrinhos Hot Wheels, da Mattel. O contrato terá dois anos e vale para o Brasil.

MOCHILA "O país é um dos mercados prioritários. Esperamos alta de 40% no faturamento neste ano", diz Alexandre Nedel, diretor comercial da companhia no Brasil. A expectativa da empresa é que a volta às aulas fora de casa impulse as vendas para a lancheira dos alunos. Em outubro, o Dia da Criança também costuma favorecer o negócio.

FRONTEIRA A nova linha terá três novos sabores que a empresa já vende na Europa. As balas serão produzidas na unidade da Haribo em Bauri (SP), que é uma das 16 fábricas da empresa no mundo e a única fora da Europa.

PARA-CHOQUE O Ipen (Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares) está terminando de fabricar um caminhão que usa irradiação para analisar e limpar efluentes industriais que podem ser reutilizados ou descartados.

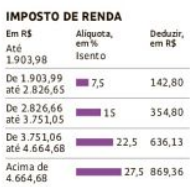
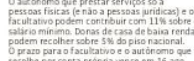
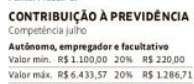
CABINE A unidade móvel com acelerador de elétrons deve ficar pronta a partir do ano que vem para refinar a produção de petróleo, mas também poderá ser usada em indústrias têxteis, farmacêuticas e químicas e aterros sanitários, segundo o Ipen. O caminhão tem capacidade para tratar até 1.000 m³ de líquido por dia, e o projeto tem investimento da empresa Truckvan, diz a entidade.

DIAGNÓSTICO A venda de testes rápidos de Covid-19 nas farmácias alcançou na terceira semana de julho o menor patamar desde dezembro do ano passado, segundo levantamento da Abrafarma, associação que reúne redes de drogarias. Entre os dias 19 e 25 de julho, foram realizados pouco mais de 195 mil exames.

PULMÃO A parcela de resultados positivos, que também segue em queda, alcançou 16,3%. A porcentagem é também a menor desde dezembro de 2020, conforme a pesquisa.

com Mariana Grazini e Andressa Motter

INDICADORES



Entenda o 'quebra-cabeça' da reforma do Imposto de Renda

Texto original do governo causou gritaria entre empresários e proposta ainda sofre mudanças constantes nas mãos do relator

Douglas Gavras

SÃO PAULO A reação foi pior do que o governo esperava: a proposta preliminar da segunda fase da reforma tributária, que mexe nas regras do Imposto de Renda, desagradou empresários, ao colocar uma taxa de 20% sobre a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas e cortar o IR para as empresas abaixo do que elas gostariam.

Assustado com a repercussão, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ao empresariado que estava disposto a calibrar pontos da reforma. O texto do relator, Celso Sabino (PSDB-PA), ainda está em discussão e diversas mudanças na versão preliminar já ocorreram.

A proposta original previa, por exemplo, uma tributação de 20% de dividendos e isenção para até R\$ 20 mil por mês para pessoas físicas que recebem de micro e pequenas empresas. O relator quer ampliar o desconto para empresas de um mesmo grupo, entre outras isenções. Essa compensação, ele chegou a mencionar o fim de subsídios a alguns setores, como à indústria química.

A tributação para empresas também mudou radicalmente desde que deixou o Ministério da Economia. No original, a alíquota de IR seria cortada aos poucos, em cinco pontos percentuais: de 15% para 12,5%, em 2022, e 10% no ano seguinte.

A proposta apresentada em meados do mês por Sabino propunha um corte na alíquota-base do IRPJ de 15% para 2,5%, sendo uma redução de 10 pontos percentuais no primeiro ano de vigência e mais 2,5 pontos no segundo ano.

Agora, o deputado apresentou uma nova versão do texto também para representantes de estados e municípios prevendo um corte de 7,5 pontos no primeiro ano, de 2,5 pontos no segundo e outros 2,5 pontos no terceiro.

A ideia é que a compensação orçamentária para o primeiro corte estaria assegurada pelas próprias medidas arrecadatórias contidas na proposta, que incluem a taxa de dividendos. Já os cortes adicionais no segundo e no terceiro ano só seriam feitos se a arrecadação crescer em relação ao ano anterior —já descontada a inflação.

Impedir o contribuinte que ganha acima de R\$ 40 mil por ano a optar pela declaração simplificada é outro ponto polêmico da proposta, por prejudicar os brasileiros de classe média baixa e aqueles sem dependentes. Um estudo do Ibre-FGV (Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas) aponta que mais de 2 milhões devem ter de pagar mais imposto.

Na visão de parte dos analistas, a reforma optou por pesar a mão sobre parte dos contribuintes de classe média para poupar a parcela que mais utiliza os descontos com instrução e serviços médicos hoje, os que têm renda média mais alta.

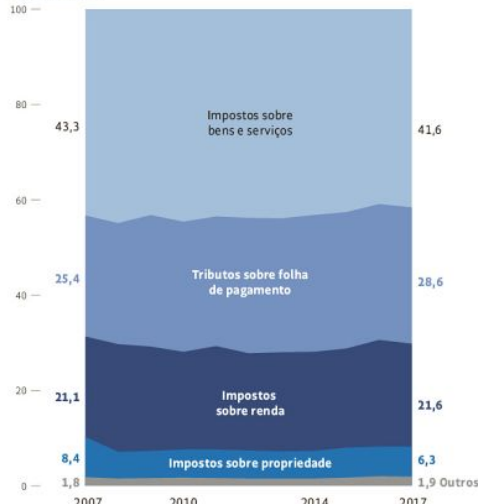
Na sexta-feira (29), Sabino afirmou que seu texto vai voltar a prever a tributação de recursos de pessoas físicas brasileiras em paraísos fiscais.

O endurecimento estava no projeto do governo —mas foi retirado na versão seguinte, de Guedes e Sabino, apresentada a líderes em 13 de julho.

Raio-X do Imposto de Renda no Brasil

Participação da carga tributária

Em % da carga total



Valor de principais deduções e isenções do IRPF*

Em R\$ bilhões



Tributação combinada sobre lucros e dividendos**

Em % da alíquota estatutária



*Valores para o ano de 2017
**Dados para o ano de 2018

Veículo: G1	
Data: 02/08/2021	Caderno: Economia



Governo vai apresentar PEC dos precatórios ao Congresso e ao STF

02/08/2021 10h08 Atualizado há 6 minutos

O governo vai apresentar nesta semana aos presidentes da Câmara, Senado e do Supremo Tribunal Federal (STF) o texto de uma emenda constitucional que permite parcelar dívidas judiciais acima de R\$ 66 milhões, chamados de "superprecatórios".

Os precatórios são dívidas da União decorrentes de decisões judiciais definitivas. Ou seja, créditos que pessoas físicas e jurídicas têm a receber do governo federal.

Além de resolver o que o ministro Paulo Guedes chamou de "meteoro" (o crescimento de mais de 60% na conta dos precatórios que o governo terá que honrar em 2022), a PEC abre espaço de pelo menos R\$ 34 bilhões para gastos em ano eleitoral.

Segundo fontes da área econômica ouvidas pelo **blog**, o plano é fazer um ajuste perene na regra de parcelamento de precatórios, que já é regulada pelo artigo 100 da Constituição, que obriga incluir os gastos com o pagamento das sentenças judiciais já sem possibilidade de recurso. O foco é separar o que o governo chama de "superprecatórios" - de valor de R\$ 66 milhões ou mais.

No texto elaborado pelo governo, há também possibilidade de um encontro de contas, isto é, empresas, Estados e municípios que têm dívidas com a União podem quitá-las com precatórios. Imóveis da União também podem ser incluídos num cadastro e poderiam ser utilizados para quitar as dívidas judiciais.

"Nós estamos em uma situação em que a conta de precatórios em 2022 subirá R\$ 34 bilhões. É o valor que temos para remodelar um programa social, necessário neste momento do país", afirma uma fonte do governo ao blog.

Além de renovar o Bolsa Família, os planos do governo para ajudar na reeleição de Bolsonaro é um superpacote de gastos que incluiria ainda reajuste para servidores, um programa de refinanciamento de dívidas para empresas e recursos para investimentos.

O sabor amargo das modulações do STF

A falta de isonomia da inexplicável e tardia modulação de efeitos da decisão sobre exclusão do ICMS é flagrante

Por Roberto Duque Estrada

02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

O “julgamento do século” realizado em maio foi a derradeira etapa de um longo processo em que se discutia a validade constitucional da incidência das contribuições sociais PIS e Cofins sobre parcela das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas imputável ao valor do ICMS que, embora destacado nas notas fiscais, é embutido no preço, cobrado “por dentro”, de acordo com a técnica de tributação adotada no Brasil.

A decisão do STF expôs as vicissitudes de um sistema tributário distorcido, que onera sobremaneira o consumo e permite a incidência econômica, em cascata, de

tributos sobre valores de outros tributos.

A falta de isonomia da inexplicável e tardia modulação de efeitos da decisão sobre exclusão do ICMS é flagrante

Trata-se de uma relevantíssima vitória dos contribuintes, em constante busca por um alívio fiscal pela via judicial, já que Executivo e Legislativo têm sido incapazes, nesses últimos vinte anos, de concretizar a desejada reforma tributária.

Enquanto a reforma não vem, as empresas digladiam nas arenas dos tribunais contra a voracidade da União, especialmente no domínio das contribuições sociais, buscando, na maior parte das vezes, expurgar valores das receitas, no caso do PIS e da Cofins, e das despesas com pessoal, no caso das contribuições sobre a folha.

A verdade é que com as armas do PIS e da Cofins recalibradas, pela incidência sobre todas as receitas a partir da Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 1998, e desvinculadas, pela eterna prorrogação da DRU (atualmente até 31 de dezembro de 2023), a União Federal as fez sua mais relevante fonte de arrecadação nos últimos anos.

Com efeito, não se bastando em ser “sócia” - participando nos lucros por meio do IRPJ e da CSLL -, a União reserva para si, na “boca do caixa”, um percentual das receitas das vendas de mercadorias e serviços, além das receitas financeiras, que se deslocam para o caixa do Tesouro, a título de contribuição social.

Se é de se comemorar a vitória quanto ao mérito da discussão, é de se lamentar a demora inexplicável de quatro anos para a conclusão do julgamento dos embargos de declaração da União. A demora do STF provocou um desnecessário ambiente de insegurança jurídica, causado pela abertura de mais contenciosos administrativos e judiciais, pois a administração fiscal resolveu limitar interpretativamente a extensão do quantum a ser devolvido ao valor do PIS e Cofins incidentes sobre o ICMS recolhido e não sobre o ICMS destacado na nota.

A resposta final do STF, confirmando o que não poderia deixar de ser confirmado, isto é, que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o ICMS destacado na nota fiscal, deixou, porém, um sabor amargo na boca dos contribuintes, já que, rendido aos argumentos ad terrorem, o Supremo modulou os efeitos da sua decisão.

Assim, por um capricho da sorte, os contribuintes que ajuizaram ações até uma determinada data - 15 de março de 2017 - poderão ser ressarcidos da tributação indevida; já aqueles que optaram por esperar ouvir a palavra final do STF, dela não poderão se beneficiar em toda sua extensão.

A falta de isonomia da inexplicável e tardia modulação é flagrante. A inconstitucionalidade não pode valer apenas para alguns. A Constituição deve se aplicar igualmente para todos. O tributo é devido ou indevido. Escolher, com base nas áleas das pautas de julgamento, uma data de corte, beneficiando litigantes mais arrojados em detrimento dos mais conservadores, é negar a essência fundamental do princípio da igualdade, que repudia discrimens arbitrários.

Resta saber como a União Federal irá se comportar em relação aos processos ajuizados depois de 15 de março de 2017 e que transitaram em julgado antes de 13 de maio de 2021, data do julgamento dos embargos de declaração. Promoverá ação rescisória, visando anular os julgados? Poderá a modulação servir-lhe como fundamento?

Parece-nos um rematado absurdo qualquer pretensão de desconstituição da coisa julgada material formada em processos ajuizados depois da data da modulação.

A coisa julgada é imutável. Sua intangibilidade é garantida constitucionalmente. A decisão nos embargos não reapreciou o mérito da discussão da extensão da base

de cálculo do PIS e da Cofins, que segue sendo rigorosamente a mesma de 13 de março de 2017. À falta de novos contornos jurídicos da discussão, que poderiam permitir a revisão de eventuais sentenças passadas em julgado, segue-se a absoluta inexistência de fundamento de mérito para autorizar a sua desconstituição.

Qualquer pretensão em sentido contrário significaria reconhecer a absoluta inutilidade das instâncias inferiores que, subservientes à Suprema Corte, deveriam paralisar seus trabalhos, esperando o tempo que fosse necessário para saber se haveria ou não modulação.

Modulação essa, aliás, que foi concebida pelo legislador como uma medida excepcional, que deveria ser mais aplicada em favor do que contra os particulares, e, lamentavelmente, tornou-se regra para favorecer o Poder Público.

Fosse o STF mais rápido na sua decisão, ainda que optasse pela modulação, não se estaria diante desse (falso) problema, que deve ser controlado na origem, evitando mais um round da interminável batalha judicial entre contribuintes e Estado por um alívio fiscal na tributação do consumo. É o que nos resta esperar, enquanto a reforma tributária não vem.

Roberto Duque Estrada é sócio-fundador do BDE- Brigagão, Duque Estrada Advogados, diretor da ABDF, conselheiro do Conselho de Governança e Compliance da Associação Comercial do Rio de Janeiro, membro do Conselho Diretor da Abrasca e membro do Comitê de Assuntos Fiscais da International Bar Association

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997... [ver mais](#))

Remendo tributário

Projeto não atende as necessidades mais urgentes e pode trazer maiores dificuldades para os contribuintes

02/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Qualquer iniciativa de reforma tributária no Brasil deveria considerar, no mínimo, quatro fatos incontestáveis da nossa realidade: a péssima distribuição de renda, a elevada carga de impostos, a frágil situação fiscal e a extrema complexidade da legislação tributária. Infelizmente, o projeto de reforma do Imposto de Renda encaminhado pelo governo ao Congresso Nacional parece ter ignorado alguns desses fatos e, por isso, merece ser modificado pelo Legislativo ou simplesmente ser rejeitado.

Inicialmente, é bom lembrar que o governo colocou a reforma do IR como prioritária em relação às demais iniciativas que tramitam no Congresso, inclusive no que diz respeito ao projeto do próprio Executivo que unifica o PIS e a Cofins. Trata-se de um equívoco pois as maiores dores sofridas pelos contribuintes brasileiros são devidas à péssima legislação relativa aos tributos indiretos e não àqueles que incidem sobre a renda. A colocação das mudanças do IR à frente dos demais temas de reforma tributária parece indicar a falta de compromisso do governo com a necessidade de melhorar o ambiente de negócios no país, com vistas a trazer ganhos de produtividade indispensáveis para a aceleração do crescimento econômico.

Projeto não atende as necessidades mais urgentes e pode trazer maiores dificuldades para os contribuintes

Sobressai especialmente a omissão do governo federal no tema da reforma do ICMS e do ISS e a criação de um Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) que, abarcando também tributos federais como o IPI, possa desmontar o manicômio tributário ao qual estão sujeitos os contribuintes no Brasil. Há bons projetos com esse objetivo no Congresso Nacional, notadamente o PEC 45/2019 que se baseia em estudos liderados pelo economista Bernardo Appy. Como se trata de uma reforma que impacta os três níveis de governo, a presença do governo federal no debate é condição necessária ao avanço da iniciativa. O que se viu, ao contrário, foi o Executivo colocar o seu próprio projeto de unificação das contribuições (PIS e Cofins), agora também escanteado para segundo plano.

Com relação à proposta de reforma do Imposto de Renda, colocados na balança seus pontos positivos e negativos, o resultado seria a piora do ambiente de negócios, o aumento da complexidade do sistema tributário e da insegurança jurídica, além provavelmente de elevação da carga tributária sobre as empresas e sobre parcela da classe média. Vale ressaltar que hoje o Brasil já tem a décima pior colocação no ranking global do “Doing Business” no quesito tributação.

Tome-se como exemplo a questão da tributação dos dividendos. A opção brasileira pela tributação exclusiva do lucro e isenção no pagamento de dividendos foi resultado principalmente do pragmatismo do então Secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, tendo em vista as dificuldades para coibir a distribuição disfarçada de lucros para evitar o pagamento de IR. Como assinalou o ex-secretário, o projeto de reforma, ao retomar a tributação dos dividendos, torna o sistema mais complexo, estimula o planejamento tributário e aumenta a litigiosidade entre os contribuintes e o Fisco.

Por outro lado, os argumentos a favor da tributação de dividendos são frequentemente falaciosos. Fala-se que no Brasil o capital não é taxado o que favorece os mais ricos. Ora, o argumento esquece a existência da tributação sobre os lucros das empresas, com alíquotas elevadas para padrões internacionais, ainda que as alíquotas efetivas sejam díspares entre empresas, tendo em vista a existência de uma miríade de situações especiais que favorecem grupos de contribuintes.

Outro argumento que não resiste a uma análise mais profunda é o de que a tributação de dividendos e simultânea redução do IR sobre os lucros estimulam o investimento. O que importa na decisão de investir é o retorno esperado e o reinvestimento ocorrerá ou não em função dessa expectativa, estando o recurso dentro da companhia ou fora dela.

O projeto original do Executivo sofreu algumas mudanças por seu relator, com destaque para uma maior redução na alíquota do IR sobre os lucros e a isenção de tributação dos dividendos quando distribuídos entre empresas do mesmo grupo econômico. Porém, em que pese esse esforço, o projeto continua com problemas, inclusive pelo risco de prejudicar Estados e municípios em detrimento da União que mantém inalteradas as alíquotas das contribuições, principalmente da CSLL que incide também sobre os lucros.

No caso das pessoas físicas, o projeto do governo comete uma maldade ao restringir a utilização da declaração simplificada. Não vejo qualquer justificativa para tanto, exceto o de tributar mais uma parcela da classe média, o que nada contribui para melhorar a distribuição da carga tributária.

Em suma, o projeto não atende as necessidades mais urgentes do Brasil e, ao contrário, pode trazer maiores dificuldades para os contribuintes num país em que o ambiente de negócios já é inóspito, largamente em razão da atuação deficiente do Estado. Mesmo como remendo tributário, deixa a desejar.

Gustavo Loyola Doutor em Economia pela EPGE/FGV. Ex-presidente do Banco Central - Sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, em São Paulo

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Linda, não gruda e valoriza sua cozinha! Confira esse kit de panelas

MEGAOFFBR

LINK PATROCINADO

Você sente que sua coluna está desalinhada? Esta descoberta combate a dor nas costas e a má postura

DRPOSTURA.COM

[Comprar Agora](#)

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

LINK PATROCINADO

Homem tinha incomodo na fáscia plantar em SALVADOR e descobriu como ter mais conforto nos pés

MODERA CONFORT

 **COMENTÁRIOS**

Bomba fiscal pode chegar a R\$ 90 bi

Montante de precatórios a serem pagos pela União em 2022 alarma equipe econômica

Por Fabio Graner e Beatriz Olivon — De Brasília

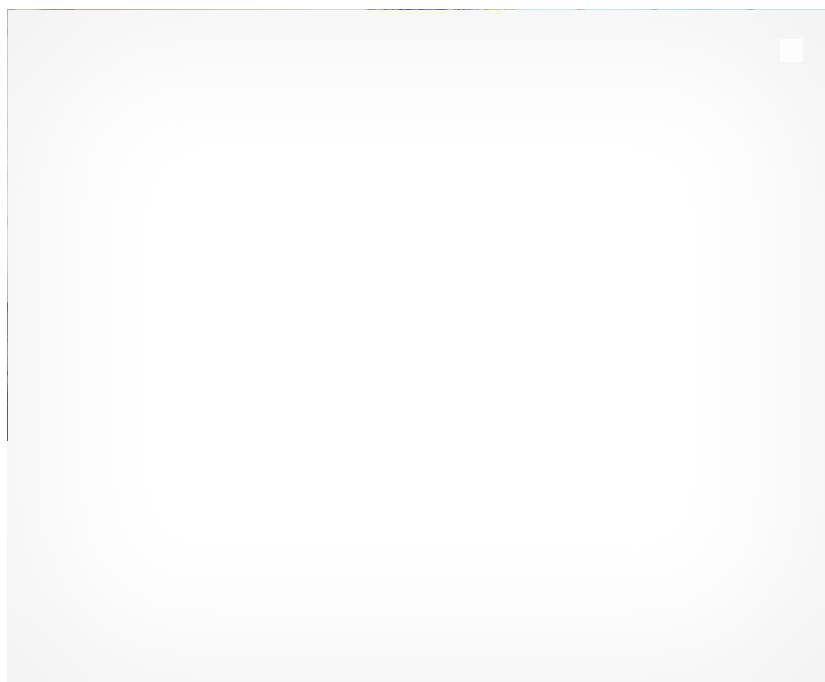
02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Uma bomba fiscal está causando forte tensão na equipe econômica. Prestes a fechar o orçamento de 2022, a ser enviado até 31 de agosto, a área técnica do ministério da Economia está assustada com as informações sobre o volume de precatórios (dívidas decorrentes de decisão judicial) que precisará ser incluído na peça orçamentária. O risco que entrou no radar é essa conta, que é considerada despesa obrigatória, consumir todo espaço no teto de gastos e limitar o raio de ação do governo para ampliar despesas, entre elas o próprio novo bolsa família.

Os números ainda não estavam finalizados, mas o cenário era de um volume bem maior do que os R\$ 54,7 bilhões projetados para este ano, aproximando-se de R\$ 90 bilhões. Diante disso, a Economia está se movimentando politicamente para tentar baixar essa conta e não ficar sem margem fiscal. O drama é que os precatórios são despesas obrigatórias e o espaço de manobra para isso é pequeno, após a notificação das instâncias judiciais.

Com a notícia dessa bomba fiscal, autoridades se manifestaram na última sexta-feira. O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho, disse que o Congresso vai propor o parcelamento dessas obrigações para garantir a manutenção do teto de gastos e o cumprimento de outras despesas.

PUBLICIDADE



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, afirmou em nota que atuará na mediação de todas as dívidas da União que foram reconhecidas, no âmbito do STF, e que devem ser pagas por meio de precatórios. “A necessidade de conciliação para não prejudicar os cofres públicos foi tratada em conversa entre o ministro Fux e o ministro da Economia, Paulo Guedes. A partir de agosto, os moldes dessa negociação serão definidos e informados à sociedade”, informou o STF.

O STF disse que enviou para a secretaria de Orçamento Federal uma previsão de R\$ 16,6 bilhões em precatórios relativos a oito processos, ajuizados em anos distintos desde 2002 e com relatorias de cinco ministros diferentes. O **Valor** apurou que, no âmbito da Justiça Federal, cujo Conselho finalizará a consolidação dos precatórios a

serem incluídos no Orçamento de 2022 nesta semana, os valores estavam encostando na casa dos R\$ 60 bilhões. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) já tinha enviado um valor de R\$ 1,3 bilhão, consolidando as decisões dos tribunais de justiça. O STJ informou uma fatura de pouco mais de R\$ 900 milhões. Ainda há outros órgãos do Judiciário, que somados a esses, levam a fatura para entre R\$ 80 bilhões e R\$ 90 bilhões.

Segundo o STF, o envio do volume de precatórios não significa que a União deverá desembolsar os valores em 2022 obrigatoriamente. “A União pode utilizar mecanismos alternativos de prazos e de pagamento previstos na Constituição ou celebrar acordos de parcelamento com os estados mencionados”, afirmou em nota.

De acordo com a Corte Suprema, os volumes enviados para o próximo ano envolvem “ressarcimento a estados da federação (Paraná, Goiás, Bahia, Maranhão, Amazonas, Ceará e Pernambuco), e tratam sobre conflitos de repasses de valores para educação ou compensações por geração de energia elétrica, por exemplo”, diz a Corte em nota.

Os Estados da Bahia (R\$ 8,8 bilhões), Pernambuco (R\$ 3,9 bilhões) e Ceará (R\$ 2,7 bilhões), por conta de processos relativos ao antigo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) estão entre os principais beneficiários dessas decisões do Supremo.

O rito orçamentário prevê que os órgãos do judiciário informem à União o volume de precatórios a serem pagos no orçamento do ano seguinte. Um especialista no assunto explicou ao **Valor** que, caso um volume de precatório seja muito alto e represente um valor muito grande em relação ao total, existe a possibilidade de parcelamento, o que pode amenizar a conta.

No ano passado, o governo gastou cerca de R\$ 50,5 bilhões com precatórios, sendo quase R\$ 20 bilhões de benefícios previdenciários. Neste ano, até junho, já foram pagos R\$ 42 bilhões, sendo R\$ 16 bilhões de Previdência e R\$ 17,4 bilhões de despesas de custeio e capital.

Como são de execução obrigatória, o governo pode ter muito dificuldade de negociar uma redução nessa conta e deve depender mais de uma atuação do Congresso e do STF, como já sinalizado na sexta-feira.

Vale lembrar que, enquanto discutiam a PEC Emergencial e a criação de um novo programa social no ano passado, o Ministério da Economia e o senador Marcio Bittar (MDB-AC) chegaram a negociar uma limitação do gasto com precatórios em 2% da receita total ao ano, o que reduziria significativamente essa rubrica e abriria espaço para ampliar o gasto do governo em outras despesas sem violar o teto. A proposta foi interpretada como uma espécie de calote pelo mercado e foi abandonada.

OAB: “Institucionalização do calote”

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) divulgou nota em que diz que uma mudança na sistemática de pagamento de precatórios (dívidas decorrentes de decisão judicial) representaria uma “tentativa de institucionalização do calote, para fins eleitoreiros”. Prestes a fechar o orçamento de 2022, a área técnica do Ministério da Economia está assustada com as informações sobre o volume de precatórios que precisará ser incluído na peça orçamentária, e o cenário indica que o valor poderá se aproximar de R\$ 90 bilhões. Na nota, a OAB diz que, em passado recente, a mera cogitação de mudança na sistemática de pagamento de dívidas dos entes públicos para fazer frente ao programa social do governo “ensejou imediata queda da Bolsa de Valores, seguida de firme resposta de instituições públicas e privadas, bem como de membros Congresso”.

Economistas veem sinais de mercado de trabalho melhor também na Pnad

A taxa de desemprego do país ficou praticamente estável no trimestre até maio, em 14,6%, ante 14,7% nos três meses até abril

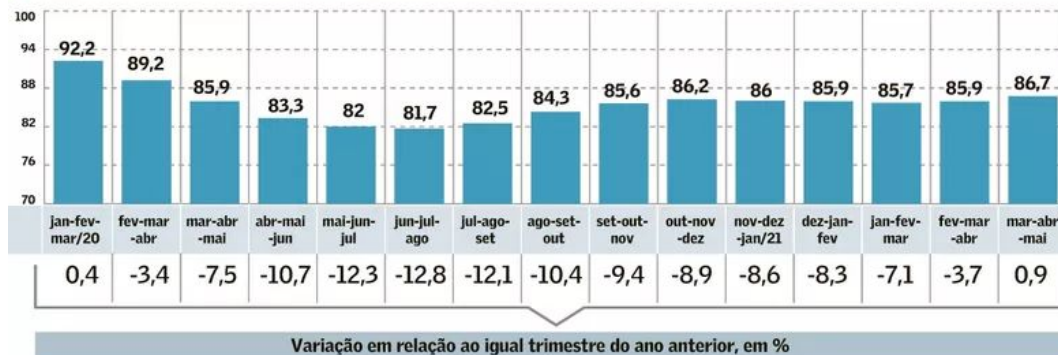
Por Anaís Fernandes e Lucianne Carneiro — De São Paulo

02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Sinais

Economistas veem pontos de melhora no mercado de trabalho brasileiro, mas quadro ainda é crítico

População ocupada cresce, na comparação interanual, pela primeira vez desde o início da pandemia - em milhões



7,5% é quanto a ocupação ainda está abaixo do trimestre cheio pré-pandemia (dez/20-fev/21)

7,4 milhões de empregados trabalhavam menos horas do que gostariam no trimestre até maio, um recorde na série

Desemprego, porém, continua elevado, com aceleração da participação na força de trabalho - Taxa de desocupação no trimestre, em %



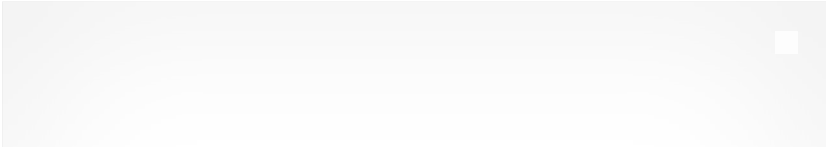
57,2% foi taxa de participação na força de trabalho (ocupadas ou em busca de colocação) no trimestre até maio, ante 56,9% até abril

14,8 milhões de pessoas ainda estavam desempregadas no trimestre até maio

Por trás de um aumento da força de trabalho mais acelerado do que a capacidade de absorção dessa mão de obra na economia, o que deixa a taxa de desocupação ainda bastante alta, analistas veem sinais de melhora do emprego no Brasil. A reação, porém, tem fragilidades: é impulsionada por vagas informais, achatando a renda, e acompanhada de elevado contingente de trabalhadores subutilizados.

A taxa de desemprego do país ficou praticamente estável no trimestre até maio, em 14,6%, ante 14,7% nos três meses até abril, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgada na sexta-feira pelo IBGE. O resultado, em linha com a mediana do **Valor Data**, é o maior para o mês na série histórica, iniciada em 2012.

No período, 14,795 milhões de pessoas procuraram emprego sem sucesso, o segundo maior contingente já registrado, atrás apenas dos 14,805 milhões nos três meses até março deste ano, em meio à segunda onda da covid-19.



Embora o relatório de maio não mostre uma melhora significativa na taxa de desemprego, o J.P. Morgan considerou a divulgação “encorajadora”, já que “o emprego parece estar se recuperando em um ritmo mais rápido”, escrevem os economistas Vinicius Moreira e Cassiana Fernandez.

A população ocupada somou 86,7 milhões no trimestre encerrado em maio, ante 85,9 milhões até abril. Em relação ao mesmo período do ano anterior, o número de empregados avançou 0,9%. Foi a primeira alta, nessa base de comparação, desde o início da pandemia, após 13 quedas seguidas nos trimestres móveis. “Maio foi um mês de alívio nos sistemas hospitalares, com aumento da mobilidade social”, lembra Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores. “Vemos uma interrupção da piora do mercado de trabalho, em termos quantitativos”, afirma.

Pelos dados com ajuste sazonal, Moreira e Fernandez dizem que a ocupação avançou 1,6% no mês contra mês. “O emprego está crescendo forte, mas é compensado por uma taxa de participação mais alta.” A taxa de participação na força de trabalho (soma das pessoas ocupadas ou em busca de colocação) passou de 56,9% no trimestre até abril para 57,2% em maio. A força de trabalho registrou 101,5 milhões de pessoas. É um nível ainda historicamente baixo, nota o J.P. Morgan, mas representa uma alta mensal de 1,4%, feitos os ajustes.

O número de pessoas ocupadas, no entanto, ainda está 7,5% abaixo do último trimestre móvel livre de efeitos da crise sanitária (dezembro de 2020 a fevereiro de 2021). Além disso, cerca de 4,5 milhões de pessoas precisariam retornar à força de trabalho para se recuperar o patamar anterior à pandemia, observa Tiago Barreira, pesquisador da iDados. Para ele, a situação do mercado de trabalho continua “muito crítica”, mas “parece que o pior da taxa de desemprego já passou”. O pico, segundo Barreira, deve ter sido no trimestre até março deste ano (14,74%). Até setembro, diz, ela deve rodar nos 14,6% atuais, por causa do retorno das pessoas à força de trabalho.

“A capacidade de absorção dessa força deve permanecer limitada, deixando a taxa de desocupação elevada por alguns meses, até que a sensação de que as coisas caminham para a normalidade seja mais sólida”, diz Helcio Takeda, diretor de pesquisa econômica da Pezco.

Além de gradual, a recuperação também deve ser apenas parcial. “Em 2020, houve perda de 8,4 milhões de ocupados. Nossa estimativa preliminar para 2021 é de 7 milhões a mais. Ou seja, ainda deixa mais de 1 milhão de pessoas de fora”, diz Imaizumi, da LCA.

Os economistas avaliam ainda que a melhora deve ser comandada pelo trabalho informal, como já indica a pesquisa. Em relação ao pico da taxa de desemprego de março, Barreira diz que a população ocupada cresceu em cerca de um milhão de pessoas, sendo dois terços em empregos informais.

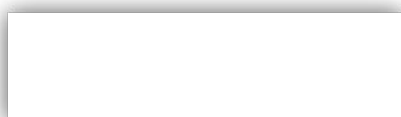
Para a Guide, a recuperação do mercado “está claramente em andamento, mas ainda há um longo caminho pela frente”. A equipe observa que a taxa de subutilização (desocupados, subocupados e força potencial) é elevada - 29,3%, sendo que quase 7,4 milhões trabalhavam menos horas do que gostariam, um recorde -, “o que evidencia a baixa qualidade dos empregos criados”. Além disso, dizem, o rendimento demonstra fraqueza. Segundo Lucas Assis, da Tendências Consultoria, o rendimento médio real habitual teve a oitava redução seguida no trimestre até maio. Para ele, inflação e desemprego elevados geram viés de baixa à renda em 2021. A Tendências já projeta queda de 2% na renda média real habitual neste ano.

Grandes empresas não podem descontar danos morais do IR

Entendimento está em solução de consulta da Receita e vale para contribuinte no regime do lucro real

Por Adriana Aguiar — De São Paulo

02/08/2021 05h00 · Atualizado há uma hora



Thais Meira: empresas que não quiserem correr risco podem entrar com ações — Foto: Ana Paula Paiva/Valor

As grandes empresas não podem descontar do **Imposto de Renda** (IRPJ) valores de indenizações por **danos morais** e **materiais** pagos por meio de **acordos judiciais trabalhistas**. A orientação está em solução de consulta da **Receita Federal**. O texto surpreendeu advogados, que preveem uma onda de autuações.

Até então, os contribuintes costumavam abater essas despesas da base de cálculo do Imposto de Renda. Agora, segundo especialistas, podem de ter que pagar o que foi descontado, com **multa de 75%** sobre o valor devido.

A solução de consulta, de nº 77, foi editada pela Coordenação-Geral de Tributação (**Cosit**) e publicada no dia 25 de junho. O entendimento da Receita, que vale para as empresas que apuram o imposto pelo lucro real - com faturamento anual acima de **R\$ 78 milhões** -, foi o de que esses valores não podem ser considerados como despesas necessárias, usuais ou normais à atividade da pessoa jurídica.

Acordos são comuns na Justiça do Trabalho e as indenizações predominam em muitos deles, principalmente nos firmados antes de sentenças. Neste ano, foram homologados mais de **310 mil**, segundo informações do Tribunal Superior do Trabalho (**TST**). Em 2020, foram fechados **510,5 mil** e no ano anterior, **853,7 mil**.

Nesses acertos, é comum o pagamento de verbas trabalhistas por meio de indenização, para escapar da tributação, segundo a advogada trabalhista Manoela Pascal, do Souto Correa Advogados. “São isentas [as indenizações]. É uma forma até de oferecer valores mais altos para o empregado, já que não há descontos”, diz.

Mesmo após mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (**CLT**), a prática foi mantida. A Lei nº 13.876, de 2019, introduziu o parágrafo 3º-A ao artigo 832 da

norma e estabeleceu que no mínimo o equivalente a um salário mínimo deve ser discriminado como verba remuneratória.

No caso analisado pela Receita, a empresa queria verificar a possibilidade de dedução de valores estabelecidos em acordo com um trabalhador. Além de indenizações por danos materiais e morais, a serem pagas em dez parcelas iguais, mensais e sucessivas, o acerto inclui o plano de assistência médica, que deverá ser mantido por três anos.

Na resposta, a Receita afirma que o artigo 311 do Decreto nº 9.580, de 2018, que regulamenta o Imposto de Renda, estabelece que somente serão dedutíveis as despesas necessárias à atividade da empresa e à manutenção da respectiva fonte produtora ou as despesas operacionais ou usuais na atividade da companhia. A mesma determinação, segundo o órgão, está no artigo 68 da Instrução Normativa RFB nº 1.700, de 2017.

A Receita também cita duas soluções de consulta. A primeira, de nº 281, editada em 2019, esclarece que a legislação tributária não estipula um rol taxativo de despesas dedutíveis, tampouco o faz em relação às despesas indedutíveis. “Ao invés disso, estabelece uma regra geral de dedutibilidade, no qual são impostos os requisitos da necessidade e usualidade”, diz.

A segunda, de nº 209, também de 2019, trata da indedutibilidade de valores em acordo judicial sobre compensação por perdas patrimoniais, decorrentes da divulgação de informações erradas pela companhia, e honorários advocatícios.

Para o órgão, “contraprestações pagas em virtude da prática de atos ilícitos ou para encerrar, sem solução de mérito, processos em que é aferida a prática de ilícitos não podem ser consideradas necessárias à atividade da empresa”.

Sobre as despesas com plano de saúde, a Receita afirma que podem ser dedutíveis da base de cálculo, desde que preencham certos requisitos, presentes no artigo 372, do Decreto nº 9.580, de 2018.

Até então, segundo o advogado Luís Felipe de Campos, sócio do Rolim, Viotti, Goulart, Cardoso Advogados, as empresas de lucro real deduziam esses valores e

“não havia dúvidas sobre isso”. Agora, acrescenta, correrão o risco de serem autuadas.

A argumentação da Receita de que se trata de ato ilícito e, por isso, não poderia ser deduzido, afirma Campos, vai na contramão do que diz o artigo 118 do Código Tributário Nacional (CTN). De acordo com o dispositivo, a definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se da validade jurídica dos atos efetivamente praticados, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos.

A recomendação, segundo Campos, é que as empresas continuem deduzindo essas despesas e, se forem autuadas, discutam a questão administrativamente. Até porque, diz, existe decisão do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (**Carf**) de 2018 que tratou da possibilidade de abatimento de indenizações trabalhistas fundadas em lei ou em convenção coletiva (acórdão nº 1301-002.830).

Para a advogada tributarista Thais Meira, sócia do BMA Advogados, esse entendimento da Receita sobre as indenizações é preocupante e as companhias que não quiserem correr riscos podem entrar com ação judicial.

Os contribuintes, segundo a advogada, podem alegar que esse tipo de gasto dever ser considerado como necessário porque, ao firmar um acordo, são obrigados a cumpri-lo, diante da homologação do juiz.

A advogada ainda lembra que existem entendimentos pela dedução de multas por descumprimento contratual, que podem ser usadas por analogia. Estão nos Pareceres Normativos CST da Receita nº 50 e nº 66, ambos de 1976. Há também decisões do Carf no mesmo sentido (acórdão nº 103- 19.527).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível



Por Bruno Carazza

Mestre em Economia e doutor em Direito, é professor do Ibmec... [ver mais](#)

O IBGE e o ministro da pedra lascada

Paulo Guedes é o responsável pelas mazelas que ele próprio critica

02/08/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na tarde do dia 29 de maio de 1936, Getúlio Vargas convocou ao seu gabinete o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares. Um dos seus mais fiéis apoiadores, o advogado, industrial e político paulistano estava à frente do Itamaraty havia quase três anos, período em que desempenhou missões delicadas, como a mediação das negociações de paz entre Bolívia e Paraguai na Guerra do Chaco.

Nas semanas anteriores, Vargas havia mandado esvaziar algumas salas do segundo andar do Palácio do Catete para abrigar um novo órgão. Para comandá-lo, nomeou Macedo Soares como seu presidente, função que seria exercida cumulativamente ao cargo de chanceler. Na cerimônia de posse, diante de seu ministério, anunciou: “Tenho tal interesse pelo Instituto Nacional de Estatística que lhes dei a minha Casa e o meu Ministro”.

Guedes é responsável pelas mazelas que ele próprio critica

Tamanho prestígio não se manteve. Em seus recém-completados 85 anos, o órgão oficial de estatísticas do país, rebatizado em 1938 como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), viveu muitos altos e baixos. Essa saga é contada em detalhes por Nelson Senra no monumental História das Estatísticas Brasileiras, um conjunto de quase quatro mil páginas, organizadas em quatro volumes, que descrevem como as estatísticas brasileiras foram desejadas (1822-1889), legalizadas (1889-1936), organizadas (1936-1972) e formalizadas - de 1972 a 2002, último período coberto pela obra, publicada em 2006.

Dos levantamentos quase amadores à aplicação das mais modernas metodologias e técnicas adotadas internacionalmente, o caminho trilhado pelo IBGE foi repleto de desafios - e sobretudo de percalços. A ideia original de que o IBGE seria o órgão de cúpula que coordenaria toda a produção estatística do país, integrando e uniformizando dados e informações coletadas por todos as repartições federais, estaduais e municipais em seus registros administrativos, nunca chegou a ser plenamente implementada.

Pior do que isso, crises recorrentes abalavam a credibilidade do órgão. Depois do frenesi planejador do período de Vargas e JK, o IBGE viveu uma fase de ostracismo ao longo da década de 1960. A estagnação e o descontrole inflacionário dos anos 80 trouxeram inúmeras greves, desorganização administrativa e perda de servidores que colocaram em risco o censo de 1990, só realizado a duras penas no ano seguinte.

A situação chegou a tal ponto que, recém-nomeado para chefiar o IBGE em 1994, uma das primeiras providências tomadas pelo sociólogo Simon Schwartzman foi pedir ajuda externa. Mediante um acordo de cooperação, a agência de estatísticas do Canadá, considerada a melhor do mundo na época, enviou uma comissão de técnicos para fazer um diagnóstico da situação.

As conclusões da missão da Statistics Canada foram condensadas num relatório de 83 páginas. O diagnóstico lançava luz sobre a carência de um corpo profissional multidisciplinar, bem treinado e motivado; falta de consciência sobre custos de pesquisas; problemas na comunicação interna e externa; dificuldades na identificação das demandas dos usuários do sistema de informações e necessidade de se garantir uma fonte de recursos perenes para as atividades.

Entre as recomendações da equipe canadense para reverter a crise estava a construção de uma rede de aliados externos - políticos, acadêmicos, empresários e outros stakeholders que tivessem consciência do valor de um instituto de estatísticas sólido e sua contribuição para o desenvolvimento social e econômico do

país. Na visão dos técnicos canadenses, isso seria fundamental para mobilizar ativos políticos e orçamentários, principalmente nos momentos difíceis.

27 anos depois, o IBGE revive muitos dos fantasmas que o assombravam naquele tempo. O instituto apresenta dificuldades em manter profissionais de primeira linha, com servidores concursados sendo substituídos por trabalhadores temporários. Enquanto pesquisas são descontinuadas ou sofrem atrasos por restrições orçamentárias, disputas ideológicas entre dirigentes, funcionários e a comunidade de usuários inviabiliza a busca de soluções e consensos técnicos.

São problemas que se arrastam e se agravam desde pelo menos o último censo (no já distante 2010), perpassando várias administrações do órgão e pelo menos os mandatos de Dilma, Temer e Bolsonaro.

Em seus 85 anos, o IBGE já esteve submetido à Presidência da República, ao Ministério do Planejamento ou à pasta da Fazenda/Economia. Durante todo esse tempo, houve presidentes da República e ministros (raros) que prestigiaram a entidade, reconhecendo o seu valor e demandando insumos para a tomada de decisões, enquanto outros (a maioria, infelizmente) simplesmente a relegaram ao segundo plano.

A situação sui generis enfrentada pelo IBGE hoje é que ele está hierarquicamente vinculado a um ministro que não apenas se recusa a apoiar a instituição, como não perde oportunidade de denegrir a sua imagem.

Como autoridade máxima à qual o IBGE se reporta, Paulo Guedes é o responsável em última instância pelas mazelas que ele próprio critica - como ficou evidente no novo adiamento do censo 2020, em que o ministro simplesmente lavou as mãos durante as negociações para viabilizar seu orçamento no Congresso Nacional.

No caso da polêmica da última semana, sobre as divergências sobre os números de emprego entre o Caged e a PNAD Contínua, muito se deve à falta de vontade política do ministro da Economia em contornar as resistências judiciais para a atualização da base de dados telefônicos do IBGE em meio à pandemia.

Nestes tempos em que a riqueza mundial se desloca da manufatura e do petróleo para as inovações desenvolvidas a partir de imensas bases de dados, um ministro da Economia que despreza seu instituto de estatísticas é quem, na verdade, vive na idade da pedra lascada.

Bruno Carazza é mestre em economia, doutor em direito e autor de “Dinheiro, Eleições e Poder: as engrenagens do sistema político brasileiro”. Escreve às segundas-feiras

E-mail: bruno.carazza@gmail.com

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Linda, não gruda e valoriza sua cozinha! Confira esse kit de panelas

MEGAOFFBR

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

[Comprar Agora](#)

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Novo travesseiro que melhora dor nas costas e pescoço vira febre em Salvador

SONOFIX

 **COMENTÁRIOS**

TRF encurta caminho de contribuinte a precatório

TRF da 3ª Região admite pagamento em dinheiro de tributo pago indevidamente ou a mais por meio de mandado de segurança

Por Bárbara Pombo — De São Paulo

02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas





Evandro Azevedo Neto: decisão do TRF privilegia a economia processual — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A vitória do contribuinte na bilionária “tese do século”, que excluiu o ICMS do cálculo do PIS e da Cofins, aqueceu a discussão sobre a possibilidade de as empresas com decisões favoráveis em mandados de segurança reaverem, em dinheiro (precatório) e no próprio processo, o que pagaram a mais à Receita Federal. Há precedentes favoráveis no Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região, com sede em São Paulo.

Normalmente, por meio de mandado de segurança, em caso de decisão favorável, o contribuinte só obtém o direito a um crédito tributário referente a valores pagos indevidamente ou a mais no passado, que pode ser usado para quitar tributos correntes (compensação). Se optar por receber por meio de precatório, é obrigado a enfrentar uma segunda via - a da ação ordinária.

Mas, em decisões recentes, os tribunais têm encurtado essa jornada, o que traz economia de custos. Em junho, a 3ª Turma do TRF da 3ª Região autorizou uma

gráfica de embalagens a expedir precatório com base em sentença favorável em mandado de segurança. Era para excluir o ISS do cálculo do PIS e da Cofins - uma das teses que nasceram da exclusão do ICMS.

A decisão foi tomada com base no artigo 515, inciso I, do Código de Processo Civil (CPC), que considera como títulos executivos judiciais as decisões “proferidas no processo civil que reconheçam a exigibilidade de obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa”.

Também é citada a Súmula nº 461, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O texto afirma que “o contribuinte pode optar por receber, por meio de precatório ou por compensação, o indébito tributário certificado por sentença declaratória transitada em julgado”.

“Justamente pela natureza do mandado de segurança como instrumento processual destinado ao exercício in natura do direito reconhecido, a ele há de conferir-se a maior efetividade possível, avultando, destarte, a desarrazoabilidade de exigir-se a propositura de nova demanda, de rito ordinário, a respeito de um direito já discutido e reconhecido na sede mandamental”, diz, na decisão, o desembargador Nelton dos Santos (processo nº 50154284720204036100).

A discussão processual tem impacto prático, de tempo e custo, afirmam advogados. Uma decisão final em mandado de segurança costuma ser mais rápida que um

processo normal. Além disso, esse tipo de ação tem um menor custo para o contribuinte. Se perder a causa, não precisa pagar honorários de sucumbência à Fazenda Nacional.

De acordo com Evandro Azevedo Neto, sócio do escritório Viana e Azevedo Advogados, a decisão do TRF privilegia a economia processual. “O mandado de segurança tem maior atrativo para a percepção dos valores, inclusive porque a maior preocupação dos clientes é sobre o custo de oportunidade com uma ação judicial”, afirma ele, que representou a gráfica no processo.

Para a advogada Glaucia Lauletta, sócia do Mattos Filho, é uma alternativa para a execução. “Se assim não fosse, a única saída para recuperação dos valores seria pela compensação administrativa, o que nem sempre é simples”, diz.

A discussão, segundo especialistas, interessa a empresas que não estão mais em operação ou que não possuem débitos de tributos a recolher suficientes para dar vazão aos créditos reconhecidos judicialmente. Precatórios também interessam a fundos de investimento, que podem adquirir esses títulos com deságio.

“Para esses fundos, é muito melhor e mais seguro executar por precatório”, afirma Rubens de Souza, do escritório WFaria Advogados. Segundo ele, os valores, na esfera federal, costumam ser pagos no prazo de um ano e meio após a expedição do título.

A jurisprudência dos tribunais sobre o assunto, porém, ainda é instável. Levantamento do escritório Mannrich e Vasconcelos Advogados aponta entendimentos divergentes no TRF da 3ª Região. Na 3ª e na 6ª turmas, a maioria das decisões é favorável, apesar de não haver unanimidade. Na 4ª Turma, é contrária.

“A discussão está poluída por duas súmulas do Supremo Tribunal Federal editadas nos anos 1960 e que dizem respeito a gratificações de servidores públicos”, aponta Breno Vasconcelos, sócio do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

Em fevereiro, a 4ª Turma negou pedido da Basf, com base nas súmulas nº 269 e 271. A primeira prevê que “o mandado de segurança não é substitutivo de ação de

cobrança". A segunda estabelece que a "concessão de mandado de segurança não produz efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria".

Para o desembargador André Nabarrete, relator do caso, "a opção à restituição é direito do contribuinte, mas somente é cabível na via administrativa, eis que o mandado de segurança não é a via adequada para obter efeitos patrimoniais pretéritos à impetração, conforme entendimento do STF" (processo nº 5012566-41.2018.4.03.0000). A Basf informou que irá recorrer da decisão.

É o que defende a Fazenda Nacional. A expedição de precatório seria possível apenas para recuperar valores a partir da impetração do mandado de segurança. "Nossa questão é com o passado porque o mandado de segurança não é ação de cobrança", afirma Juliana Furtado Costa Araujo, procuradora-chefe da defesa da Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 3ª Região.

O órgão aponta pelo menos três decisões deste ano em que o STJ negou a expedição do precatório. "Concedida a ordem, os pedidos devem ser requeridos na esfera administrativa, restando, assim, inviável a via do precatório, sob pena de conferir indevidos efeitos retroativos ao mandamus", afirmou o ministro Gurgel de Faria em um dos casos (AgInt no REsp 1895331).

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

A elegância italiana na sua cozinha: Conheça esse conjunto de louças alto nível

CASA GRANDE

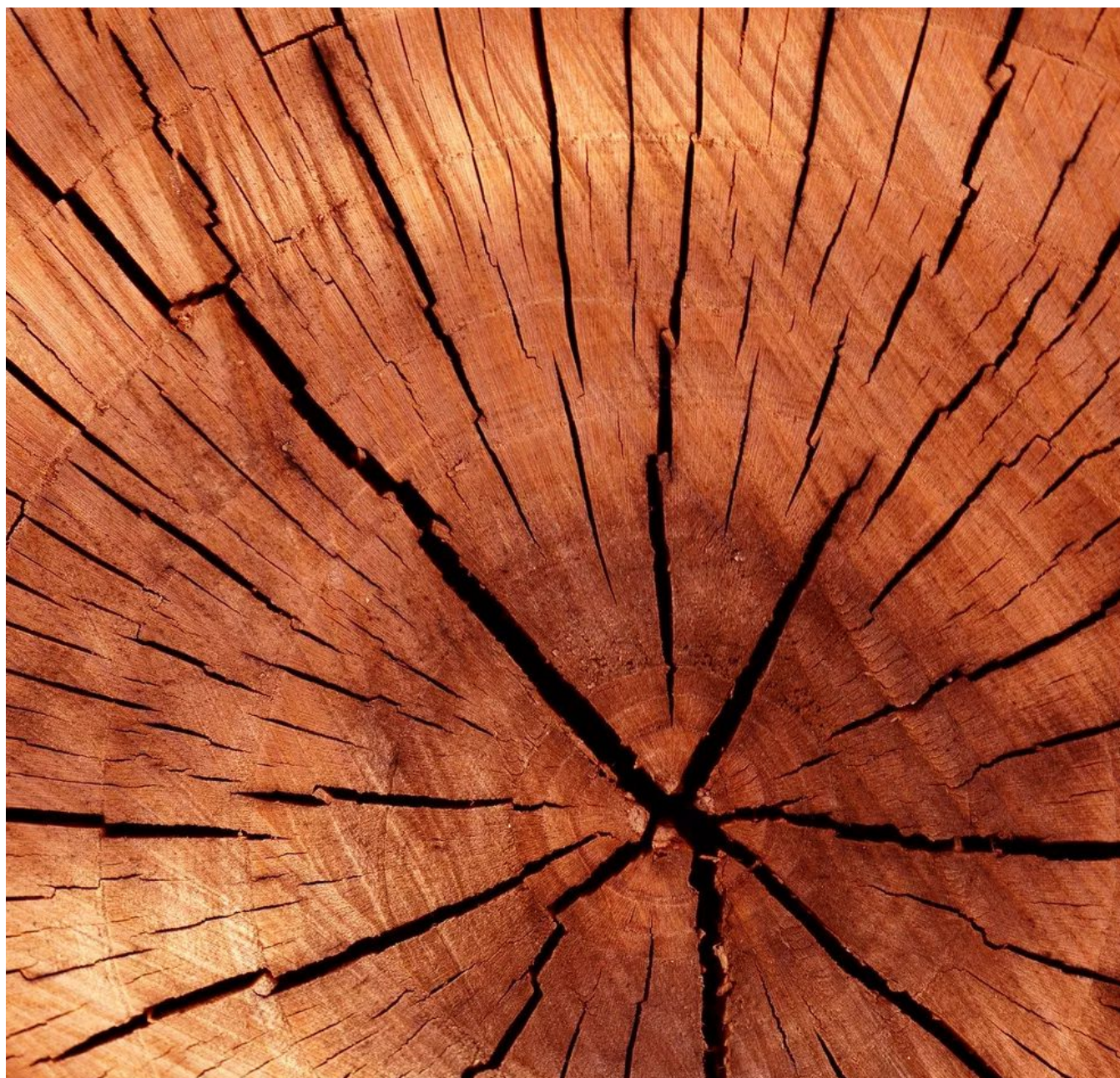
LINK PATROCINADO

Um fundo que depende só da defesa da concorrência

Todo e qualquer incentivo à ação do Cade aumenta a sua contribuição ao FDD

Por Daniel O. Andreoli e Paula Pinedo

02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas



Com a entrada do Brasil no período de seca que se iniciou em maio e tende a perdurar até setembro, as atenções se voltam ao Meio Ambiente. Com isso, preocupações gerais vêm à tona e, mais diretamente, com a preservação da floresta Amazônica.

Muito têm se discutido sobre a necessidade de fundos para tal missão, principalmente após a suspensão do Fundo Amazônia. Fato é que, independentemente da validade de se obter mais fundos para o combate ao desmatamento e preservação do meio ambiente, se faz necessário lembrar que o Brasil já conta - desde 1985 - com um fundo para tal finalidade (entre outras): o Fundo de Direitos Difusos (FDD). O FDD tem como objetivo reparar os danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

Fortalecer o FDD mostra respeito ao meio ambiente ou e um ambiente de negócios mais competitivo

Entre 2017 e fevereiro de 2021, o FDD arrecadou aproximadamente R\$ 2,35 bilhões, tendo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) contribuído com cerca de 93% desses recursos¹.

Na esfera ambiental, o FDD já patrocinou projetos ambientais que têm como objetivo: criar ações de monitoramento e coleta de dados acerca da fauna e flora, conscientizar a sociedade para preservação da fauna e flora, estimular a bioagricultura, combater os ilícitos ambientais, entre outros.

Nos anos de 2018 e 2019, os projetos ambientais representaram, aproximadamente, 30% do valor total destinado ao financiamento de projetos pelo FDD3. Em 2019, R\$ 260 milhões foram concedidos pelo FDD visando apoiar 21 ações sustentáveis para proteção do meio ambiente. Já em 2020, houve uma queda significativa do valor destinado às causas ambientais, com o empenho de menos de R\$ 2 milhões, o que representa apenas 4% do total destinado aos projetos do FDD no ano. Essa queda é observada não só pela redução total do valor destinado a projetos (que caiu de R\$ 878 milhões em 2019 para R\$ 49 milhões em 2020), como também pelo fato de que a maior parte dos recursos, em 2020, foram destinados a projetos relacionados ao combate à pandemia da covid-19.

Tais números mostram que há dois caminhos para a ampliação da preservação do meio ambiente com recursos derivados do FDD. O primeiro é fazer vingar a finalidade do fundo e, em seguida, destinar mais recursos às ações ambientais. Tal frente depende da vontade política em se preservar a finalidade para a qual o fundo foi criado como de fato assim o foi, por força de uma medida liminar em ação proposta pelo Ministério Público Federal em disputa ainda em curso na Justiça Federal.

Já o segundo é incentivar o aumento de sua arrecadação. Nesse sentido, como o Cade tem se caracterizado como o principal contribuinte deste fundo, todo e qualquer ato de incentivo à atuação do Cade na repressão a condutas anticompetitivas tende, em curto ou médio prazo, a aumentar a sua contribuição ao FDD.

O contrário também é verdadeiro. Destaca-se que entre 2019 e 2020, houve uma queda de 39% dos processos administrativos julgados pela autoridade antitruste - em 2019, foram julgados 28 processos administrativos, enquanto em 2020, apenas 17. Essa diminuição refletiu diretamente nos valores coletados pelo Cade: houve uma retração de 35% no último ano e, conseqüentemente, no total arrecadado pelo FDD, que sofreu uma perda de 26% no mesmo período.

O ano de 2020 trouxe diversos desafios à autoridade antitruste brasileira no contexto da pandemia, e exigiu que o Cade voltasse seus esforços para sua função de advocacy dos preceitos concorrenciais, evitando diversas iniciativas legislativas contrárias à concorrência, tais como congelamento de preços de medicamentos e de mensalidades escolares.

Dado o represamento dos casos em 2020, tem-se a expectativa de que haja, a partir deste ano, uma atuação mais firme do Cade na repressão às práticas anticoncorrenciais, por meio da instauração de investigações e julgamento de condutas anticompetitivas pelo órgão antitruste.

Para tal norte, faz-se necessário um apoio maior do governo ao Cade, que pode vir em diversas frentes. Por exemplo, na maior destinação orçamentária para o órgão, viabilizando, assim, o aumento do número de técnicos para dar vazão à análise dos processos administrativos bem como na capacitação desses profissionais. Também urge focar no perfil técnico dos indicados às vagas no Tribunal e na Superintendência-Geral do Cade e, não menos importante, zelar pela independência funcional da autarquia.

Em paralelo, vale refletir como o próprio Cade pode e deve contribuir para as questões ambientais do país.

Hoje, principalmente na Comunidade Europeia, há intensa discussão sobre o papel dos órgãos antitruste no fomento a ações sustentáveis pelas empresas, sem que tal iniciativa seja considerada como uma forma de coordenação anticompetitiva e, portanto, ilegal.

O Cade, que sempre se destacou como uma das jurisdições mais inovadoras do mundo, tem o dever de chamar o debate para si, ainda mais considerando que parte substancial das discussões ambientais mundiais invariavelmente trazem referências - mesmo que indiretas - à Amazônia.

Espera-se que, para os próximos anos, as notícias relacionadas ao meio ambiente no Brasil sejam mais otimistas e que o país retome seu protagonismo em direção à preservação e conservação ambiental. Nesse sentido, além das medidas que vêm sendo aplicadas e construídas pelas ações ambientalistas do país, espera-se que o Cade também possa atuar ativamente, não apenas atuando firmemente no combate às práticas anticompetitivas, que, como vimos, reverberam em recursos para os projetos ambientais pelo FDD, mas também dando incentivos às cooperações em prol de ações sustentáveis.

O Fundo Amazônia, puramente nacional, existe! E é o FDD. Seu fortalecimento não só abrirá caminhos para um país mais sustentável, como também incentivará o retorno dos investimentos externos, seja pelo respeito ao meio ambiente ou por um ambiente de negócios mais competitivo.

1 No ano de 2018, o Cade arrecadou 99% do valor do FDD; em 2019, 93%; e, em 2020, 81%.

2 Em 2018, no total o FDD destinou R\$ 2.624.615,50 ao patrocínio de projetos, o que contrasta com as aplicações bem mais vultuosas dos anos seguintes: R\$ 878.853.679,29 em 2019; e R\$ 49.571.094,55 em 2020.

3 Apenas uma parte dos valores arrecadado pelo FDD são destinados a projetos. Os valores que não são usados em projetos são direcionados ao orçamento geral do Ministério de Justiça (art. 9º da Lei Complementar 101 de 2002).

Daniel O. Andreoli é sócio

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

A elegância italiana na sua cozinha: Conheça esse conjunto de louças alto nível

CASA GRANDE

LINK PATROCINADO

Linda, não gruda e valoriza sua cozinha! Confira esse kit de panelas

MEGAOFFBR

LINK PATROCINADO

Você sente que sua coluna está desalinhada? Esta descoberta combate a dor nas costas e a má postura

DRPOSTURA.COM

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor **Econômico**

BC diz ao mercado que inércia deve ser limitada

Autoridade teria defendido a integrantes do mercado que a inflação do último trimestre, e não acumulada no ano de 2021, terá a maior influência sobre o aumento médio de preços de 2022

É hora de acelerar a consolidação fiscal

É temporada de pressão política sobre os instrumentos que buscam ajustar as contas públicas

02/08/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A proximidade das eleições e o crescimento da arrecadação na União e nos Estados formam uma combinação que, se mal aproveitada, pode custar à sociedade brasileira mais um par de anos de crescimento à base de voos de galinha. É temporada de pressão política, vinda inclusive do Planalto, sobre os instrumentos que buscam ajustar as contas públicas.

No ataque especulativo que resultou na cisão do Ministério da Economia, com a conversão da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho em um novo Ministério do Trabalho e Previdência, o ministro Paulo Guedes privilegiou “segurar o caixa”,

conforme relata uma pessoa próxima a ele. Não abriu mão do naco de poder sobre as despesas federais.

Pelo contrário, fez um arranjo de forte simbolismo na estrutura de seu próprio ministério. Criou uma nova secretaria especial, a de Tesouro e Orçamento, que se dedicará exclusivamente ao controle do ciclo orçamentário: o planejamento do gasto, sua execução e a avaliação de seus resultados.

Extinguiu a Secretaria Especial de Fazenda, que tinha essas mesmas funções ligadas à despesa, mas cuidava também de outras frentes, como a gestão de loterias e de políticas para a energia.

Esses apêndices foram redistribuídos no organograma. A Secretaria de Política Econômica, responsável pela formulação de novos instrumentos, ganhou um upgrade e ficará ligada diretamente ao ministro.

A nova Secretaria Especial de Tesouro e Orçamento materializa a recusa de Guedes em permitir a recriação do Ministério do Planejamento. Pressões para isso sempre existiram e recrudescem em tempos de reforma ministerial. Um governo politicamente enfraquecido é habitat ideal para o florescimento dessa ideia.

Guedes impediu essa divisão mais uma vez, e nisso foi apoiado pelo presidente Jair Bolsonaro. De quebra, ainda manteve sob seu guarda-chuva a Dataprev, estatal que

processa os benefícios do INSS e que, pelos planos originais, iria para o novo ministério. A empresa está na lista de privatizações e o arranjo a preserva de tentações fisiologistas.

O controle sobre o ciclo orçamentário, porém, não é suficiente para manter a trilha da consolidação fiscal. Os números ainda não estão finalizados, mas o volume dos precatórios para 2022 pode ser bem maior do que os R\$ 54,7 bilhões projetados para este ano, aproximando-se de R\$ 90 bilhões. Trata-se, portanto, de mais um elemento a ser resolvido.

Não tardarão a ganhar espaço as pressões para que o teto de gastos seja flexibilizado para acomodar o crescimento das despesas que acompanha o ciclo eleitoral.

O teto tem sido um instrumento de contenção da gastança que, em outros tempos, teria sido a consequência direta do crescimento das receitas.

De janeiro a junho deste ano, a arrecadação foi R\$ 216 bilhões maior, em termos correntes, do que a vista na primeira metade de 2020. Está no horizonte, além disso, uma redução das despesas.

Tudo somado, há na área técnica quem veja condições de elevar a meta fiscal de 2022 em algo como R\$ 60 bilhões a R\$ 70 bilhões. Com isso, o avanço das receitas e a economia nas despesas iria para abater a dívida.

O Tesouro veria com bons olhos se o excedente fosse usado para acelerar a consolidação fiscal, disse o secretário Jeferson Bittencourt. Mas ele mesmo reconheceu que há limites, ao afirmar que há muitas questões ainda não endereçadas, em relação ao orçamento de 2022, para afirmar se tal providência será possível.

A proposta do governo para o orçamento de 2022 terá de chegar ao Congresso até o dia 31 de agosto. Um ponto de atenção é o novo Bolsa Família. Pelo menos até o momento, o programa tem sido formulado sem atentar contra as regras de controle fiscal. Até porque existe espaço sob o teto de gastos para lançar o programa pagando os R\$ 300,00 defendidos por Bolsonaro, disse Bittencourt.

A pandemia expandiu a dívida pública do governo geral para 88,8% do Produto Interno Bruto (PIB) em um país que já estava entre os mais endividados entre seus semelhantes. É preciso aproveitar o período favorável da economia para recolocar as contas públicas na trilha do ajuste. Ceder a tentações populistas é receita certa para se desviar desse caminho. A economia dará sua resposta de imediato.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Garanta a sua enquanto há estoque disponível

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Linda, não gruda e valoriza sua cozinha! Confira esse kit de panelas

MEGAOFFBR

LINK PATROCINADO

Esqueça tudo que viu antes de ver essa máquina de churrasco portátil

CHURRAS GRILL

Comprar Agora

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Novo travesseiro que melhora dor nas costas e pescoço vira febre em Salvador

SONOFIX

 COMENTÁRIOS

Mais do Valor Econômico



Por Alex Ribeiro

Cobriu o BC para o Valor, a Gazeta Mercantil e a Folha de S.... ver mais

BC pede estimativas do juro neutro ao mercado

Taxa pode aumentar se houver estouro do teto de gastos

02/08/2021 05h00 · Atualizado há 50 minutos

Depois de quatro anos, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central volta a pedir aos analistas econômicos as suas estimativas sobre os juros neutros da economia. A informação é estratégica para saber se, com a elevação da taxa Selic para 7% ao ano ou mais nos próximos meses, hipótese que se firma como consensual no mercado financeiro, a política monetária vai entrar no campo restritivo.



Também conhecida como taxa estrutural, o juro neutro é o nível da taxa Selic que é consistente com a inflação na meta e a economia em pleno emprego. Quando coloca a Selic acima do juro neutro, o Banco Central leva o crescimento econômico abaixo do potencial para controlar a inflação.

Taxa pode aumentar se houver estouro do teto de gastos

PUBLICIDADE



Pela estimativa oficial mais recente do Banco Central, o juro neutro se encontra em 3% ao ano, em termos reais. Considerando uma meta de inflação de 3,5% para 2022, essa taxa nominal está perto de 6,5% ao ano. Alguns preferem usar a expectativa de inflação para o ano que vem, que está acima da meta, em 3,8%. Por esse referencial, o juro neutro nominal está em cerca de 6,8%.

Mas o próprio Banco Central reconhece que há muita incerteza na estimativa da taxa neutra. O BC utiliza vários modelos econômicos para tentar calculá-la. Um deles, apresentado no relatório de inflação de setembro de 2020, chega a um valor central de 3%, mas ressalta que há chances relevantes de que esteja num intervalo de 2% a 4%. No fim, a estimativa depende muito do julgamento mais subjetivo dos membros do Copom.

Hoje, a mediana das projeções do mercado para a taxa Selic no fim do ano está em 7% ao ano. O percentual está um pouco acima da faixa central entre 6,5% e 6,8% ao ano para o juro neutro. Mas, como a distância é pequena e há muita incerteza na estimativa para o juro neutro, não é possível afirmar com certeza que o mercado financeiro já prevê condições restritivas.

Para complicar as coisas, a taxa neutra muda ao longo do tempo. Os cálculos do Banco Central indicam que, 17 anos atrás, estava próxima de 7% ao ano, e ao longo do tempo registrou períodos de queda e estabilidade. O juro neutro se altera de acordo com forças estruturais, como a taxa de crescimento da economia que não acelera a inflação (o chamado produto potencial), fatores que afetam a poupança e o investimento e o risco do país, que em grande medida é influenciado pela política fiscal.

O detalhe é que, da mesma forma que podem contribuir para a queda do juro neutro, esses fatores podem levar à sua alta. Alguns analistas econômicos vem sustentando que, devido à incerteza fiscal desde a pandemia, o juro neutro subiu e pode estar perto de 4% ao ano. Isso significa que, para colher o mesmo resultado em termos de controle da inflação, o Banco Central precisa subir mais o juro.

Para ter um panorama mais completo da visão do mercado, o Banco Central perguntou a taxa de juros neutro em seu questionário pré-Copom, que encaminha ao mercado antes das reuniões do seu comitê. O BC pediu a cada analista para

apontar a taxa neutra vigente agora e a prevista para daqui três anos e cinco anos. O resultado será divulgado na quarta da semana que vem.

O **Valor** consultou analistas que responderam ao questionário e, para a maioria deles, a taxa neutra está em 3% ao ano, mesmo percentual estimado pelo BC. De forma geral, eles apontam a incerteza nessas projeções e dizem que, se o Copom colocar a Selic a 7% até o fim do ano, a política monetária possivelmente não terá entrado no campo contracionista.

O economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, diz que mantém a sua projeção de juro neutro em 3%, embora ele ressalte que dadas as incertezas pode-se pensar numa faixa de 3% a 4%. “Há dois fatores que sugerem juro neutro mais elevado, a situação fiscal pior e os juros internacionais, e do lado do juro neutro mais baixo temos as reformas dos últimos anos.”

O Banco Santander, que tem como economista-chefe a ex-secretária-executiva da Fazenda Ana Paula Vescovi, já trabalha há algum tempo com o juro neutro real de 4%.

O economista-chefe da ASA Investments, Gustavo Ribeiro, avalia que a taxa neutra já aumentou. Mas ele a estimava no intervalo de 1% a 2% antes da pandemia, e agora trabalha com 3%. “Vejo que o salto da dívida bruta e as incertezas de curto prazo devem estar sim pressionando a taxa neutra para cima.”

A economista-chefe do Credit Suisse do Brasil, Solange Srouf, também trabalha por hora com um juro real de na faixa de 2,5% a 3% ano. Mas o viés é de alta. Um relatório recente do banco alerta que o risco fiscal está subindo, mesmo que o mercado financeiro ainda não veja isso neste momento.

Marcelo Fonseca, economista-chefe do Opportunity Total, é outro que estima a taxa neutra em 3%. “Acho que pode mudar caso a discussão sobre o orçamento leve a uma flexibilização no teto, o que alteraria a percepção de sustentabilidade da dívida”, afirma ele. Na sexta-feira, o mercado financeiro foi afetado negativamente pelos rumores de que o novo Bolsa Família elaborado pelo governo possa ficar fora do teto de gastos.

O economista Marcelo Ferman, da Parcitas Investimentos, é outro que estima o juro neutro em 3% ao ano. Para ele, em fins do ano passado, o quadro de incerteza fiscal de fato estava pressionando o juro neutro, mas a partir do segundo trimestre houve um alívio. Agora, porém, a discussão sobre o Bolsa Família fora do teto gera nova incerteza.

“Até aqui, não houve nada. Um dia ruim de mercado com uma notícia ruim. Depende de como o governo e o Congresso vão conduzir essa discussão aqui por diante”, afirma. “ Se essa discussão se alongar muito e tiver desfecho ruim, piora sim o juro neutro.”

A última vez que o Banco Central pediu estimativas do juro neutro ao mercado foi em 2017, ainda na gestão Ilan Goldfajn. Naquele momento, as estimativas estavam na faixa entre 5% e 4%. Em fins de 2019, o BC fez uma estimativa da visão do mercado sobre a taxa neutra a partir das projeções de mercado para juros e inflação no longo prazo, e chegou a 3%.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente

E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Garanta hoje em oferta e ainda frete grátis para todo o Brasil

KNEE ELITE

LINK PATROCINADO

Agora você também pode! Dê um fim nas suas velhas panelas feias

MEGAOFFBR

LINK PATROCINADO

Mudar a forma de dormir pode prevenir contra dores na coluna e pescoço. Veja agora

PORTAL SAÚDE EM FOCO

LINK PATROCINADO

Óculos militar é liberado no Brasil e vira febre entre pescadores e motoristas

ÓCULOS FOTOCRÔMICO

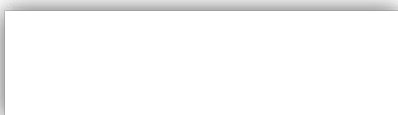
Comprador dos Correios terá que assumir concessão

O projeto de privatização entrará na fase de votação na Câmara esta semana ainda com muitas incertezas entre especialistas

Por Raphael Di Cunto — De Brasília

02/08/2021 05h00 · Atualizado há 22 minutos

Fábio Abrahão, do BNDES: “o comprador leva todos os ativos, mas terá que assumir o ônus; leva o filé e o osso” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

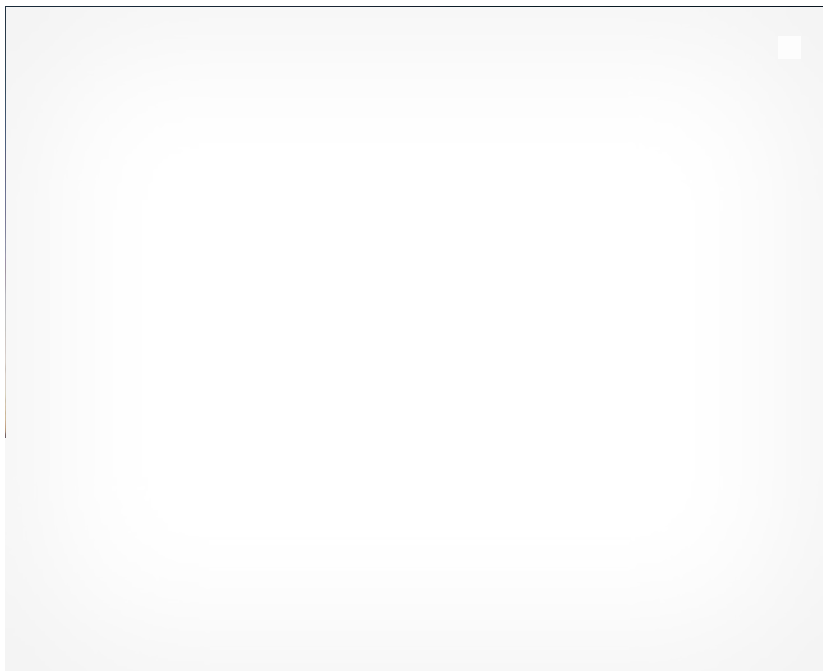


Correção: Está com a ministra Cármen Lúcia, e não com Rosa Weber, a relatoria da ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF. Segue texto atualizado.

A empresa que comprar os **Correios** no leilão que o governo espera realizar em abril terá que obrigatoriamente assumir a concessão dos serviços postais universais. Essa exigência foi a saída encontrada pelo Executivo para manter o serviço em todas as regiões do país, uma obrigação constitucional, sem a necessidade de aportes do Tesouro, pelo menos enquanto durar a concessão, cujo prazo de duração o governo só deve definir após a aprovação pelo Congresso.

A exigência é comparada a concessão dos serviços de telecomunicações dos anos 1990, quando as empresas que assumiram levaram junto a obrigação de manter uma rede de orelhões pelo país. “O comprador dos Correios levará todos os ativos, a rede de logística incrível e capilarizada, mas terá que assumir o ônus. Leva o filé e o osso”, afirma o diretor de Concessões e Privatizações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fábio Abrahão.

PUBLICIDADE



Essa saída deve afetar o preço de venda da empresa e pode afastar parte dos interessados porque será preciso manter estrutura própria ou terceirizada em todo o país para entregar os serviços postais universais (cartas, impressos, encomendas não urgentes e telegrama), um mercado que está em declínio: a receita da estatal com esses serviços caiu 40% entre 2015 e 2019.

O período da concessão ainda será decidido, mas a compradora pode acabar aliviada dessas despesas rapidamente: o projeto prevê que a cada cinco anos após a publicação da lei o Executivo revisará quais atividades estariam enquadradas como serviço postal universal de acordo com a “essencialidade” delas. Isso dependerá

apenas de um ato do Executivo, com base em relatório da agência reguladora, sem precisar de aval do Congresso.

Presidente dos Correios no governo Michel Temer, Guilherme Campos conta que foi procurado pela Amazon na época para saber sobre a chance de venda da estatal, mas diz que as grandes empresas do setor já estão estabelecidas nos centros consumidores e têm dúvida se querem operar “no osso do mercado”. “Quem comprar os Correios será a maior do mercado, é um grande ativo, mas no campo das encomendas a concorrência está estabelecida e é forte”, afirmou.

Um estudo encomendado pelo BNDES a consultorias e finalizado em março indicou formas de financiar a universalização dos serviços após a privatização dos Correios: o subsídio com dinheiro público; a manutenção do monopólio; a concessão de isenções tributárias para o concessionário (que já é um direito da estatal); e um fundo privado.

O documento apontou dificuldades em financiar o fundo privado e em aumentar os gastos públicos. A sugestão foi manter o monopólio sobre os serviços postais e a isenção tributária, mas mais estudos precisariam ser feitos para saber os custos disso.

O problema, segundo o documento, é que os dois mecanismos podem não ser suficientes. A imunidade tributária estaria limitada aos impostos federais e poderia ser questionada por colocar outros operadores em desvantagem. Já o monopólio permitiria subsídio cruzado entre regiões superavitárias e deficitárias, mas seria sobre um mercado em declínio.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Gil Cutrim (Republicanos-MA) apresentou um parecer apenas para os partidos governistas e contraria parte dessas premissas. Os Correios privatizados só manteriam o monopólio sobre os serviços postais universais por três a cinco anos. Depois o mercado seria aberto para qualquer empresa - e as que estão fora da concessão poderão focar a atuação nas cidades rentáveis, hoje menos de 400 das 5,5 mil que a empresa privatizada será obrigada a atender.

Vice-presidente de assuntos postais da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC&Logística), Antônio Juliani elogia o fim do monopólio postal. “O projeto de lei estava horrível para o mercado, abria a possibilidade de aumentar o monopólio para outros objetos, mas o parecer restringiu isso”, disse.

O parecer deixou em aberto a possibilidade de concessão de imunidade tributária para a nova empresa e vedou a “concessão patrocinada”, ou seja, o serviço não poderá ser bancado com aportes do Tesouro. As tarifas postais serão reguladas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e acabaria a regra de um custo único para enviar cartas para qualquer lugar do país - os preços poderão ser diferentes por região e distância.

O projeto de privatização entrará na fase de votação na Câmara nesta semana ainda com muitas incertezas entre especialistas. Os estudos técnicos só serão concluídos após o Congresso decidir se dá aval ou não a operação, mas no BNDES isso é visto como normal, já que seria necessário adaptar o modelo a lei aprovada. O **Valor** procurou o relator, mas ele não quis dar entrevista.

Para o ex-ministro da Infraestrutura João Santana, o projeto ainda está “muito enevoado” e parece feito às pressas para que o governo possa mostrar alguma privatização, mas que a escolha não é a melhor. “Os Estados Unidos não privatizaram os Correios, e lá eles têm sucessivos déficits bancados pelo governo, porque tem o entendimento de manter a rede de logística”, afirmou.

O calendário do BNDES prevê que a aprovação por deputados e senadores teria que ocorrer ainda em agosto para que a proposta seja modelada e submetida ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) em dezembro. O Tribunal de Contas da União (TCU) julgaria até março e o leilão ocorreria em abril. A principal definição no governo, e acolhida pelo relator, é vender 100% da empresa de uma vez, sem dividi-la nem manter ações.

Já uma das maiores dúvidas sobre a viabilidade da operação é jurídica. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu em 2005 que o serviço postal é um serviço público e deve ser prestado pela União. “Discordo e acho que a Constituição obriga a União a manter o serviço postal, mas por qualquer meio. Mas, a prevalecer o entendimento

Opinião do GLOBO

É um erro manter isenção para o Simples Nacional

Ao ceder à pressão, relator da reforma tributária só agravará as distorções absurdas no sistema de impostos

Pelo que revelou o relator Celso Sabino (PSDB-PA), a proposta ruim de reforma tributária que tramita na Câmara poderá ficar pior. Entre os desatinos que anunciou, chamaram a atenção a intenção de preservar a isenção de impostos sobre dividendos distribuídos por empresas que declaram pelo regime do Simples Nacional, a de ampliar a faixa de isenção nos demais regimes para acima de R\$ 20 mil e a de reduzir as alíquotas para o regime do lucro presumido. Sob o pretexto de agradar a micro e pequenas empresas, a proposta continuará a ampliar as distorções que fazem do sistema tributário brasileiro um dos mais injustos e o mais complexo do mundo.

O Simples foi criado como um regime especial para unificar a cobrança de tributos e facilitar a vida dos pequenos empresários. Foi tão bem-sucedido que, com o tempo, uma sucessão de acréscimos acabaram por torná-lo um labirinto cheio de desvios, capazes de abrigar qualquer negócio cujo faturamento anual esteja abaixo de R\$ 4,8 milhões — em particular, profissionais liberais ou executivos que preferem se transformar em pessoas jurídicas para

fins tributários, expediente conhecido como “pejotização”. A faixa de enquadramento é muito superior à praticada em programas similares no mundo.

De acordo com o próprio governo, o Simples representou em 2019, quando era adotado por 3,3 milhões de empresas, uma perda de arrecadação de R\$ 76 bilhões, um quarto do total de subsídios tributários e a maior renúncia fiscal da União, equivalente a 1% do PIB. Hoje o cadastro do regime reúne 4,2 milhões de empresas. Muitas são mesmo pequenos negócios que mereceriam benefícios. Mas é escandalosa a quantidade cujo objetivo é apenas a engenharia tributária.

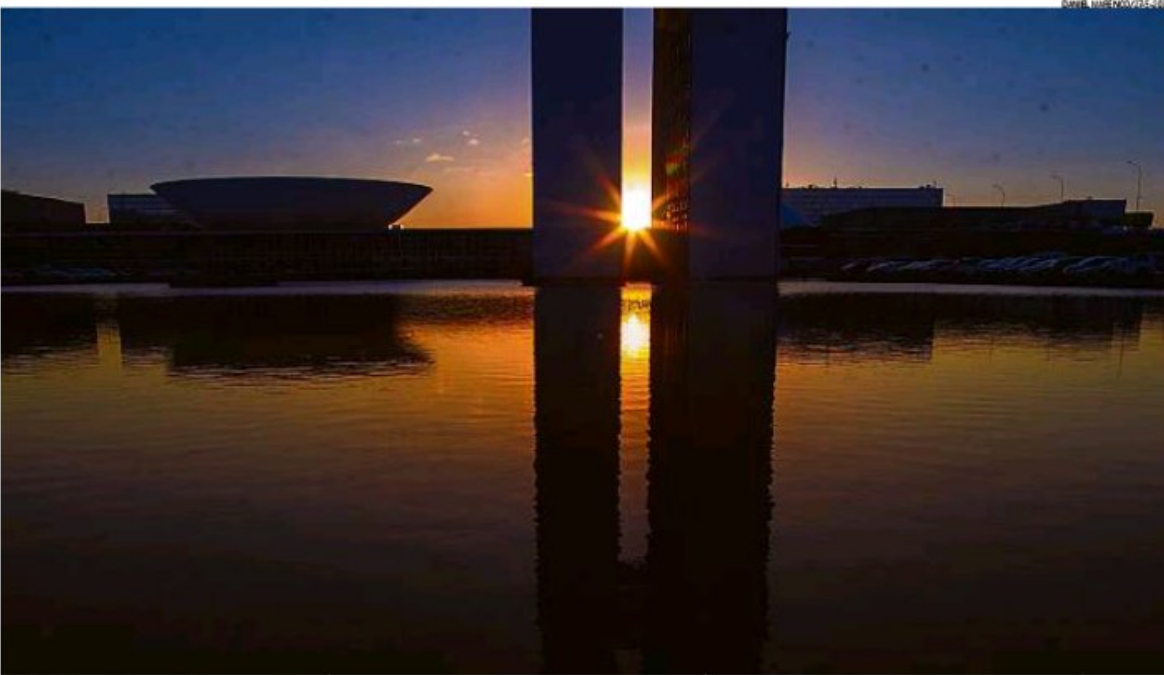
Em vez de corrigir o festival de abusos, a proposta de Sabino contribui para agravar as distorções. A criação do imposto sobre dividendos tinha ao menos a qualidade de tentar fechar a brecha para a “pejotização”. Pelos cálculos do economista Bernard Appy, quem ganha R\$ 100 mil por mês está sujeito hoje à alíquota média de 38% se for funcionário de empresa, 26% se for servidor público, 16% se declarar pelo Simples e 12% pelo lucro presumido (descontando o que recebe em benefícios). Na proposta anterior do relator, a

cobrança de dividendos elevaria as duas últimas alíquotas a, respectivamente, 23% e 21%, reduzindo a distorção.

Na faixa de isenção para quem faturasse até R\$ 20 mil, porém, elas cairiam — de 9,7% para 4,7%; e de 3,3% para 2,6% —, aumentando, até esse patamar de renda, a distância para funcionários contratados (que hoje pagam 29%) e servidores (21%). A expansão do limite que dá direito à isenção só contribuiria para levar mais distorção às faixas que ganham mais de R\$ 30 mil — o 1% com maior renda na população. Reduzir alíquotas sobre o lucro presumido teria efeito semelhante.

A dificuldade do governo e do relator é entender que o redesenho dos regimes tributários exige atitude oposta à que têm demonstrado. Em vez de ceder às pressões para preservar os privilégios de quem paga menos do que pode e deveria, ambos têm o dever de enfrentá-las. É preciso restringir o Simples ao objetivo original, banindo abusos. E criar um sistema que não favoreça quem tem mais renda e, para compensar, lance a carga tributária escandalosa necessária para sustentar o Estado nas costas de quem investe para gerar emprego — e dos mais pobres.

DIBEL, WERNER/215-2018



Congresso. Guedes e Ciro Nogueira vão apresentar PEC aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG); texto prevê pagamento de tração do valor em 2022 e nove parcelas

PARA CUSTEAR NOVO BOLSA FAMÍLIA

BRECHA PARA GASTAR EM 2022

Governo quer parcelar dívidas judiciais.
Medida liberaria R\$ 40 bi do Orçamento

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@folha.com.br
www.folha.com.br

Após identificar que derrotas judiciais podem consumir boa parte dos recursos previstos para custear a nova versão do Bolsa Família, o governo finalizou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para abrir espaço no Orçamento e permitir o pagamento do benefício no próximo ano, marcado pelas eleições presidenciais. O texto prevê que as despesas com sentenças da Justiça poderão ser pagas com uma fração do valor em 2022 e mais nove parcelas anuais. As mudanças previstas na PEC criam uma margem de cerca de R\$ 40 bilhões no Orçamento de 2022.

Os técnicos do Ministério da Economia avaliam que, com o colchão de recursos criado pela PEC, será possível propor um programa social com pagamento médio de R\$ 300 para 17 milhões de pessoas. Atualmente, o pagamento médio do Bolsa Família é de R\$ 192 para 14 milhões de beneficiários. O benefício é visto dentro do go-

verno como vitrine para a campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições do próximo ano, e ele já declarou reiteradas vezes que a nova versão do programa social tem de ficar em R\$ 300. O custo total do benefício no próximo ano deve ficar em R\$ 56 bilhões.

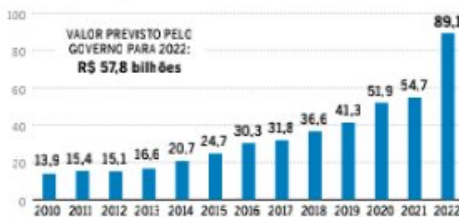
‘MÍSSIL’ CONTRA ‘METEORO’

O texto vem sendo discutido há duas semanas entre o Ministério da Economia e o Palácio do Planalto e deve ser apresentado pelo ministro Paulo Guedes junto com o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco, (DEM-MG) em uma reunião na tarde de hoje. A medida trata dos chamados precatórios, dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e para as quais não é mais possível recorrer.

A PEC foi citada pelo presidente Jair Bolsonaro dias atrás quando se referiu ao programa social. O texto da PEC permite o parcelamento das dívidas judiciais de maior valor, na casa de milhões de reais, e não mexe em dívidas menores, como

CONTA JUDICIAL EM ALTA

Crescimento das despesas com decisões judiciais
(em R\$ em bilhões)



Editoria de Arte

débitos relacionados a aposentadorias do INSS.

A proposta foi classificada por Guedes na última sexta-feira como um "missil" para atingir um "meteoro" criado por outros poderes, já que os precatórios são definidos pelo Judiciário anualmente.

Antes de saber dos detalhes da PEC, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) classificou o parcelamento dos precatórios como "calote".

O governo terá de pagar R\$ 89,1 bilhões em 2022 por causa de sentenças judiciais de

que não pode mais recorrer, segundo dados aos quais o GLOBO teve acesso. Esse número representa alta de 62% em relação ao valor previsto para este ano (R\$ 54,7 bilhões) e que já vinha crescendo acima da inflação.

O crescimento previsto dos precatórios para o próximo ano é muito superior à alta da inflação e ao teto de gastos, que é corrigido pelo IPCA.

Em razão da trajetória estimada de inflação para este ano, o governo previa uma folga de R\$ 30 bilhões no teto de

gastos, o que significa mais recursos para gastar no próximo ano. Isso acontece porque o teto é corrigido pela inflação em 12 meses até junho, quando a taxa acumulada ficou acima de 8%. Mas as despesas com aposentadorias são corrigidas pelo índice de preços no fim do ano, quando se espera um percentual mais próximo dos 6%. É dessa diferença que o governo estima a margem de R\$ 30 bilhões.

E era justamente desta folga que viria boa parte dos recursos para custear o Bolsa Família sem ferir regras fiscais, mas o aumento das despesas previstas com precatórios engoliu essa margem no Orçamento.

Integrantes do Ministério da Economia têm dito que algumas das decisões judiciais têm características não recorrentes e se transformaram em dívidas bilionárias. Um exemplo disso é a discussão sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) dos estados, um esboço que vem desde o governo Fernando Henrique

Cardoso e teve decisão só agora. As despesas relacionadas a esse passivo subiram em R\$ 17 bilhões a conta total de precatórios de 2022.

Para conter o avanço das despesas com sentenças judiciais e deixar a dinâmica desse gasto mais próxima do teto, o governo vai propor alterar a Constituição.

‘SUPERPRECATÓRIOS’

Hoje, só é permitido o parcelamento, por um período de até cinco anos, de precatórios que custam 15% do total desse tipo de dívida. Mas praticamente não há dívidas nesse montante. Por isso, o governo vai propor que precatórios acima de 60 mil salários mínimos (R\$ 66 milhões) também possam ser parcelados. A esse tipo de dívida será dado o nome de "superprecatório", e a regra será permanente.

Nesse caso, uma fatia de 15% do precatório será paga em um ano e o restante parcelado em nove anos. A mudança vai abranger 42 decisões judiciais em 2022 e dará um alívio de R\$ 20 bilhões para o governo no próximo ano.

O texto cria um regime especial para o pagamento das dívidas judiciais até 2029. A PEC limita a despesa total com precatórios a um percentual de 2,6% da receita corrente líquida (disponível para gastar) acumulada 12 meses antes da requisição dos precatórios. É uma forma de delimitar quanto pode ser pago em um ano.

Essa mudança vai abranger mais de 7 mil decisões judiciais e gerar uma economia de mais R\$ 20 bilhões no próximo ano. O pagamento das sentenças será dividido: o desembolso em um ano (limitado a 2,6% da receita) e mais nove parcelas anuais.

O governo começou a elaborar a proposta após ser surpreendido pelo tamanho da conta de sentenças judiciais, a maior parte delas do Supremo Tribunal Federal (STF). Nas semanas que antecedem o envio do Orçamento do ano seguinte ao Congresso, o Ministério da Economia recebe a relação das sentenças que precisam ser quitadas. O Orçamento será enviado ao Congresso pelo governo no dia 31.

A ideia da proposta é deixar o valor dos precatórios mais próximo ao patamar deste ano, de R\$ 54,7 bilhões. Sem a mudança, os técnicos da equipe econômica dizem que os precatórios consumiriam o equivalente a 68% das despesas não obrigatórias do governo (investimentos e custeio da máquina pública).

Caso o Congresso aprove a PEC da forma como desenhado o governo, haverá espaço extra no Orçamento não só para o novo Bolsa Família, mas para investimentos e despesas em outras áreas. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de 308 deputados e 49 senadores em duas votações em cada Casa.

Texto prevê encontro de contas entre estados e municípios e a União

BRASÍLIA

A proposta de Emenda à Constituição (PEC) que permitirá o parcelamento das dívidas federais decorrentes de decisões judiciais também vai dar mecanismos para o governo fazer encontros de contas com relação às sentenças

que beneficiam estados, municípios e empresas.

No caso de estados e municípios, a proposta permitirá um encontro entre passivos. Por exemplo, uma decisão judicial que beneficia um estado poderá ser usada para abater a sua dívida com o governo federal. Dessa forma nenhuma das

partes precisará fazer desembolsos. Ou seja, se um estado tem um precatório de R\$ 5 bilhões, ele poderá usar esse valor para pagar a dívida com o governo federal.

A proposta cria também um fundo no qual a União vai colocar ativos, como imóveis. Esses ativos, por

sua vez, poderão ser usados para pagar dívidas judiciais do governo com empresas.

Caso uma companhia ganhe um processo contra o Executivo, esse valor poderá ser pago pelo governo com ativos que serão inseridos nesse fundo. A forma como os valores dos bens serão mensurados e a

possibilidade de deságios serão regulamentadas após a eventual aprovação da PEC.

A Economia vê nas propostas uma forma de equalizar o balanço da União, ao reduzir ativos imobilizados (que podem estar subutilizados e gerando custos) e as dívidas federais. *(Manoel Ventura)*

Não existe planeta B.
Cuide do planeta A.





ARTIGO

Barreira à tributação de dividendos em 20%

LUIZ GUSTAVO BICHARA
E THIAGO MATTOS MARQUES

A pretensão do governo de tributar os dividendos distribuídos pelas empresas nacionais, além de contrariar o empresariado brasileiro por representar aumento da carga tributária, muitas vezes esbarrará nos acordos internacionais celebrados pelo Brasil para evitar a dupla tributação da renda.

O PL 2.337/21 propõe a tributação dos dividendos distribuídos por empresas brasileiras com base na alíquota de 20%. Contudo esse percentual não poderá ser aplicado no pagamento de dividendos a sócios residentes em diversos países, por força de tratados internacionais que impedem o Brasil de cobrar o Imposto de Renda acima de determinados patamares.

Dos 34 acordos internacionais para evitar dupla tributação em vigor atualmente, apenas aquele com a Dinamarca permite a tributação dos dividendos pelo Brasil a 20%. Todos os demais fixam alíquotas máximas para tributação dos dividendos pelo Brasil abaixo desse patamar, limitando-a normalmente a 10% ou a 15%.

Isso se verifica também em relação aos tratados recentemente celebrados pelo Brasil que aguardam promulgação. Os acordos com Uruguai e Cingapura trazem o limite de 10%, ao passo que a convenção com os Emirados Árabes Unidos traz hipótese em que pode ser cabível alíquota ainda inferior, de apenas 5%.

Não bastasse isso, alguns tratados celebrados pelo Brasil incluem uma cláusula conhecida como *most favoured nation*. É o caso do acordo celebrado em 1976 com a Espanha, país que ocupa a segunda posição entre os principais investidores no Brasil, segundo dados de 2019 do Banco Central.

Embora a convenção Brasil-Espanha estipule o limite de 15% na tributação dos dividendos pelo Brasil, o protocolo da convenção determina que, se o Brasil celebrar acordo com outro país em que seja fixada uma alíquota mais baixa, "uma redução igual será automaticamente aplicável ao imposto sobre os dividendos pagos a uma sociedade residente da Espanha que se encontre em condições similares". Portanto, considerados os tratados internacionais celebrados pelo Brasil depois de 1976, os dividendos pagos por empresas brasileiras a empresas espanholas não poderão ser tributados no Brasil em percentual acima de 10%.

Dados do Banco Central relativos a 2019 mostram que, dos cerca de US\$ 875 bilhões investidos por estrangeiros no Brasil, quase US\$ 600 bilhões têm como fonte investidores em países europeus. Desse total, mais de 90% são provenientes de países com que o Brasil celebrou convenção bilateral para evitar dupla tributação.

Mesmo se considerarmos os Estados Unidos, principal investidor e país com que o Brasil não firmou convenção bilateral para

evitar dupla tributação, a cobrança sobre os dividendos será limitada para parte considerável dos investimentos. Isso porque cerca de 25% dos investimentos norte-americanos no país são feitos por empresas estabelecidas em outras nações, justamente para aproveitar acordos celebrados pelo Brasil com tais nações.

Além disso, há tratados internacionais que impedem o Brasil de tributar dividendos provenientes de outros países. Isso se dá no caso das convenções celebradas com a Áustria e a Argentina. Se for aprovada a tributação dos dividendos proposta pelo governo, enquanto o investidor brasileiro que recebe dividendos de empresas brasileiras será tributado a 20%, quem opta por investir em empresas no exterior poderá ficar isento dessa tributação.

Diante desse cenário, se aprovada a proposta do governo federal de tributar os dividendos, por um lado, ainda que os investidores estrangeiros passem a suportar uma tributação adicional que hoje não existe, a alíquota de 20% sugerida no PL 2.337/21 não valerá para a maior parte dos investimentos estrangeiros no país. Por outro lado, investidores brasileiros que redirecionarem seus investimentos para o exterior poderão escapar da tributação dos dividendos no Brasil.

A conclusão é inevitável: caso seja aprovada a proposta nos moldes do PL 2.337/21, poderá valer mais a pena investir no exterior a partir do Brasil do que investir no país.



Luiz Gustavo Bichara e Thiago Mattos Marques
são sócios do escritório Bichara Advogados

MÍRIAM
LEITÃOblogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao
miriamleitao@oglobo.com.br
Com Ana Carolina Diniz

O incêndio e a grande mentira

A Cinemateca pegava fogo em São Paulo, no mesmo momento em que o presidente Bolsonaro começou a live da grande mentira. Ele promete há três anos apresentar provas de que há fraude eleitoral no Brasil. O canal dele no Facebook foi retransmitido pela TV Brasil, paga pelos contribuintes brasileiros. Mentiu durante duas horas às nossas custas. Era quinta-feira à noite, 29 de julho, no Brasil, enquanto os arquivos da história do cinema pegavam fogo, Bolsonaro usava o aparato da presidência para fazer o ataque mais histérico contra a democracia brasileira.

Na mesma semana, fomos felizes por alguns instantes e nos orgulhamos de jovens

fazendo história nas Olimpíadas. As medalhas e as trajetórias dos vencedores, tão cheias de simbolismos, pareciam janelas que nos ajudavam a respirar na asfixiante atmosfera do Brasil.

A adolescente Rayssa Leal, ao conquistar a medalha de prata no skate com apenas 13 anos, pediu que não houvesse aglomeração em Imperatriz no Maranhão. “Infelizmente, não é esse o momento.” A ginasta Rebeca Andrade nos ensinou tanto em cada fala que é assombroso. Rebeca, cheia de graça, técnica e talento, fez uma apresentação linda. Mas não só. Homenageou as moças que vieram antes. Disse “eu sou preta e represento preto, branco, pardo”. Afirmou, coberta de razão, que mesmo se não tivesse medalha teria feito história. E deu uma lição fundamental sobre a importância da saúde mental dos atletas ao dizer que entendia e se orgulhava de Simone Biles, a campeã que desistira de disputar admitindo estar emocionalmente abalada. O ouro do surfista Ítalo Ferreira transformou o Brasil, por um instante, numa grande Baía Formosa. Fomos nós que dominamos as ondas do mar, nós que tivemos saudades da avó, nós que choramos naquela madrugada de terça. Esses e outros respiros nos ajudaram nessa semana pedregosa.

Parece que são sempre difíceis as semanas

do Brasil. Na última, o presidente recebeu com largo sorriso uma representante do que há de pior na política alemã. A líder da AfD, Beatrix von Storch, com óbvias ligações com os neonazistas, foi atendida fora da agenda com gestos de acolhimento. Dias depois, Bolsonaro perpetrou o ato mais violento contra o direito de voto no Brasil, ao exibir na live, de forma irresponsável e criminosa, material de quinta categoria que circula pela internet, mentiras e acusações infundadas contra o sistema de voto eletrônico. Ao fim admitiu que não tem provas do que repete há três anos. Bolsonaro faz campanha

descarada contra a democracia, seguindo o mesmo script de Donald Trump.

O jornal americano “The New York Times” revelou que Trump propôs ao Departamento de Justiça que alegasse que a eleição fora fraudada. “Deixa o resto comigo”, ele disse. É o que Bolsonaro tenta imitar. Ele convenceu o ministro da Defesa, os generais sabujos dos quais se cercou, os extremistas que o apoiam, e os oportunistas desse delírio usado como pretexto para o assalto final à democracia.

O país continua vivendo um sofrimento tão

longo, tão pesado nessa pandemia. Agora, a variante Delta ronda os brasileiros, mesmo os vacinados, ou os que se encontram no intervalo entre doses. Tudo do que precisamos é paz e não a temos. A culpa é do homem que preside o país, uma pessoa que só sabe viver no conflito.

A solução evidentemente não é nenhum semipresidencialismo, fórmula de bolso usada agora por quem quer manter tudo como está. O que teremos de fazer em algum momento é rediscutir a concentração imperial de poderes na mão de uma pessoa só, o presidente da Câmara dos Deputados. Quantos crimes de responsabilidade a mais espera o deputado Arthur Lira para se decidir?

O incêndio da Cinemateca é o retrato do desleixo. O trágico é que de certa forma esperávamos um desfecho assim. O fogo era também simbólico do projeto de destruição da cultura brasileira, das artes em geral, das leis de financiamento de projetos nos quais nascem talentos em qualquer área, inclusive nos esportes. O obscurantismo sempre quis incendiar a cultura. O sorriso de Bolsonaro para Beatrix von Storch era sincero. Ele se reconhece nela. São iguais. Mas o Brasil se reconheceu nos sorrisos de Rayssa Leal, Kelvin Hoefler, Ítalo Ferreira, Mayra Aguiar, Rebeca Andrade, e Luisa Stefani e Laura Pigossi. Graças a eles e a outras estrelas do nosso esporte, fomos felizes por alguns momentos.

PLANO POR MAIS VERBAS

Partidos priorizam Câmara e devem lançar menos candidatos a governador

GUILDO BARROSA/VE-3



Pará. Heider Barbalho deve ser um dos 12 candidatos do MDB

GUILDO BARROSA/VE-3



Bahia. Jaques Wagner prefere buscar mandato de governador

EVALUACÃO



São Paulo. Rodrigo Garcia deixou DEM para concorrer em 2022

GUSTAVO SCHMITT E SÉRGIO ROXO
opinioes@oglobo.com.br
SIC/MLL

A necessidade de priorizar a eleição para a Câmara dos Deputados, que serve como parâmetro para o cálculo dos fundos partidário e eleitoral, deve ditar a estratégia dos partidos para lançar candidatos aos governos estaduais na eleição do próximo ano. Legistas como PT, PSB e MDB projetam uma redução de postulantes aos Executivos estaduais em relação a 2018. Além de fortalecer as bancadas federais, e assim garantir uma fatia maior de recursos, a construção de alianças para a disputa presidencial também deve ser levada em conta.

O veto ao aumento do fundo eleitoral aprovado pelo Congresso, prometido novamente ontem pelo presidente Jair Bolsonaro, pode impactar diretamente a estratégia dos partidos. Ao aprovar a Lei de Diretrizes

Orçamentárias (LDO), os parlamentares elevaram de R\$ 2 bilhões para R\$ 5,7 bilhões o valor destinado para as legendas bancarem as campanhas. Bolsonaro já indicou apoio a um fundo de R\$ 4 bilhões. Ontem, em uma mudança de posição, afirmou que só vai permitir a correção do valor do fundo de 2018 (R\$ 1,7 bilhão) pela inflação. Ele não explicou o período de cálculo do aumento nem o índice que seria seguido. Se a promessa for cumprida, o valor ficaria em torno de R\$ 2,2 bilhões. Eventual veto ainda tem que ser submetido ao Congresso, que pode derrubá-lo.

— Vou vetar tudo que exceder... Você leva em conta o que foi usado na campanha de 2018. Isso é lei. Sou obrigado a cumprir a lei. Valor "x". Aplica a inflação de lá para cá. Será "x" mais "y". O que exceder, vou vetar — disse o presidente à rádio 89FM, de São Paulo.

A eleição do próximo ano

16

Candidatos do PT a governador em 2018

O total de candidatos deve ser a metade disso ano que vem

9

Candidatos do PSB a governador nas últimas eleições

O partido deve lançar três ou quatro nomes em 2022

14

Candidatos do MDB a governador em 2018

O partido deve lançar, no máximo, 12 candidaturas próprias agora

será a primeira disputa federal sem possibilidade de coligação proporcional. O Congresso ainda discute se muda o sistema de escolha

dos deputados para o distrito. No entanto, o entorno do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), avalia que a tendência é de que a proposta não passe.

CHAPA PRESIDENCIAL

Independentemente de mudanças nas regras e no valor do fundo, o PT deve ter uma redução expressiva do número de candidatos próprios. Em 2018, num período de isolamento provocado pela insistência na candidatura de Lula mesmo diante da prisão do ex-presidente, o partido teve 16 nomes próprios nas disputas de governador. Agora, para tentar montar uma aliança mais robusta, o total de candidatos deve ser a metade.

— A prioridade é eleição presidencial, Câmara e Senado, nessa ordem. A construção que está sendo feita é para discutirmos candidaturas ao governo onde haja necessidade de tê-las. Lançar em função da necessidade nacional da campanha

do Lula ou da construção partidária — afirma o deputado José Guimarães (CE), que coordena o grupo de acompanhamento das candidaturas nos estados.

O petista ressalta que não há uma definição concreta das candidaturas. São certos nomes do partido nas disputas da Bahia, com Jaques Wagner; no Piauí, Rio Grande do Norte, onde Fátima Bezerra concorrerá à reeleição; e em São Paulo.

Provável integrante da aliança de Lula, o PSB deve reduzir de nove para três ou quatro o número de candidatos a governador para priorizar os postulantes a deputado. O presidente da legenda, Carlos Siqueira, quer vincular o apoio do PSB a presidente à reciprocidade nos estados:

— O candidato que vamos apoiar para presidente precisa estar comprometido com nossa candidatura no estado. Se o PT lança um candidato em Pernambuco,

por que vamos apoiar Lula?

Também dentro da prioridade de focar na eleição para deputado, o MDB, que teve 14 candidatos a governador em 2018, deve apresentar, no máximo, 12 nomes, entre eles o governador do Pará, Helder Barbalho.

Para permitir palanques para Ciro Gomes na disputa presidencial, o PDT pretende lançar entre seis e dez candidatos a governador. Em 2018, foram oito.

LÓGICA INVERSA

Há, partidos, porém, que seguem uma lógica inversa e querem expandir a participação nas disputas estaduais. É o caso do PSD, que prevê 12 candidatos contra os sete de quatro anos atrás.

— As candidaturas majoritárias vão nos ajudar a eleger deputados e, também, ajudar a candidatura própria a presidente que nós teremos — diz o presidente do partido, Gilberto Kassab, se referindo à tentativa de lançar o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para concorrer ao Palácio do Planalto.

O PSDB aguarda a definição das regras eleitorais para traçar sua estratégia. Caso haja aumento no fundo eleitoral e seja mantida a regra do fim das coligações proporcionais, os tucanos devem promover um ligeiro aumento no número de candidaturas. Em 2018, foram 12. O PSL, partido com a maior fatia do fundo eleitoral, também espera as decisões do Congresso para traçar o seu plano para 2022.

O DEM planeja pelo menos manter o número de candidatos a governador que teve na eleição passada: oito — um deles o vice-governador de São Paulo, Rodrigo Garcia.

Uma das siglas que mais crescem na Câmara nos últimos anos, o Republicanos deve ter poucos candidatos nos estados e focar na eleição para deputados. A legenda prevê ter, no máximo, dois nomes nas corridas estaduais. A tática deve ser seguida por legendas do Centrão, como PP e PL.

Mesmo fortalecido ao ocupar a presidência da Câmara e a Casa Civil do governo Bolsonaro, o único candidato certo no PP é o governador do Acre, Gladson Cameli, que tentará reeleição.

Já o PL deve lançar apenas dois candidatos, como em 2018.

— A tradição do PL não é de lançar candidaturas a governador, mas de fortalecimento das bancadas — diz o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (AM).

MERCADO COM 40% DE INFORMAIS

14,8 MILHÕES SEM TRABALHO

Desemprego fica em 14,6%, e Guedes afirma que IBGE está 'na idade da pedra lascada'

CAROLINA NALIN E RAFAELA RIBAS
economia@oglobo.com.br

Pouco mais de um ano após o início da pandemia, a crise no mercado de trabalho ainda ensaia recuperação, de acordo com dados divulgados pelo IBGE. Em maio, a taxa de desemprego ficou estável, em um patamar elevado, de 14,6%, com 14,8 milhões de pessoas em busca de uma oportunidade, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua. Perguntado sobre o resultado, o ministro da Economia, em evento no Rio, criticou a metodologia do IBGE dizendo que ele está "na idade da pedra lascada".

Na avaliação de especialistas, a pesquisa do IBGE mostra um retrato de recuperação gradual, com aumento da procura por vagas, puxada pelo avanço da vacinação e da retomada da atividade econômica. Como o aumento da oferta de postos de trabalho não é suficiente para atender a demanda, o brasileiro busca uma saída no emprego sem carteira assinada ou no trabalho por conta própria. A taxa de informalidade vem subindo desde maio do ano passado e atingiu 40%, o equivalente a 34,7 milhões de pessoas.

RETRATOS DO MERCADO

Ao comentar os resultados, Guedes citou dados do Caged, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que acompanha o desempenho do mercado de trabalho formal a partir de informações prestadas pelas próprias empresas. Na véspera, o Caged havia informado que o país criou 1,5 milhão de vagas com carteira assinada de janeiro a junho, dos quais 300 mil somente no mês passado. O levantamento do IBGE traça um panorama do mercado como um todo, incluindo trabalhadores com e sem carteira, domésticos, empregadores, conta própria e do setor público, a partir da coleta de dados em entrevistas.

— Desde que a Covid nos atingiu, já criamos 2,5 milhões de novos empregos. A Pnad do IBGE está muito atrasada metodologicamente, pesquisa feita por telefone... É muito superior a metodologia do Caged, ela vem direto das empresas. Nós vamos ter inclusive que rever, acelerar os procedimentos do IBGE, porque ele ainda está na idade da pedra lascada, baseado ainda em métodos que não são os mais eficientes. (Com o Caged), nós te-

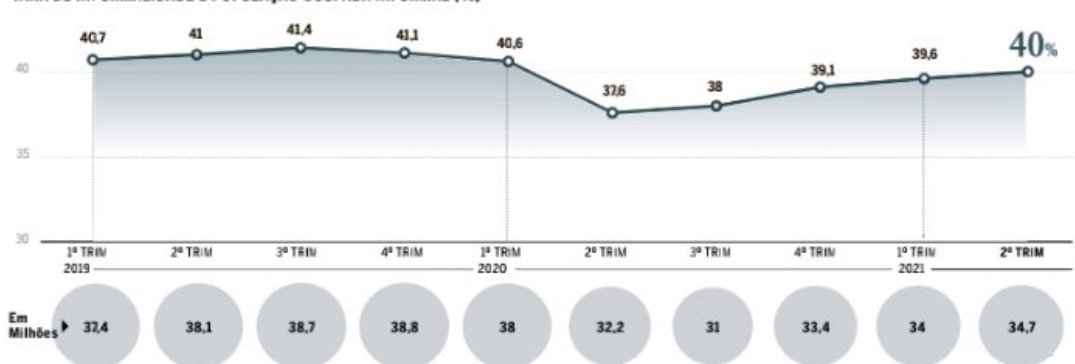
O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO



EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO (%)



TAXA DE INFORMALIDADE E POPULAÇÃO OCUPADA INFORMAL (%)



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

Editoria de Arte

mos informações direto das empresas —disse o ministro, que participou de evento na manhã de ontem no Rio.

Na avaliação do ministro, o país se recupera em ritmo acelerado. E o mercado de trabalho tenderia a ganhar tração com o lançamento de novos programas de emprego em elaboração pelo governo, incluindo o Bônus de Inclusão Produtiva (BIP), que busca criar oportunidades para jovens e pessoas com mais de 55 anos no mercado, e um programa de qualificação para o primeiro emprego.

— Vamos criar mais 2 milhões de empregos. Estamos criando praticamente 1 milhão de empregos a cada 3 meses e meio —frizou Guedes. — Então, o IBGE está um pouquinho atrasado. Esta conta vai ter que convergir como que está acontecendo.

O IBGE está divulgando o resultado de maio no fim de julho em razão do impacto da pandemia na coleta de dados. Procurado, o instituto afirmou que não comentaria as declarações de Guedes. Mais cedo, antes do



“Nós vamos ter inclusive que rever, acelerar os procedimentos do IBGE, porque ele ainda está na idade da pedra lascada, baseado ainda em métodos que não são os mais eficientes”

Paulo Guedes, ministro da Economia



Promessa. Ministro diz que país vai criar dois milhões de empregos

comentário do ministro, Adriana Beringuy, analista da pesquisa, lembrou que desde o último dia 12 foram retomadas parcialmente as atividades presenciais, incluindo a coleta de indicadores econômicos. Durante a pandemia, o IBGE manteve as pesquisas com base em entrevistas por telefone. Segundo ela, com o avanço da coleta presencial, a defasagem temporal deve ser reduzida.

Já o sindicato dos funcionários do IBGE afirmou, em nota, que o instituto goza da confiança da população.

Marcos Hecksher, doutor em População, Território e Estatísticas Públicas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence) do IBGE, lembra que vários países trocaram temporariamente as entrevistas pessoais por telefonemas por causa da Covid-19.

— As condições da pandemia podem ter afetado a série da Pnad Contínua e as do Caged. Todo mundo sabe disso, inclusive os bons técnicos que trabalham no Caged.

Daniel Duque, pesquisador da área de Economia Aplicada do Ibrez/FGV, avalia que os dados de emprego de um país podem ser captados de forma administrativa, como ocorre com o Caged. No entanto,

usar somente essa medida seria insuficiente porque ela não mensura quantas pessoas estão em busca de emprego.

— Todos os países que têm dados de desemprego o fazem por pesquisas domiciliares semelhantes à Pnad Contínua. Além disso, tem a questão dos ocupados informais, que são muitos no Brasil.

RENDIMENTO EM QUEDA

Para Pedro Luis do Nascimento Silva, o primeiro brasileiro a presidir o Instituto Internacional de Estatística, a avaliação é equivocada:

— A mensuração do trabalho precisa, particularmente no Brasil, cobrir o mercado dito informal, onde as pessoas não têm um empregador. A mensuração feita pelo Caged é uma parte importante, mas é uma parte, não o todo.

Segundo especialistas, a metodologia de pesquisa do IBGE segue as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A pesquisa também foi a base para mensurar o total de trabalhadores informais que precisariam receber o auxílio emergencial.

Os resultados de ontem mostram um cenário em que mais pessoas se dispõem a procurar uma vaga, mas a oferta

não é suficiente. O contingente de pessoas ocupadas chegou a 86,7 milhões, puxado pela informalidade. Um dos sinais disso é o aumento de 3% em relação ao trimestre anterior dos trabalhadores por conta própria. Foi a única categoria que avançou na comparação entre fevereiro e maio.

— O controle da pandemia e a volta do funcionamento da atividade motivam as pessoas a procurarem trabalho. A questão é elas serem absorvidas pelas empresas — diz Adriana, do IBGE, que vê a recuperação no setor formal ainda está concentrada em atividades de tecnologia da informação e serviços administrativos.

Para Lisandra Barbero, do Banco Original, o resultado mostra sinais de avanço:

— A ocupação no setor privado, com carteira assinada, segue em recuperação, assim como a sem carteira, que ilustra justamente a volta gradual dos informais para as estatísticas de emprego, conforme avança a vacinação no país.

O rendimento, porém, recua desde agosto. A renda real, já descontada a inflação, chegou a R\$ 2.713 no trimestre findo em agosto de 2020, mas caiu a R\$ 2.547 em maio. Isso decorre da alta da inflação.

Entenda como são as pesquisas

> Apesar de tratarem do mesmo tema, o mercado de trabalho, Pnad e Caged têm metodologias completamente diferentes.

> O Caged considera apenas trabalhadores que têm carteira assinada e são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Isso significa que não são contabilizados trabalha-

dores sem carteira nem os que trabalham por conta própria ou os funcionários públicos.

> Os dados vêm dos registros que as empresas enviam ao Ministério da Economia, que é responsável por controlar as admissões e demissões dos trabalhadores sob o regime da CLT. E as divulgações

trazem informações sempre referente a um único mês.

> Assim, o Caged é um saldo, a diferença entre novas contratações e demissões.

> A pesquisa do IBGE é mais abrangente. São investigadas ocupações formais e informais,

além de trabalhadores por conta própria e funcionários públicos.

> A coleta é feita por funcionários do IBGE. Antes da pandemia, eles iam às casas das pessoas. Em função da Covid, o instituto faz coleta por telefone desde março de 2020. E no dia 12 retomou parcialmente o trabalho presencial.

> A amostra da Pnad corresponde a informações de 211 mil domicílios. Cerca de dois mil entrevistadores trabalham na pesquisa, em 26 estados e no Distrito Federal, integrados à rede de coleta de mais de 500 agências do IBGE. Além disso, a Pnad traz dados trimestrais e não mensais, como o Caged.

Governo quer crédito consignado no Bolsa Família

Proposta é que beneficiários do novo modelo do programa social possam tomar empréstimos com juro máximo de 1,2% ao mês

GERALDA DOCA
geralda@bso.oglobo.com.br
BRASÍLIA

O governo quer fixar um teto de juros de 1,2% ao mês para o empréstimo consignado destinado a beneficiários do novo Bolsa Família, que está sendo desenhado pelo Executivo. Essa modalidade de crédito deverá ser incluída no programa.

Segundo técnicos a par das discussões, também está sendo estudado um pedido do presidente Jair Bolsonaro para recriar o vale-gás e aliviar o orçamento das famílias atendidas pela nova política social, diante da alta no preço do botijão.

O novo programa social é uma das principais bandeiras de Bolsonaro para a disputa à reeleição em 2022.

O ministro da Cidadania, João Roma, quer anunciar o novo programa, que ainda não tem o nome definido, em meados de agosto por medida provisória (MP). Segundo técnicos da pasta, está sendo avaliada a possibilidade de não incluir no texto a fonte de custeio, apenas o formato da nova política social e dos programas que ela vai incorporar.

O reajuste de 50% no valor médio do Bolsa Família, hoje em torno de R\$ 190, também só deve ser fixado depois. Estimativas do Ministério da Cidadania apontam que o novo programa custará cerca de R\$ 53 bilhões em 2022 — o que representaria um acréscimo de R\$ 18 bilhões em relação ao orçamento do

Bolsa Família este ano. O valor seria suficiente para ampliar o número de famílias atendidas de 14,6 milhões para 17 milhões.

A expectativa da equipe econômica é que haverá margem no Orçamento para ampliação de gastos entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões, mas a verba será disputada entre os Ministérios.

Por outro lado, a área econômica aposta na aprovação da reforma tributária e já deixou claro que pretende destinar parte dos ganhos com a taxação de dividendos para financiar o programa social. A equipe econômica trabalha com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), para aprovar a proposta em agosto.

Por causa da restrição da lei eleitoral, o governo precisa aprovar o programa ainda em 2021. O plano é substituir o atual Bolsa Família em novembro, quando deve terminar o pagamento do auxílio emergencial.

Derrotas do governo na Justiça já ameaçam novo Bolsa Família

Decisões consomem todo o espaço do teto de gastos em 2022, de R\$ 30 bi. União deve propor parcelar dívidas

MANOEL VENTURA
economista@oglobo.com.br
BRASIL/Euro

Decisões da Justiça, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF), que obrigam o governo a pagar quantias elevadas a empresas e principalmente a estados e municípios comprometem o Orçamento de 2022 e já ameaçam o lançamento do programa social que irá substituir o Bolsa Família. O assunto virou um foco central de preocupação dentro do Ministério da Economia e foi classificado pelo ministro Paulo Guedes como um "meteoro" que vai atingir as contas públicas do país.

O novo Bolsa Família, que deve ser enviado ao Congresso pelo Executivo ainda em agosto, é visto dentro do governo como vitrine para a campanha do presidente Jair Bolsonaro nas eleições do próximo ano.

O governo terá de pagar R\$ 89,1 bilhões em 2022 por conta de sentenças judiciais de que não pode mais recorrer, segundo dados aos quais o GLOBO teve acesso. Esse número representa alta de 62% na comparação com o valor que deve ser gasto neste ano (R\$ 54,7 bilhões).

'FUMAÇÃO AR'

A equipe econômica está elaborando uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para frear as altas e tentar salvar o programa social. O desenho final da proposta ainda não está fechado, mas deve prever o parcelamento de grandes dívidas. Para aprovar uma PEC, são necessários os votos de pelo menos 308 deputados e 49 senadores em dois turnos de votação em cada Casa.

Em evento ontem no Rio, Guedes disse que há decisões de outros poderes para as quais o governo precisa ter um "plano de combate":

— Às vezes, há decisões que vêm de outros poderes que causam um enorme impacto e esse tipo de imprevisto acontecendo nós teremos que apagar esse fogo. Há fumaça no ar, mas eu prefiro não... Nós já estamos trabalhando num ataque direto a esse possível fator.

Ao elaborar o Orçamento do ano seguinte, o governo recebe a quantidade dos chamados precatórios. Esses valores precisam ser pagos, já que os dados são encaminhados pelo Poder Judiciário — não são definidos, portanto, pelo governo federal.

O crescimento previsto para o próximo ano é muito superior à alta da inflação e também ao teto de gastos (regra que li-

mita o aumento das despesas públicas). Pelos cálculos da equipe econômica, a alta dos precatórios em 2022 vai consumir todo o espaço extra criado pelo teto no próximo ano. É esse espaço que o governo pretendia usar para pagar o novo Bolsa Família sem ferir o teto.

Guedes reforçou ontem no Rio que não há hipótese de furar o teto de gastos para arcar com o programa social:

— Podem ter certeza de que não furaremos o teto por causa do Bolsa Família, nada disso. Isso tudo está sendo programado com muita responsabilidade.

Por isso, técnicos do governo dizem que, se nada for feito, não haverá espaço para o novo Bolsa Família em 2022. Integrantes do Ministério da Economia e de outras áreas do governo garantem, porém, que o programa está sendo desenhado para não ferir a regra fiscal.

O Ministério da Economia estima que o teto terá um espaço extra de R\$ 30 bilhões em 2022, decorrente de um descompasso entre a inflação do meio e do fim do ano. Isso porque o limite de gastos do ano seguinte é definido com base na inflação até junho. E as despesas com aposentadorias, um componente de peso, são delimitadas pela inflação do fim do ano. Como a previsão é que o índice de preços desacelere até dezembro, isso aumentaria a folga para gastar. Os planos do Ministério da Economia eram que, desse total, R\$ 26 bilhões fossem usados para o novo Bolsa Família e R\$ 4 bilhões para investimentos — como estradas e outras obras.

Ao esboçar a proposta orçamentária de 2022, a equipe econômica estimava que as despesas com decisões judiciais somassem R\$ 57 bilhões. Mas o valor encaminhado pelo Judiciário foi muito maior

que o previsto. A diferença entre a projeção e o que de fato o governo recebeu da Justiça é de R\$ 31,3 bilhões. Ou seja, exatamente acima do espaço extra no teto de gastos.

O governo calcula que o novo programa social custará cerca de R\$ 56 bilhões (os R\$ 30 bilhões anuais do Bolsa Família acrescidos de R\$ 26 bilhões). O valor é suficiente para pagar um benefício médio de R\$ 300 para 17 milhões de pessoas. Atualmente, o pagamento médio é de R\$ 192 para 14 milhões de beneficiários.

Para além da campanha presidencial de 2022, os técnicos do governo dizem que o programa é necessário porque a quantidade de pessoas vulneráveis subiu por causa da pandemia. Também argumentam que o STF determinou a criação de um programa de renda básica no próximo ano.

O programa será proposto ao Congresso por medida pro-

visória em agosto, mas ainda não deve constar nesse texto o valor do benefício. Porém, toda a equação do novo Bolsa Família precisará constar no Orçamento de 2022, que será enviado ao Congresso pelo governo no dia 31 de agosto.

Para 2022, as principais derrotas do governo no STF favorecem oito estados: Bahia, Amazonas, Ceará, Pernambuco, Goiás, Paraná e Maranhão. Juntas, as decisões obrigam o governo a pagar R\$ 17,2 bilhões, em valores atualizados.

NEGOCIAÇÃO EM AGOSTO

Procurado para comentar o assunto, o STF disse que os processos tiveram decisões colegiadas, no plenário físico e no virtual, em alguma fase do procedimento. "Os casos envolvem ressarcimento a estados da federação (Paraná, Goiás, Bahia, Maranhão, Amazonas, Ceará e Pernambuco), e tratam sobre con-

tos de repasses de valores para educação ou compensações por geração de energia elétrica", explicou a Corte.

O Supremo diz que os valores não precisam ser desembolsados obrigatoriamente em 2022, mas este não é o entendimento do governo.

"A União pode utilizar mecanismos alternativos de prazos e de pagamento previstos na Constituição ou celebrar acordos de parcelamento com os estados mencionados", diz o texto.

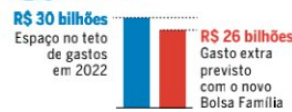
O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, atuará na mediação das dívidas da União que foram reconhecidas, no âmbito do STF, e que devem ser pagas por precatórios. A necessidade de conciliação para não prejudicar os cofres públicos foi tratada em conversa entre Fux e Guedes. A negociação deve ser definida a partir de agosto, segundo nota do STF.

CRESCIMENTO DAS DESPESAS COM DECISÕES JUDICIAIS

(Em bilhões de R\$)



TETO DE GASTOS EM 2022



ALTA DE PRECATÓRIOS AMEAÇA PROGRAMA SOCIAL

